

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO
PARA A AGRICULTURA

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Análise
da Política do Setor Agropecuário
frente à Mulher Produtora de Alimentos
na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe

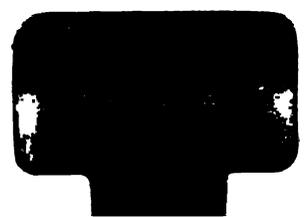
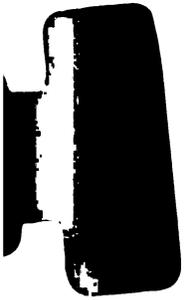
// **AS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS
EM BRASIL**

TECNOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO

Ilto Morandini

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IICA/BID/ATN-SF-4064-RE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO IV
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IICA/BID/ATN-SF-4064-RE

**PROGRAMA DE ANÁLISE DA POLÍTICA DO SETOR AGROPECUÁRIO
FRENTE À MULHER PRODUTORA DE ALIMENTOS
NA REGIÃO ANDINA, NO CONE SUL E NO CARIBE**

**// AS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS
EM BRASIL**

TECNOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO

Ilto Morandini

**AREA DE CONCENTRAÇÃO IV
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL**

IICA
550
164

~~00000000~~
00005758

- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Fevereiro, 1996.

Direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial deste documento sem autorização escrita do IICA e do BID.

O autor deste documento foi um consultor contratado pelo Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário Frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe (IICA/BID). Por tanto, as idéias, propostas, interpretações e conclusões devem ser atribuídas a ele, e não representam necessariamente os critérios do BID e do IICA ou de algum dos Estados Membros destas organizações.

O Serviço Editorial do IICA foi responsável pela revisão estilística, levantamento de texto e montagem desta publicação, e a Gráfica do IICA realizou os trabalhos de fotomecânica e impressão.

Morandini, Ilto

As mulheres produtoras de alimentos em Brasil : tecnologia e comercialização / Ilto Morandini. — San José, C.R. : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1996.

190 p. ; 28 cm.

Convenio de Cooperação Técnica IICA/BID/ATN-SF-4064-RE.
Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário Frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe.

1. Mujeres rurales - Brasil. 2. Política agrícola - Brasil.
3. Tecnologia - Brasil. 4. Mercadeo - Brasil. I. IICA. II. BID.
III. Título

AGRIS
E51

Dewey
305.4

Fevereiro, 1996
San José, Costa Rica

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vii
LISTA DE FIGURAS	ix
PREFÁCIO	xi
I. INTRODUÇÃO	1
A. Antecedentes	2
B. Objetivos	15
II. AS POLÍTICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO SOBRE TECNOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS	17
A. Resenha da Política Tecnológica	20
B. Resenha da Política de Comercialização	34
C. Estrutura Institucional e Programas em Curso	40
III. TECNOLOGIAS TRADICIONAIS E A OFERTA DE TECNOLOGIA MELHORADA NO BRASIL	45
A. Comentários Gerais	45
B. Identificação das Tecnologias Agropecuárias Adotadas nas Pequenas Unidades Produtivas e Pelas Mulheres Rurais	48
IV. METODOLOGIA DA PESQUISA	55
A. Quanto a Situação das Areas do Estudo	55
B. Informações sobre os Estados Seleccionados	57
C. Quanto a Amostra	60
D. Quanto ao Questionário da Pesquisa	61
E. Quanto a Coleta dos Dados	61
F. Quanto ao Tratamento dos Dados	62
V. O USO DE TECNOLOGIAS NAS PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E PELAS MULHERES RURAIS	63
A. Sistemas de Produção Adotados nas Pequenas Unidades Produtivas	63
B. Uso de Insumos, Instrumentos e Práticas	65

C.	Adoção de Tecnologias Melhoradas	68
D.	Conhecimento e Acesso às Tecnologias Melhoradas	71
VI.	A ADEQUAÇÃO DA OFERTA TECNOLÓGICA PARA A MULHER PRODUTORA DE ALIMENTOS	73
VII.	O MERCADO NACIONAL DE PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DAS PEQUENAS UNIDADES PRODUTIVAS	75
A.	Situação Geral da Produção e do Abastecimento de Produtos Alimentares Básicos no País	75
B.	Demanda, Preços e Oferta	76
C.	Os Canais Mais Usuais de Comercialização	80
D.	Os Atores Sociais	88
VIII.	A TRANSFORMAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PELAS PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E PELAS MULHERES	91
A.	A Agroindústria no Brasil	91
B.	Transformação: Relação entre Tipos de Produtos e Especialização por Gênero	93
C.	Comercialização da Produção: Acesso a Diferentes Tipos de Mercado	96
D.	Fatores que Influem na Participação da Mulher	101
IX.	OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA PEQUENA PRODUÇÃO E DA MULHER RURAL IDENTIFICADAS NA PESQUISA	103
A.	Características Familiares	103
B.	Características das Unidades Produtivas	108
C.	Contribuição da Mulher Rural à Produção de Alimentos e à Renda da Pequena Produção	112
X.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	117
A.	Conclusões	117
B.	Recomendações	124
XI.	BIBLIOGRAFIA	135
	QUADROS	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Participação feminina na PEA por setor de atividade	143
Quadro 2.	População rural e urbana no Brasil - 1940/91 (em milhões)	143
Quadro 3.	População total e população rural - Santa Catarina	143
Quadro 4.	Produção animal em Santa Catarina - 1992	144
Quadro 5.	Principais culturas de Santa Catarina - 1992	144
Quadro 6.	População total e população economicamente ativa (PEA) - Ceará - 1970/91	145
Quadro 7.	Área plantada e produção dos principais produtos agropecuários - Ceará - Safra de 1989	145
Quadro 8.	Paraná - ocupação e uso das terras - 1980	146
Quadro 9.	Paraná X Brasil - População 1940/1990 (em mil habitantes)	146
Quadro 10.	População urbana e rural- Paraná- 1960/91 (em mil habitantes)	146
Quadro 11.	Área plantada e produção de alimentos básicos- Paraná- 1989	147
Quadro 12.	Tipos de insumos e equipamentos agropecuários e seu uso diferenciado por gênero na unidade produtiva, Brasil-1993	148
Quadro 13.	Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas agrícolas na unidade produtiva	149
Quadro 14.	Contribuição relativa da mulher nas tarefas pecuárias na unidade produtiva	150
Quadro 15.	Uso relativo de insumos nas unidades produtivas	151
Quadro 16.	Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada	152
Quadro 17.	Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada-2	153
Quadro 18.	Número relativo de mulheres rurais quanto a capacitação técnica e origem da assistência	154
Quadro 19.	Produção e vendas de máquinas agrícolas no Brasil	155
Quadro 20.	Evolução da oferta e demanda de milho no Brasil	155
Quadro 21.	Produção de raiz de mandioca no Brasil (em 1000 t)	155
Quadro 22.	Brasil: pequenas agroindústrias alimentares rurais	156
Quadro 23.	Unidades produtivas- tipo de propriedade quanto ao destino da produção	157
Quadro 24.	Número relativo de mulheres que possuem informações sobre mercado e preços	158
Quadro 25.	Indicação relativa da responsabilidade pela tomada de decisão na pequena unidade produtiva- Brasil (SC-PR-CE)/1993	159
Quadro 26.	Características familiares quanto ao número de pessoas na unidade produtiva	160
Quadro 27.	Mulheres que ocupam a posição de "chefe" de família	161
Quadro 28.	Percentagem de mulheres rurais por tipo de atividades desenvolvidas	162
Quadro 29.	Número relativo de mulheres rurais que manifestam desejo de migrar	163
Quadro 30.	Associativismo- participação da mulher rural em organizações	164

Quadro 31.	Características das unidades produtivas quanto ao tamanho e força de trabalho	165
Quadro 32.	Unidades produtivas segundo a posse de terra e quem detém a titularidade	166
Quadro 33.	Unidades produtivas segundo as fontes de financiamento	167
Quadro 34.	Características das unidades produtivas quanto aos principais produtos agrícolas	168
Quadro 35.	Características das unidades produtivas quanto aos principais produtos pecuários	169
Quadro 36.	Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas domésticas na unidade produtiva - Brasil (SC-PR-CE)/1993	170
Quadro 37.	Distribuição relativa da mulher rural por principal fonte de renda -Brasil (SC-PR-CE)/1993	171
Quadro 38.	Participação efetiva da mulher rural em relação ao total de jornadas de trabalho - Brasil (SC-PR-CE)/1993- produtos agrícola	172
Quadro 39.	Participação efetiva da mulher rural em relação ao total de jornadas de trabalho - Brasil (SC-PR-CE)/1993 - produtos pecuários	173
Quadro 40.	Contribuição relativa da mulher rural na força de trabalho -Brasil (SC-PR-CE)/1993	174
Quadro 41.	Contribuição relativa da mulher rural na renda da pequena produção -Brasil/1993	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Evolução dos recursos do sistema nacional de crédito rural no Brasil - 1970/91	31
Gráfico 2.	Pessoas ocupadas segundo os setores econômicos em Santa Catarina - 1990	57
Gráfico 3.	Milho - preços no mercado atacadista	77
Gráfico 4.	Feijão cores - preços reais no atacado em São Paulo	78
Gráfico 5.	Feijão preto- preços reais recebidos pelos produtores em Paraná e Santa Catarina	79
Gráfico 6.	Raiz de mandioca- preços reais a nível de produtor em Paraná	81
Gráfico 7.	Farinha de mandioca- preços reais no mercado atacadista em São Paulo . .	82



LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa do Brasil- demarcação das áreas estudadas	56
Figura 2.	O fluxo dos bens e serviços no sistema de comercialização	83
Figura 3.	Canais de comercialização do milho em Santa Catarina e77 Paraná (1993)	85
Figura 4.	Canais de comercialização do feijão em Santa Catarina e79 Paraná (1993)	86
Figura 5.	Canais de comercialização do arroz em Santa Catarina e Paraná (1993)	86
Figura 6.	Canais de comercialização do mandioca em Santa Catarina e Paraná (1993)	87
Figura 7.	Canais de comercialização do leite em Santa Catarina e Paraná (1993)	87

PREFACIO

O Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe, executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica ATN/SF—4064-RE, constitui a segunda fase de um programa que abrange 18 países de América Latina e do Caribe: Barbados, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A primeira fase do Programa foi executada em 1992-1993, nos seis países do Istmo Centro-Americano, contando com o apoio do Conselho dos Ministros da Agricultura da América Central, em sua XII Reunião Ordinária, realizada em março de 1992. A segunda fase foi implementada por solicitação das primeiras damas que participaram da Cúpula de Primeiras Damas para o Progresso Econômico da Mulher Rural, realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1992.

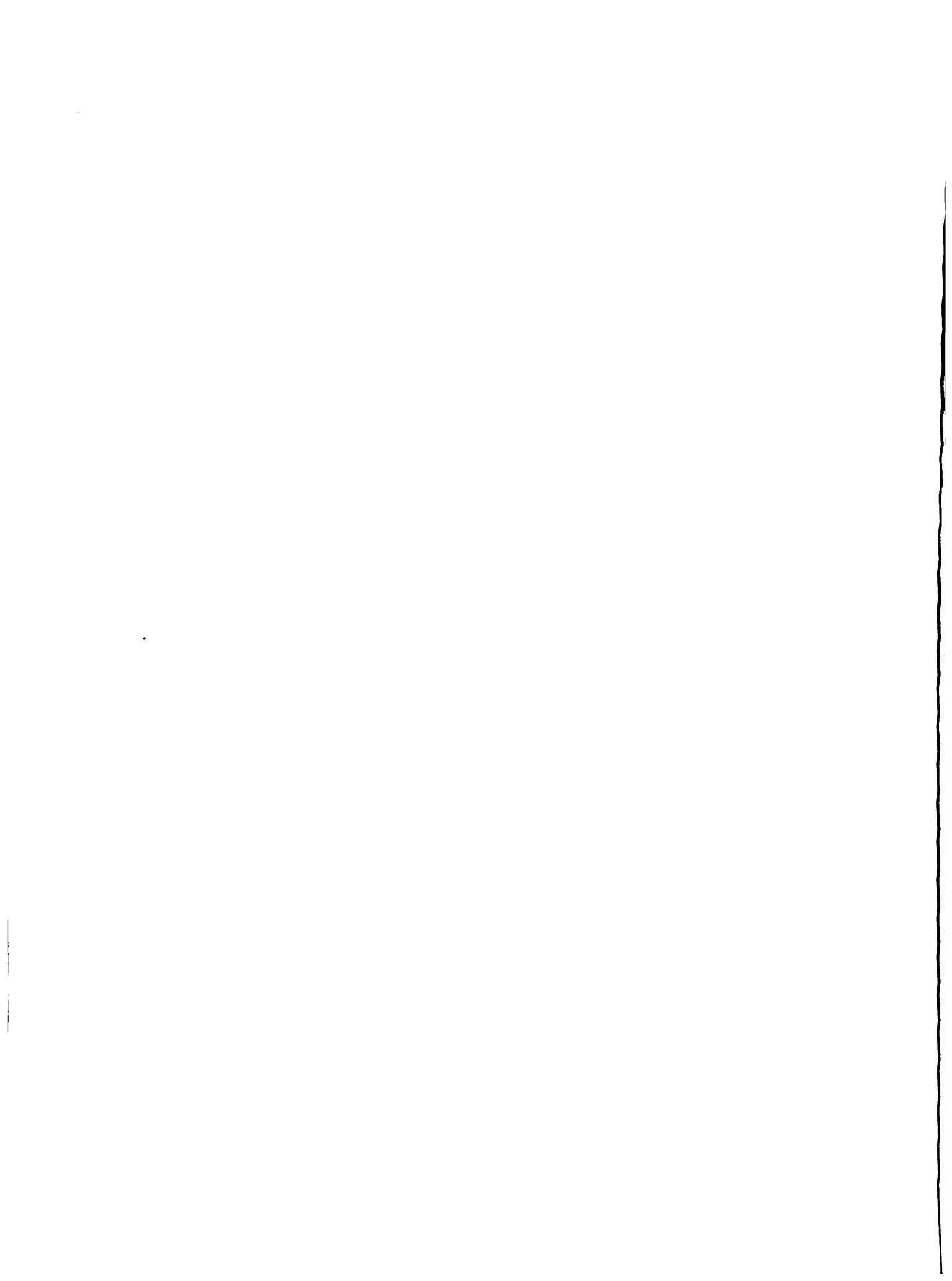
Este documento constitui um dos três relatórios elaborados para cada país, dos quais constam os resultados técnicos dos quatro temas de pesquisa do Programa, bem como as recomendações e propostas preliminares em prol da mulher rural produtora de alimentos. Esses documentos são os seguintes:

Diagnóstico e Políticas. *Contém o diagnóstico da contribuição da mulher para a produção de alimentos nas pequenas unidades agropecuárias, bem como a análise de sua participação no setor agropecuário e dos efeitos das políticas e programas para a mulher rural.*

Tecnologia e Comercialização. *Abrange a avaliação da tecnologia utilizada pela mulher nos processos de produção de alimentos nas pequenas unidades, bem como do papel da mulher na transformação e comercialização de produtos, além da análise das políticas e programas vigentes nesses campos e dos seus efeitos para a mulher.*

Síntese Nacional. *Contém um resumo das áreas temáticas tratadas nos dois documentos acima mencionados e das principais propostas de políticas, programas e projetos.*

Outras atividades que fizeram parte do Programa foram a elaboração de relatórios comparativos regionais, a realização de seminários nacionais e regionais para a discussão e a formulação de propostas de política e de ação, em coordenação com os ministérios da agricultura e do planejamento, com os escritórios das primeiras damas e com as entidades públicas e privadas dedicadas ao desenvolvimento agrícola rural, e à divulgação dos resultados finais.



I. INTRODUÇÃO

Por múltiplas e conhecidas razões, é urgente a necessidade de promover profundas mudanças tecnológicas na agricultura brasileira com vistas a tornar a produção de alimentos mais eficiente e eficaz. Contudo, inúmeros são os fatores que concorrem para se atingir essa meta. Sem dúvida, é cada vez mais difícil atingi-la, especialmente, sobre as bases de um modelo fortemente dependente de decisões e serviços do governo cuja tendência é a redução de recursos e a privatização de estruturas de apoio ao setor agropecuário.

É notório, porém, que o ponto de partida considerado chave para a busca de soluções dos entraves do desenvolvimento rural, está na análise e reformulação de políticas para o setor agropecuário.

É fundamental, reconhecer a importância de se apontar um rol de diretrizes políticas, ações e estratégias, que permitam centrar as atividades dos programas e projetos voltados ao setor, na família rural, como protagonista da solução de seus problemas e beneficiária do fruto do seu trabalho, o que equivale a dizer menos dependente de fatores externos.

Nas últimas décadas, a essa preocupação dos governos e organismos internacionais do mundo inteiro, vem-se incorporando a perspectiva de que as políticas voltadas ao setor são excludentes no que se refere a participação das mulheres rurais, em que pese sua significativa parcela de contribuição na produção global de alimentos.

A literatura recente tem evidenciado a atenção crescente, de inúmeros organismos nacionais e internacionais, pela participação, situação e funções da mulher rural produtora de alimentos. Em parte, esse interesse é motivado pelas evidências de que, a despeito de inovações tecnológicas e investimentos direcionados ao setor rural nas últimas décadas, seus efeitos não se fizeram notar de forma apreciável sobre a mulher produtora de alimentos.

Essas tendências sugerem, ainda, que tal grupo (mulher rural) é esquecido e discriminado, ou não é sensível aos estímulos dos instrumentos convencionais de política agrícola. E que os fatores que condicionam as respostas desse segmento rural precisam ser objeto de averiguações mais aprofundadas.

Assim, coerente com o título, este trabalho visa analisar a política do setor agropecuário, especialmente, no que se vincula a presença e participação da mulher como parte integrante da produção de alimentos.

Essa análise, permite estabelecer alternativas que os produtores rurais, especialmente os pequenos que atuam em regime de economia familiar, poderiam ter para protagonizar o seu desenvolvimento a partir de inovações tecnológicas que aumentem a produtividade dos recursos que possuem em suas propriedades, reconhecendo a organização social de suas comunidades e, notadamente, a organização familiar, com destaque para a participação da mulher.

Portanto, o presente documento, contempla um estudo da participação da mulher na produção agropecuária, agroindustrial e na comercialização, enfim, no abastecimento e segurança alimentar e nos ingressos obtidos pela pequena unidade produtora rural.

Esta investigação da problemática da mulher produtora de alimentos tem como ponto central o objetivo global do Convênio BID-IICA¹ que busca "preparar as bases que orientam as políticas e ações dos Governos participantes, dirigidas a melhorar as condições da mulher produtora de alimentos da região, e por onde as condições de segurança alimentar e a eficiência do setor agropecuário".

Neste contexto, busca-se analisar os processos tecnológicos utilizados na produção, transformação e comercialização de alimentos, entre eles os adotados pelas mulheres rurais. Essa análise, que tem por base dados obtidos de fontes secundárias e informações resultantes de uma pesquisa direta realizada junto as mulheres rurais, de duas regiões brasileiras, permite formular recomendações de políticas, marcos institucionais e idéias de programas, projetos e/ou atividades, que possibilitem a integração plena da mulher e o acesso da mesma aos investimentos e tecnologias direcionadas ao setor, adequadas à sua condição.

A. Antecedentes

Ainda que nas áreas rurais a mulher tem desempenhado desde tempos muito remotos um papel importante na economia da família agricultora, é somente nos tempos mais recentes que se passa a reconhecer o alto valor econômico da sua contribuição.

A FAO, ainda em 1986, afirmava que, "os países latinoamericanos e caribenhos estão começando a valorizar o papel da mulher em todas as atividades da vida rural, tanto em seus aspectos familiares como nos aspectos econômicos, na produção agrícola e na agroindústria e também nos aspectos sociais, associativos e comerciais".

Hoje existem no Brasil inúmeras informações sobre distintos aspectos da vida da mulher produtora/trabalhadora rural. Analisando-se algumas dessas informações e, alguma literatura sobre a história brasileira, observa-se que as mulheres efetivamente destacaram-se, ainda que não em grande escala, em todos os momentos e, em todos os setores econômicos. Esta análise que por si, não representa nenhum fato surpreendente, permite constatar, ainda, que no desenrolar do processo histórico identifica-se a crescente participação e incorporação da mulher nos diversos setores da economia e, especialmente, no setor primário.

Embora na literatura analisada constem referências às condições das mulheres rurais, estas passaram a ser citadas nos estudos mais recentes e, especialmente a partir de 1954, quando elas passaram a se manifestar mais intensamente, através de movimentos reivindicatórios (encontros,

¹ Convênio BID-IICA (ATN/SF-4064-RE) - "Análise da Política do Setor Agropecuário Frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe".

jornadas, seminários e congressos), que visavam discutir a sua situação, seus problemas comuns e sua participação. Nesses movimentos elas tentavam esclarecer o que é ser mulher e trabalhadora rural.

1. Quem é a mulher produtora rural?

Segundo informações obtidas em publicações do CNDM (1986) e da FAO (1986), de modo geral, pode-se observar que as atividades exercidas pela mulher rural brasileira não são muito distintas daquelas desenvolvidas pelas outras mulheres rurais de países latino americanos ou de outras regiões em fase de desenvolvimento. Todas apresentam basicamente a seguinte característica:

- nível educacional bastante baixo e geralmente inferior ao nível médio do homem que também vive no meio rural;
- muito cedo casa-se ou constitui família, e por isso, geralmente, o número médio de filhos é alto;
- dedica-se a cumprir todos os dias uma dupla (quando não tripla) jornada de trabalho pois, além de responsabilizar-se por todos os afazeres domésticos e cuidados com os filhos, ajuda nas tarefas produtivas no campo, além dos cuidados na horta, ou pequenas criações, para garantir a subsistência na unidade familiar;
- ser, em muitos casos, a chefe do lar e única responsável pela manutenção da família, por morte, abandono ou ausência do marido ou companheiro;
- encontra-se em situação inferior à mulher urbana quanto a disponibilidade de infraestrutura básica de serviços de água potável, energia elétrica, transporte, saúde, etc.;
- quando trabalhadora assalariada geralmente recebe salários inferiores aos dos homens por igual jornada de trabalho;
- geralmente é excluída como participante ativo de grupos associativos rurais;
- é discriminada socialmente;
- não é reconhecida como produtora de alimentos.

Para avaliar-se ainda melhor o que é ser mulher e produtora rural, e sentir o drama dessa categoria populacional, reproduz-se o parágrafo a seguir:

"Participar da atividade produtiva neste setor (agrícola) não depende de escolha pessoal ou familiar; é uma condição básica da existência; a mulher tanto como o homem, desde a mais tenra idade é agregada

a produção e dela participa por toda a vida, só interrompendo a sua atividade no período do parto, para logo retornar a ela. E não tem limite de idade para o término desse trabalho. Somente quando as forças a abandonam é que se recolhem ao lar, quase sempre a espera da morte" (Toscano 1983).

Outra citação que nos permite avaliar o que é ser mulher rural é a do manifesto lançado no **Encontro Estadual das Trabalhadoras Rurais**, realizado em outubro de 1985, em Porto Alegre (RS):

"Nós mulheres rurais, que trabalhamos de sol a sol, todos os dias, toda a vida, não somos reconhecidas como trabalhadoras. Nós mulheres, que criamos nossos filhos que serão os futuros trabalhadores da sociedade, que produzimos os alimentos para a mesa do povo da cidade, não temos direito a nada. Quando a gente se machuca trabalhando na roça, não temos direito à assistência médica e nem ao auxílio por acidente de trabalho. Quando ficamos grávidas trabalhamos até o último momento e não temos direito ao auxílio natalidade e nem a um salário maternidade. E na velhice não temos direito a aposentadoria, nem por idade, nem por invalidez, nem por tempo de serviço. Nós somos consideradas dependentes dos pais e dos maridos, mas nem isto nos assegura o direito previsto na lei de total assistência médica e hospitalar. Estas são conquistas que as companheiras trabalhadoras da cidade já conseguiram há muito tempo, mas que até hoje são negados para nós. E isto apesar de estarmos contribuindo para a Previdência pagando 2,5% sobre tudo aquilo que produzimos.

Representamos 50% da força de trabalho na agricultura e na pecuária. Mas trabalhamos sem segurança, sem garantias, sem direitos. E dia-a-dia constatamos que nossa situação fica mais difícil, pois não temos preços justos para os nossos produtos e nem uma política agrícola definida de acordo com os interesses dos trabalhadores.

Além disso, nem todas as nossas famílias têm terra suficiente para trabalhar, enquanto alguns poucos concentram terra para negócios. Assistimos diariamente a fuga de nossos filhos para as cidades. Eles vão em busca de emprego e de melhores condições de vida, mas muitas vezes acabam se marginalizando. Assistimos com pesar o ensino nas escolas se tornar cada vez mais deficiente, nunca sendo voltado para a realidade e as necessidades do povo da roça" (CNDM 1986).

2. A mulher e a sua participação na economia da pequena unidade produtiva

Para obter-se informações estatísticas sobre o perfil e a participação da mulher rural na economia, recorre-se aos dados oficiais que são publicados pela Fundação Instituto de Geografia e Estatística do Brasil (FIBGE) através dos Censos Demográficos e Agropecuários e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Embora reconheça-se que essas informações estatísticas não são suficientes, pois informam apenas traços demográficos e atividades econômicas mais gerais, e desconsideram as diferenças regionais existentes, são as únicas disponíveis.

Segundo dados do Censo Agropecuário (1985), no Brasil operam ao redor de 5.792.004 estabelecimentos agropecuários, sendo 4.787.332 com área de até 50 hectares (pequenas unidades agrícolas). Ainda segundo a FIBGE (1991), essas unidades mantêm no meio rural mais de 38,19 milhões de pessoas (sendo 18,52 milhões a população rural feminina), membros dessas famílias. Esses estabelecimentos perfazem uma área de 49,5 milhões de hectares, e ainda que representem 13,16% da área total, estas pequenas unidades agropecuárias produzem significativa parcela dos alimentos básicos de consumo popular e, também, contribuem com a produção de outros produtos agrícolas destinados à exportação.

Nesses lares rurais, que combinam os assuntos produtivos e domésticos as mulheres continuam assumindo, em forma quase exclusiva, a responsabilidade cotidiana pelo bem estar da famílias, executando uma série de tarefas domésticas repetitivas e tomando numerosas decisões relacionadas com a família e o emprego dos recursos. Além disso, estas mulheres participam do processo produtivo de diversas formas, tais como: trabalham nos cultivos comerciais; cultivam a horta para auto-consumo; cuidam de pequenas criações; realizam algumas tarefas agroindustriais; participam de atividades comerciais; trabalham como assalariadas em outras propriedades ou agroindústrias ou outras empresas agrícolas; ou ainda, trabalham na prestação de diversos tipos de serviços pessoais.

O que se sabe a respeito da participação da mulher tem sido fruto de diversos estudos de caso, uma vez que estes aspectos, como já mencionamos, não se refletem nas estatísticas oficiais, já que as mesmas não atentam para a necessária adequação dos registros à participação das mulheres na produção agropecuária.

Mesmo analisando-se com reservas esses dados pode-se observar no Quadro 1 que entre 1970 e 1980, a participação das mulheres aumenta de modo significativo. observamos que as trabalhadoras rurais em 1970 representavam 9,6% da PEA e, em 1980, 12,7%.

Em 1991, segundo dados do FIBGE, da população rural total, que atingia a 38,19 milhões de pessoas, 28,01 milhões constituíam a população economicamente ativa, e desta, 13,51 milhões era constituída por mulheres, correspondendo a 48,23%.

Ainda com base nas informações estatísticas da PNAD (1985), verifica-se que o nível de atividade na área rural é ligeiramente mais elevado do que no meio urbano. Em 1985, a população trabalhadora representava 60% do total no meio rural e, 54% no urbano.

Em relação a mão-de-obra assalariada, em caráter temporário, que atinge apenas 13% do total de pessoas ocupadas, o Censo registra 90% de homens e somente 10% de mulheres. Segundo alguns pesquisadores, nessa diferença significativa pode estar contido algum viés metodológico uma vez que o Censo não permite classificar o mesmo indivíduo em mais de uma categoria, quando sabe-se que em muitos casos de fato os trabalhadores rurais (homens e mulheres) exercem, também, trabalhos sazonais.

3. Políticas e programas de desenvolvimento rural voltados a integração da mulher

É importante ressaltar que as políticas dirigidas ao setor rural tem, normalmente, excluído a mulher como agente produtivo e alcançado tão somente aos produtores (homens) com os benefícios de programas e projetos governamentais como pesquisa agropecuária, crédito rural, assistência técnica e extensão rural, formação profissional rural, comercialização, preços mínimos, etc.

Atualmente não existe no país, nenhuma política governamental, que considere, explicitamente, a importância da mulher no processo produtivo, nem as dificuldades ou facilidades para a sua integração.

Poucos são os organismos do Governo Federal que têm alguma atividade direta no meio rural. Algumas das instituições governamentais até recentemente dirigidas à mulher ou foram extintas ou encontram-se desmontadas em função de mudanças estruturais abruptas adotadas nos últimos anos.

Pode-se citar como exemplos desse desmantelamento o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que de uma razoável estrutura humana e uma soma considerável de recursos financeiros, está hoje reduzido a Presidência e alguns Conselheiros (não assalariados), sem nenhum poder de mobilização e de referência para os movimentos de mulheres. O CNDM chegou a contar com um setor específico para a mulher rural. O Ministério da Agricultura, o primeiro a criar um programa dirigido à mulher rural e que liderou mudanças significativas no setor, sofreu profundas modificações, como os demais órgãos públicos federais, com perdas que afetaram diretamente a mulher rural e que dificilmente serão recuperadas, como o Programa de Apoio à Mulher Rural, que exerceu efetiva influência junto a extinta Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) na mudança de diretrizes dos programas dirigidos 'mulher rural.

Com a extinção da EMBRATER as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (EMATER) continuaram a dar atenção às mulheres rurais através do seu setor social, embora

sem orientação centralizada e , também, de certa forma, sucateadas pelos efeitos da crise nacional, o que, na escassez de recursos as tem obrigado a procederem cortes orçamentários, atingindo primeiros os projetos sociais, onde, em geral, aqueles dirigidos à mulher estão inseridos.

É muito pequena a participação da mulher em Programas de outros organismos governamentais que atuam no meio rural como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que atende aos assentamentos, e o Departamento Nacional de Cooperativismo (DENACOOOP) que coordena atividades na sua área específica.

O Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) que hoje assessora o DENACOOOP, tem como política incluir a mulher como beneficiária dos projetos de desenvolvimento rural. Da mesma forma mantém uma consultoria específica para a área da mulher rural no INCRA. "Estes fatos são promissores e poderão representar um grande avanço, apesar de ser por influência externa, na visão de desenvolvimento do Governo Federal, que diante de outras prioridades importantes, não tem manifestado interesse específico nas questões da mulher rural"².

Existem, ainda, algumas ações esporádicas de outros órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), desenvolvidas através do seu Departamento de Pesca e Aquicultura, que tentam captar recursos externos para levar a termo seus projetos.

4. Aspectos gerais da situação da mulher rural

Os movimentos ocorridos na últimas décadas, tem contribuído para reforçar algumas assertivas bastante conhecidas como o fato das mulheres rurais, durante toda a vida, se sentirem agregadas à produção sem no entanto ser considerada força produtiva. Incluídas nas pesquisas como "população não economicamente ativa", seu trabalho é considerado "não produtivo", ou melhor, como "atividade doméstica não remunerada", o que oculta o seu importante papel na produção agrícola.

No caso das mulheres trabalhadoras rurais, o que ocorre com a grande maioria é a prestação de serviços sem vínculo empregatício, ou quando existe ela é explorada, recebendo salários inferiores aos dos homens e participando dos piores trabalhos.

No caso da mulher produtora rural predomina o chamado regime de "ajuda familiar": ela ajuda nos trabalhos das lavouras e/ou criações, responsabiliza-se pela horta, cuida da criação dos filhos e de todos os afazeres da casa e arredores. Seu trabalho, geralmente visto como eventual, proporciona algum aumento nos ingressos da família, embora não reconheça-os como fruto do

² Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Trabalho elaborado para ser apresentado pelo Governo Brasileiro nos Seminários Subregionais sobre a execução do Plano de Ação da FAO para a integração da mulher ao desenvolvimento.1991.

seu esforço. Seu rendimento sempre está embutido no da família, não julgando necessário explicitá-lo.

A deficiência flagrante quanto a falta de preparação e estudo, se bem que generalizada à toda a população rural, agudiza-se no caso da mulher produtora/trabalhadora rural.

Segundo Ramos (1992), esta deficiência está associada a discriminação que a mulher sofre em função das relações determinadas pela questão gênero, "que criam um sistema de regulação da vida social, estabelecendo formas de raciocínio e de compreensão do mundo, que indicam os caminhos que homens e mulheres devem trilhar ao longo de suas vidas". Estas relações conferem maior poder sempre a um dos gêneros que é, obviamente, o masculino, e provocam a manutenção da mulher na ignorância (obscurantismo), ou só permitindo educá-la o mínimo necessário, como princípio real.

Pelo fato de apresentar baixa qualificação, desempenha quase exclusivamente tarefas manuais, repetitivas, com mínima relação trabalho-capital-tecnologia e que requer pouca maquinaria, sendo assim, marginalizada da especialização.

A partir da década de 80 aumenta acentuadamente o número de eventos de mulheres rurais³ que, por sua vez, nos dão uma visão bastante clara da crescente participação da mulher rural na vida social e política do país, da conscientização da sua situação e das organizações para enfrentá-la.

A exclusão da mulher produtora de alimentos, das políticas governamentais, fica ainda mais evidente ao analisar-se o rol de reivindicações constante de "cartas", "manifestos", "relatórios" e "anais" de eventos realizados até 1988.

Desses documentos extraímos algumas das principais considerações e reivindicações (mesmo que algumas destas já tenham sido conquistadas), que nos dão uma visão bastante clara dos problemas como as próprias mulheres os vêem. Além disso, nos permite avaliar o grau de conscientização das mulheres rurais quanto à necessidade de se organizar para melhor resolver os problemas que as afligem, suas famílias e suas comunidades.

a. A mulher e a produção agropecuária

- * As mulheres não recebem suficiente informação e capacitação em novas tecnologias agropecuárias o que não lhes permite que respondam em plano de igualdade aos desafios tecnológicos;

³ Relação de eventos constante do Anexo II do Documento "Mulher e Trabalho" no. 2. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

- * Não existe suficiente oferta de assistência técnica às mulheres em agricultura, criações, armazenamento, consumo, conservação dos alimentos, etc.
- * Não existe crédito rural ou qualquer tipo de subsídios para o plantio de culturas de subsistência;
- * Há necessidades de tecnologias adequadas às situações das mulheres e da pequena unidade de produção como um todo;
- * A mulher produtora não tem nenhuma facilidade de acesso ao crédito ou a qualquer outro instrumento que lhe permita adquirir máquinas, insumos, equipamentos de irrigação, etc.;

b. A mulher e a questão fundiária

- * A mulher sofre discriminação na distribuição de títulos de terras por parte do Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, uma vez que os mesmos só levam o nome do homem produtor/ trabalhador rural;
- * A demora na titulação de suas glebas impede o acesso ao crédito rural;
- * Inexiste no país um programa de reforma agrária justo e abrangente;
- * A mulher rural não recebe nenhuma informação sobre a reforma agrária, nem mesmo como se cadastrar no INCRA;

c. A mulher e a comercialização da produção

- * A comercialização da produção não recebe nenhum apoio do governo, que nos últimos tempos tem sido dificultador do processo pelas constantes interferências nos preços (tabelamentos, etc.);
- * Inexistem facilidades de escoamento dos produtos da pequena unidade produtiva familiar para mercados alternativos como feiras regionais e outros;
- * Insuficiente número de feiras do produtor, nas sedes dos municípios interioranos, para a comercialização de produtos agropecuários ou artesanais;
- * O cadastro de vendedores nas feiras-livre e até nas Centrais de Abastecimento-CEASAS, geralmente, é privilégio dos homens;
- * Para o produtor rural, de modo geral, e para a mulher produtora, em especial, não há preço justo nem garantia de comercialização;

- * Não há serviço eficiente de informação de mercado e preço dirigido a pequena unidade de produção, muito menos a mulher rural;

- * A discriminação da mulher é tão forte que até na nota fiscal de venda dos produtos somente podia constar o nome do produtor rural (marido/companheiro);

d. A mulher nas organizações rurais

- * A maioria dos sindicatos discrimina a mulher produtora rural não permitindo a sua sindicalização, especialmente se o marido contribui para a previdência social;

- * A mulher casada não podia, que seja individualmente ou de forma grupal, habilitar-se a empréstimos bancários;

- * Não há espaço para as mulheres assumirem cargos de chefia em órgãos de representação dos próprios produtores e muito menos em órgãos públicos relacionados com o setor;

l. A mulher rural, a previdência e a saúde

- * Inexistência de aposentadoria por invalidez para trabalhadores rurais (mulher e filhos);

- * Não existe igualdade de direitos entre as mulheres rurais e urbanas, por exemplo: salário família, auxílio natalidade, assistência médico-odontológica, tratamento d'água, campanhas de vacinação, infraestrutura social e lazer, etc.;

- * As condições de saúde no meio rural são precárias, as leis que se referem à saúde não são aplicadas e os recursos mal distribuídos;

f. A mulher e o ensino rural

- * As escolas no meio rural, em especial nas regiões centro-oeste, nordeste e norte, são muito distanciadas uma da outra, e o transporte escolar, quando existe, é deficiente;

- * Há deficiência na oferta de cursos e, em consequência, na qualificação das pessoas das comunidades rurais, notadamente, para as mulheres;

- * Os materiais didáticos (cartilhas, folhetos, etc.), quando distribuídos no meio rural, não são adaptados àquela realidade;

- * O ensino rural não respeita as tradições, costumes nem o saber rural;

- * Os professores rurais, geralmente insuficientes, despreparados e mal pagos, são oriundos das cidades e transportam para o campo os costumes e conhecimentos citadinos;
- * Há falta de conscientização dos governos para a expansão do ensino agrícola;
- * O ensino no meio rural é insuficiente, tanto em quantidade como em qualidade, e não atende as reais necessidades das famílias rurais, quando se sabe que o ensino é um direito de todos;
- * Inexiste entrosamento entre a escola e a comunidade para discutir currículos, problemas, etc.
- * O período escolar não é adequado a realidade rural (safras, períodos de plantio e colheita, etc.) o que tem levado a evasão dos alunos por necessidade de mão-de-obra na lavoura;
- * Excessiva rotatividade dos professores, geralmente, por interferências políticas;
- * Faltam cursos de alfabetização de adultos no meio rural;

g. A mulher trabalhadora rural e as condições de trabalho

- * A mulher trabalhadora rural é fortemente discriminada em relação a mulher urbana, que por sua vez, também é discriminada;
- * Em relação ao contrato de trabalho o principal problema é o fato de não ter carteira assinada, conseqüentemente:
 - . não tem descanso semanal remunerado;
 - . não tem férias;
 - . não tem aviso prévio;
 - . não tem direito ao pagamento de férias proporcionais;
 - . não tem estabilidade na entressafra;

Enfim, não tem os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

- * Em relação a jornada de trabalho a principal questão levantada é quanto a sua duração que, em geral, varia de 10 a 12 horas;

- * Em relação ao salário observa-se que as preocupações estão relacionadas ao desrespeito quanto ao pagamento do piso estabelecido no país. Além disso, não é pago o salário família, nem recolhido o FGTS, ou mesmo previdência social. Geralmente, a mulher do caseiro rural não recebe nenhum pagamento embora execute uma série de tarefas como ajudante do marido. As trabalhadoras rurais não tem direito ao salário desemprego;
- * Quanto ao mercado de trabalho a mulher trabalhadora rural não tem reconhecida a sua formação profissional, fruto da desqualificação nas ocupações que exerce.
- * Quanto as condições de trabalho, as mulheres rurais não tem seguro por acidente de trabalho, nem direito à boa alimentação, ao descanso ou repouso remunerado;
- * Inexiste transporte seguro para as trabalhadoras ou algum tipo de vale-transporte como o que é adotado no meio urbano;
- * Não existem creches nas proximidades dos locais de trabalho no meio rural;
- * Quanto ao direito a saúde as trabalhadoras rurais ressentem-se da falta de:
 - . assistência médica, odontológica ou ambulatorial;
 - . programas de prevenção de doenças;
 - . programações de eventos (palestras, seminários, etc.) de orientações gerais sobre a saúde;
 - . licença remunerada para tratamento da saúde;
 - . orientação sobre a preservação da saúde da mulher em relação a utilização de agrotóxicos;

Além disso, apontam a discriminação que sofrem por ocasião de necessidades de atendimentos nos hospitais, ou postos de saúde, na zona urbana.

5. Algumas conquistas alcançadas pelas mulheres rurais

Em que pese que as reivindicações apresentadas pelas mulheres nas últimas décadas mantêm-se, em grande parte, praticamente as mesmas, há que se reconhecer que, apesar da pouca sensibilização dos legisladores em relação a inclusão das mulheres nas políticas voltadas ao setor agropecuário, algumas conquistas foram obtidas, especialmente, a partir da Constituição de 1988.

A maioria das conquistas obtidas com a última Constituição Brasileira (1988) são comuns a todas as mulheres urbanas ou rurais. Dentre elas destacamos algumas, apresentadas a seguir, que dizem respeito à mulher rural.

- igualdade de tratamento entre o homem e a mulher perante o Estado, sem distinção de qualquer natureza, quer nos seus direitos quer nas suas obrigações (Art. 5,I);
- mulher assalariada ou produtora em regime de economia familiar, abandona a condição de dependente do marido para assumir a posição de segurada da Previdência Social, sendo portanto titular de direitos;
- assistência gratuita aos filhos de até 6 anos, em creches e pré-escolas (Art. 6, XXV);
- uniformidade e equivalência de benefícios entre urbanos e rurais (Art. 199, II);
- às agricultoras em regime de economia familiar ficou assegurada a contribuição para a seguridade social, mediante percentagem sobre a produção comercializada (Art. 200, §8);
- nenhum benefício será inferior ao salário-mínimo (Art. 208, §5);
- contagem recíproca do tempo de serviço urbano, rural e de serviço público (Art. 207, §único);
- é plena a liberdade de participar de associações, sindicatos ou cooperativas (Art. 5, XVII c/c Art.8);
- beneficiária ou titular de lotes de reforma agrária (Art. 194 §único), assim como parte legítima para requerer usucapião especial (Art. 196);
- o título de domínio e a concessão de uso são conferidas ao homem e à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, nos termos e condições previstos em lei (Art. 194, III, §único);

Este último Artigo reveste-se da maior importância uma vez que até então o título da terra era dado apenas ao chefe da família. Nos casos de separação, de uniões não legalizadas, a mulher não tinha nenhum direito à terra. Também, ao ter direito ao título, a mulher passa a usufruir de outro direito negado aos que não os têm, como é o caso do crédito agrícola.

Algumas dessas e outras conquistas constitucionais, no entanto, necessitam ser regulamentadas para que possam ser executadas em sua plenitude.

"Segundo as últimas informações disponíveis do extinto MIRAD (Ministério da Reforma Agrária), 1.613 mulheres conquistaram o título da terra em 23 estados da Federação até abril de 1988,

representando 7,6% do total de 25.187 títulos concedidos até aquela data. A nova Constituição, especialmente com a regulamentação de seus vários artigos, deve aumentar significativamente o número de mulheres beneficiadas. Embora hoje a Constituição lhe seja favorável, as lutas e reivindicações dos grupos organizados de mulheres continuam. No governo anterior, uma mulher rural foi beneficiada com um lote de terra depois de lhe ter sido negado, pelo fato de ser mulher. Houve manifestações, com grande cobertura da imprensa e a mulher acabou recebendo o lote por ordem do Presidente. Casos isolados como este demonstra a necessidade de organização e participação das mulheres nas lutas por seus interesses" (Ministério da Agricultura, 1991).

6. Algumas considerações sobre a contribuição da mulher rural na renda familiar

Segundo a FAO (1986)⁴ "é bastante difícil calcular adequadamente os rendimentos dos lares camponeses e converter em rendimento monetário a produção destinada ao autoconsumo, assim como as atividades domésticas de manutenção do lar. Como estas são atividades designadas as mulheres rurais, a estimativa do rendimento da mulher é precisamente a mais problemática".

Ainda, segundo estimativas da FAO (1986), com base em estudos de caso na economia camponesa, a contribuição feminina no rendimento total familiar, as vezes, é de 50%. Os estudos de casos mostram que a mulher participa quase em todas as atividades agropecuárias, sendo sua participação mais acentuada nas pequenas unidades produtivas, como mão-de-obra não remunerada.

Este tópico, por tratar-se de uma das indagações centrais deste estudo, será motivo de detalhamento e aprofundamento a partir da realização da pesquisa de campo.

7. Conclusão

Como síntese de toda a abordagem anterior, se pode depreender que a participação feminina é evidente e substancial, tanto nos trabalhos próprios de uma economia rural de subsistência, como na agricultura comercial e em atividades econômicas não agrícolas nas áreas rurais brasileiras. Estudos que fazem referência comparativa dessa participação com a que se observa em outras regiões em desenvolvimento, consideram-na alta.

Há que se ressaltar o completo descaso para com esse importante segmento da população rural.

⁴ FAO 1986.

O problema não é, por conseguinte, aumentar o trabalho feminino, senão buscar fórmulas que permitam reconhecer a sua importância e a sua participação, e utilizar, ao máximo, o potencial produtivo de seu trabalho, em forma rentável e para o seu benefício.

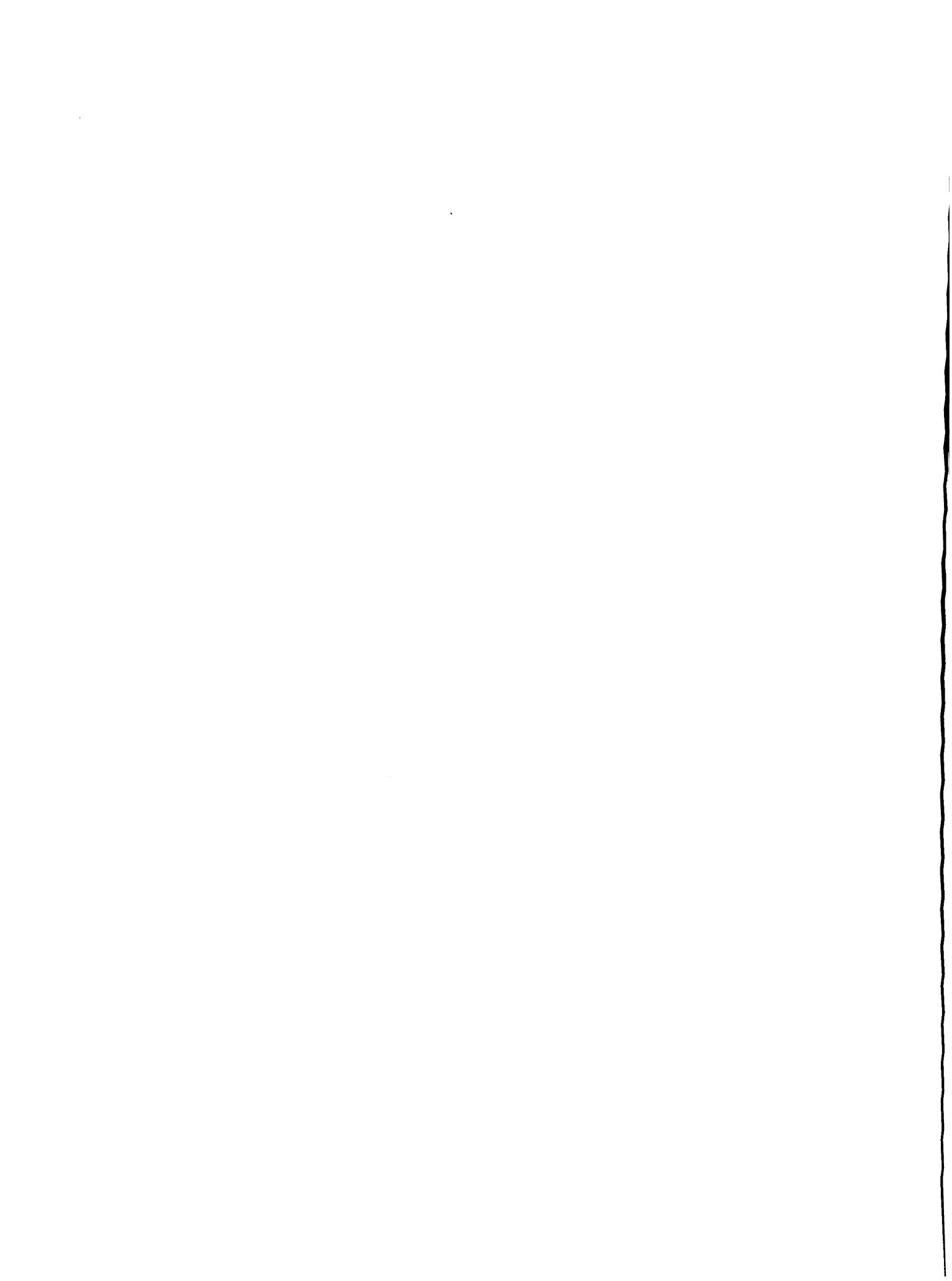
B. Objetivos

O objetivo geral deste estudo, consiste em preparar as bases de sustentação técnica, para orientar as políticas e ações governamentais dirigidas a melhorar as condições do trabalho da mulher rural, especialmente, como produtora de alimentos e, através disto, aumentar a eficiência do setor agropecuário, seus níveis de competitividade dentro do processo de abertura econômica, e as condições de segurança alimentar.

Os objetivos específicos são:

- Analisar os processos tecnológicos utilizados na produção de alimentos básicos, entre eles os utilizados pelas mulheres rurais, e seus efeitos sobre as mesmas e sobre o resultado de seu trabalho.
- Identificar as características da transformação e comercialização de produtos agropecuários, e como estas afetam a mulher produtora rural, destacando seu trabalho e seu papel neste processo.

Com base nestes objetivos, e como resultados dessas análises, são apresentadas conclusões e formuladas recomendações de política, marcos institucionais e idéias de programas e projetos, que contenham propostas específicas orientadas a melhorar a situação da mulher no meio rural, e as bases que permitam o desenvolvimento de ações dirigidas a este setor.



II. AS POLÍTICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO SOBRE TECNOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS

É importante ressaltar, logo no início deste capítulo, que a partir da verificação da literatura coletada sobre política tecnológica e de comercialização, parece não haver dúvidas que, até o presente, pouca ou nenhuma atenção foi dada à mulher rural por parte dos responsáveis pelo estabelecimento de políticas ao setor. Isto significa dizer que, mesmo com o reconhecimento da importante participação da mulher no setor produtivo, reafirmado na literatura, esta não tem sido contemplada como era de se esperar nas diretrizes tecnológicas ou de comercialização.

Pretende-se, neste capítulo, apresentar uma resenha da Política Agrícola adotada no país, especialmente nas últimas décadas, e seu impacto sobre os setores da pequena produção, uma resenha da Política de Comercialização, voltada aos produtos alimentícios originários do pequeno produtor, e a estrutura institucional e programas em curso.

Para tanto, é fundamental iniciar estabelecendo uma compreensão sobre o que seja a pequena unidade de produção, às vezes chamada de agricultura familiar, objeto deste trabalho.

Pode-se dizer que esta categorização para a classificação dos imóveis rurais, teve o seu reconhecimento legal a partir da elaboração do Estatuto da Terra, em 1964, que estabelecia como uma das categorias o minifúndio.

Há, contudo, a necessidade de reconhecer que qualquer tentativa de definição é bastante polêmica pois, apesar de ser um tema antigo, até o momento não se tem uma conceituação exata. Portanto, vale ressaltar que o entendimento do que seja a pequena produção, é válido, neste caso, como tentativa de compreensão sobre essa significativa parcela da população rural.

É importante enfatizar, também, que o Brasil é um país continental que apresenta enormes diversidades geográficas e climáticas e diferenças sócio-culturais e econômicas de ampla magnitude entre as suas regiões. Por isso, entende-se que não existem indicadores perfeitos, únicos, que se adequem a todas as realidades. Pode-se tentar aglutinar, em alguns casos, dois ou mais fatores, mas sempre tendo em mente as diferenciações regionais e em alguns casos, até mesmo dentro de uma mesma região.

Segundo Carvalho (1986) a pequena produção é compreendida como a unidade de produção que é administrada por um grupo doméstico (família singular e parentes) que tem como componente determinante a força de trabalho deste grupo, utilizando-se ou não de capital intensivo para produzir. A utilização da força de trabalho assalariada é esporádica não se constituindo, portanto, na maior parte do total da mão-de-obra consumida na unidade de produção.

Na tentativa de ampliar o conceito proposto por Carvalho (1986), procura-se adotar a orientação de Altafin & Camargo (1990) que, através de entrevistas e análise da literatura, identificaram três indicadores mais utilizados que permitem oferecer um "denominador comum mínimo" que são: tamanho da área; mão-de-obra e tecnologia.

Portanto, para fins deste estudo, identifica-se a pequena produção pela combinação desses três fatores, a saber:

- * **Tamanho da área:** até 50 ha. Não podendo utilizar-se este parâmetro com rigidez, pois é notório o fato de que nem todas as unidades de até 50 ha são de pequena produção. Porém, é bem aceito o fato de que a maioria da pequena produção está em áreas de até 50 ha.
- * **Mão-de-obra:** basicamente familiar. É bem aceita a generalização de que a pequena unidade produtiva utiliza mão-de-obra familiar, apesar de ser considerada de pequena produção aquela que esporadicamente contrata mão-de-obra temporária.

Segundo os mesmos autores, "uma correlação bastante ilustrativa entre os indicadores apresentados pode ser feita através do trabalho de Kageyama e Bergamasco (1988), que mostra que 90% das propriedades que utilizam mão-de-obra puramente familiar tem até 50 ha".

- * **Tecnologia:** predominantemente a tradicional. Neste entendimento considera-se que a classificação "tradicional" se deve a pouca utilização dos chamados "insumos modernos". Também é aceita como pequena produção aquela que utiliza a "tecnologia adaptada", geralmente entendida como a utilização mais racional possível dos fatores de produção disponíveis e algumas tecnologias de baixo custo, de conhecimento popular, geradas e adaptadas pelos próprios produtores.

Agrega-se, ainda, a estes indicadores, outra característica da pequena produção, que segundo Paulinelli (1990)⁵, é a questão organizativa/associativa. Enquanto médios e grandes produtores se organizam para se defender, outros, especialmente os pequenos que trabalham para a sua subsistência, devido ao baixo nível cultural, de conhecimento, de associativismo, vivem geralmente isolados.

Para caracterizar melhor as pequenas unidades produtivas, segundo Carvalho (1986), ainda que coexistindo múltiplas situações, onde se identifica distintas combinações de formas de capital, sistemas de produção, relações com o complexo agroindustrial, etc., pode-se identificar algumas características muito próprias, tais como:

- * pequenas áreas disponíveis à exploração agropecuária;
- * baixa qualidade dos solos com dificuldades de manejo;
- * força de trabalho familiar e difusa (adultos, menores e crianças), com baixo grau de escolaridade;

⁵ Alisson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura, entrevistado em 1990, por Altafin e Camargo, Op. cit.

- * pouca disponibilidade de capital;
- * sistemas de produção diversificados e com elevado uso de consorciação de cultivos;
- * sistema tradicional de tecnologia, porém com elevada susceptibilidade à inovações tecnológicas face a dependência cultural perante o saber técnico;
- * subordinação a pressão consumista de insumos via representantes comerciais, assistência técnica e crédito rural;
- * pouco acesso aos mercados e baixo poder de barganha;
- * elevado grau de convívio social entre familiares e de vizinhança.

É comum constatar-se que, academicamente, já não se dedica tanto espaço ao estudo da pequena unidade produtiva e, também, ela é cada vez menos prioritária nas políticas governamentais, principalmente se comparado com posições assumidas a partir de 1985.

Há, contudo, dados suficientes para comprovar que a participação da pequena unidade produtiva na produção de alimentos, notadamente aqueles que constituem a "cesta alimentar básica", é bastante significativa, principalmente em algumas regiões onde este tipo de agricultura é predominante, como é o caso do Nordeste brasileiro.

Embora as estatísticas tenham demonstrado que, a nível nacional, tem ocorrido alguma redução percentual na participação da pequena produção na oferta de alimentos básicos, esta redução pode ser atribuída ao aumento da participação de áreas com mais de 100 ha na produção destes alimentos. E este aumento pode ser atribuído a avanços tecnológicos verificados, notadamente, em algumas culturas como arroz, milho e feijão. Observa-se, também, que a expectativa de desaparecimento da pequena produção, apontada por alguns autores, não passa de um grande equívoco. É comum enfatizar-se o fato de que este grupo continua representando a grande maioria das cerca de 37 milhões de pessoas no meio rural e significa mais de 80% do pessoal ocupado na agropecuária (Censo Agropecuário IBGE, 1985).

De acordo com o Censo Agropecuário (1985), os estabelecimentos de até 50 ha produziram, em 1980, aproximadamente 30% do arroz, cerca de 56% do milho, 33% do leite, 66% do feijão e, 78% da mandioca. Isto equivale atribuir, praticamente, toda essa produção à pequena unidade produtiva, uma vez que a maioria dos estabelecimentos com menos de 50 ha se caracterizam por utilizar a mão-de-obra familiar, e/ou alguma contratada sazonalmente.

Vários dos entrevistados por Altafin & Camargo, lembram ainda, que no Sul do país, à pequena produção é atribuído um papel significativo, não só na produção de alimentos básicos, como também, na produção de produtos especializados, quando integradas à agroindústria de carnes, fumo, vinho, conservas de frutas, fibras, etc.

Esta contribuição dos pequenos produtores na produção de alimentos básicos, é **sempre vista** como importante o suficiente para justificar investimentos e ações governamentais com vistas a buscar alternativas que os torne mais eficientes.

Entretanto, contraditoriamente, as políticas governamentais tem contribuído para transformar os pequenos produtores de alimentos em desempregados urbanos.

Ainda, segundo Altafín & Camargo (1990), "uma crítica bastante frequente ao apoio à agricultura familiar como produtora de alimentos básicos, é que se estaria criando uma reserva de pequena agricultura tradicional com baixíssimas possibilidades de retorno financeiro".

Para Alves (1990), embora a agricultura tradicional estar sendo ameaçada muito rapidamente, há grandes bolsões que resistirão por muito tempo, principalmente no Nordeste. E assegura, ainda, que de modo geral, a política brasileira tem beneficiado os consumidores às custas dos agricultores pequenos e pobres. E afirma, também, que "nada no mundo justifica discriminar a pobreza rural para poder ajudar a pobreza urbana".

A. Resenha da Política Tecnológica

Procura-se estabelecer, neste tópico, a caracterização histórica dos instrumentos considerados alicerces da política agrícola desenvolvida nas últimas décadas e a tecnologia adotada na pequena produção, além dos impactos ocasionados a essas unidades e, em especial, sobre a mulher produtora de alimentos.

Um fator que desvia para longe do campo a atenção dos planejadores e demais responsáveis pelas políticas de desenvolvimento, fazendo com que haja uma tendência em aumentar ainda mais a distância entre as duas parcelas da sociedade brasileira, é a mudança histórica verificada na distribuição da população com intensa concentração urbana, como pode-se observar na Quadro 2.

Na análise do Quadro 2 constata-se que, em pouco mais de quatro décadas ocorreu uma redução percentual da população rural de 68,76% para 24,53%, enquanto a população urbana passava de 31,24% para 75,47%.

Entretanto, estes dados embora preocupantes, ainda não são alarmantes, pois, o Brasil, além da vasta área territorial, tem excepcionais condições de clima e solo e um razoável potencial humano para produzir os alimentos, fibras, óleos e energia, necessários ao abastecimento interno -o mais importante objetivo de todos os governos- e, ainda para atender à demanda de exportação.

Há que se reconhecer, contudo, que o atraso tecnológico verificado na maioria dos pequenos estabelecimento rurais, impede a obtenção de altos índices de produtividade e de renda por parte dos produtores.

A par do atraso tecnológico, a falta de incentivos na produção e os preços agrícolas vigentes na comercialização das safras estão, juntamente com os problemas fundiários, entre os maiores responsáveis pela pobreza e pela miséria do homem do campo.

Segundo Olinger (1985) "a origem desses males está, em grande parte, nos desacertos da Política Agrícola que tem sido exercitada no Brasil".

1. Instrumentos de política tecnológica

De um modo geral, os instrumentos estabelecidos partem da constatação básica de que do ponto de vista do desenvolvimento agroeconômico, a tecnologia agropecuária passa a ter valor efetivo apenas a partir do momento em que se incorpora ao processo produtivo, isto é, quando é efetivamente adotada pelos produtores rurais ou agroindustriais. Demonstrem, por conseguinte, a diretriz social e política de dirigir a geração e a difusão de tecnologia para o atendimento da demanda por conhecimentos técnico-científicos e inovações tecnológicas.

Inúmeros são os condicionantes que afetam o atingimento dos objetivos de cada um desses instrumentos. Pode-se destacar as características individuais (tamanho e localização dos estabelecimentos, posse da terra, disponibilidade de mão-de-obra, etc.), as condições de mercado (preços de insumos e produtos, canais de comercialização, etc.), o acesso a informações para subsidiar a tomada de decisões e o seu acesso a políticas governamentais de fomento, crédito, preços mínimos, seguro agrícola e outros.

Assim, pode-se inferir que a eficácia desses instrumentos de tecnologia depende de sua capacidade de colocar à disposição dos produtores rurais os conhecimentos tecnológicos que atendessem às suas necessidades específicas, definidas em função das condicionantes a que estavam submetidos.

a. Pesquisa agropecuária

Inicialmente pretende-se apresentar uma evolução histórica, ainda que telegráfica, da pesquisa agrícola no país.

Historicamente a geração de tecnologia agropecuária foi estimulada mais com o objetivo de atender às necessidades dos grandes produtores de culturas de exportação.

O Estado foi o grande patrocinador da instalação dos vários Institutos de pesquisa e escolas de agronomia, a partir da década de 40, localizados nas grandes regiões geográficas, principalmente voltados a adaptação das variedades melhoradas as condições edafoclimáticas existentes e ao estudo das culturas regionais.

Na década de 50 e parte dos anos 60, a produção agropecuária estava assentada no uso de insumos, geralmente importados, o que incentivou a estruturação do complexo agroindustrial, que por sua vez motivou e direcionou a pesquisa agropecuária no país.

O processo de modernização da agricultura brasileira, impulsionado na década de 60 com a instalação da indústria de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas agrícolas, não só contribuiu com a reprogramação das linhas de pesquisa mas, também, com a crescente urbanização do país.

Neste período, o aporte de crédito rural subsidiado, e orientado, na sua aplicação, pelo serviço de assistência técnica, fez com que a preocupação dos pesquisadores se voltasse para a produtividade da terra e do trabalho, notadamente para as culturas de exportação. Isto fica evidente atentando-se para o fato que no período 1961-79, os produtos alimentares tradicionais como arroz, feijão, mandioca e milho, produzidos pela pequena produção, tiveram seus rendimentos nulos ou até decrescentes, enquanto que os produtos voltados para a exportação como cacau, café, soja algodão e cana apresentaram rendimentos positivos (Alves, 1984).

No final da década de 60 criou-se no Ministério da Agricultura o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), com o fito de estimular, orientar e coordenar a pesquisa agrícola nacional.

Segundo Carvalho (1992), o DNPEA não conseguiu acompanhar o dinamismo das demandas por novas tecnologias, especialmente, por atuar na adaptação às condições locais das tecnologias importadas e não atender a contento as demandas emergentes, o que resultou no esgotamento do modelo em suas próprias limitações.

A partir dessa constatação, e com o objetivo de acelerar o processo de modernização da agricultura, o Estado promove mudanças estruturais e extingue o DNPEA, criando, em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, de caráter público e vinculada, também, ao Ministério da Agricultura.

Desde então, houve grandes alterações em toda a política científica do país, especialmente com o surgimento do novo modelo de atuação da pesquisa coordenado pela EMBRAPA.

Para melhor entender o modelo de ação da Pesquisa Agropecuária, expõe-se abaixo, na íntegra, um trecho extraído de EMBRAPA (1984) :

"O modelo institucional de pesquisa da EMBRAPA estabeleceu duas dimensões básicas de atuação:

1. execução direta da pesquisa através de centros nacionais de pesquisa por produto, centros regionais de recursos e unidades de pesquisa de âmbito estadual;
2. ação coordenadora, programática e normativa das pesquisas de âmbito estadual, que, por delegação, seriam realizadas por empresas estaduais ou programas integrados,

também desenvolvidos no estado por outras unidades de pesquisa. Este conjunto compõe o então chamado Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária-SCPA, liderado pela EMBRAPA.

O modelo de execução de pesquisa preconizado pela EMBRAPA foi o chamado "modelo concentrado". Partiu-se do pressuposto de que o país não dispunha de recursos financeiros em abundância, de massa crítica de pesquisadores e de massa crítica de empresários que se dirigissem aos institutos e formassem, eles próprios, os seus sistemas de produção. A alternativa seria, portanto, dirigir as pesquisas para determinadas atividades e produtos, de modo a viabilizar a montagem de sistemas de produção para oferecer aos agricultores e pecuaristas.

Assim sendo, os centros nacionais de pesquisa e centros regionais de recursos caberiam as funções de desenvolver trabalhos, principalmente de seleção de genótipos e modificação do meio ambiente, enquanto aos sistemas estaduais de pesquisa caberia a responsabilidade de adaptar tecnologias e gerar soluções de pesquisa apenas em casos especiais, para produtos regionais não trabalhados pelos centros de pesquisa.

Os centros nacionais de pesquisa seriam caracterizados, de modo geral, pela grande concentração de pesquisadores, pessoal de apoio e recursos financeiros voltados para um produto ou, no máximo três produtos agrupados. Uma equipe multidisciplinar altamente especializada produziria conhecimentos científicos capazes de se cristalizarem em tecnologias para compor um número máximo de sistemas de produção, que seriam adaptados pelo sistema estadual de pesquisa de acordo com as peculiaridades de cada região.

Por seu turno, os centros regionais de recursos se dedicariam aos estudos de levantamento de recursos naturais e sócio econômicos da região e de aproveitamento desses recursos da forma mais racional, usando o equilíbrio da relação planta/animal/solo/ambiente, para desenvolvimento de sistemas de produção para os produtos de maior vocação da região estudada.

Ao sistema estadual de pesquisa caberia a adaptação da tecnologia gerada nos centros nacionais de produtos ou a geração de tecnologia restrita aos produtos chamados de interesse local, por não serem contemplados pela programação dos centros nacionais".

Há que se considerar que a EMBRAPA conseguiu reduzir a dependência de conhecimentos gerados no exterior. É notório que, o Estado, através da pesquisa, estimulou e continua estimulando a crescente penetração do capitalismo no campo, reestruturando e dinamizando o complexo agroindustrial brasileiro.

Em que pese o reconhecimento de que este instrumento de política, contribuiu significativamente para o desenvolvimento tecnológico do setor agrícola, é difícil creditar-lhe os impactos observados em função da dificuldade de separação da influência dos demais instrumentos adotados.

Do ponto de vista tecnológico, considera-se que, inúmeros resultados de pesquisa alcançaram os pequenos produtores. Embora continuem perpetuando as condições sócio-econômicas dos usuários. São tecnologias que dizem respeito a melhores e mais adaptados materiais genéticos, a mais adequados conhecimentos sobre manejo e tratos culturais, ao uso eficiente dos chamados insumos modernos e tecnologias de preservação do meio ambiente.

Evidentemente, as recomendações emanadas pelas agências de pesquisa, na sua grande maioria, são de aplicação universal entre grandes médios e pequenos produtores. Quando adotadas, cada categoria usará esses conhecimentos na escala respectiva, na medida de suas possibilidades. Essas tecnologias não são poupadoras de mão-de-obra, como é o caso das tecnologias mecânicas. Pelo contrário, são tecnologias que tendem a aumentar a demanda por serviços, com uso mais intensivo da força de trabalho rural e, especialmente, a familiar. Esta é uma situação clara que está a exigir a maior presença da mulher no setor produtivo.

Entretanto, observa-se, que em nenhum momento, na vasta literatura de pesquisa agropecuária existente no país, se faz alguma indicação de tecnologias destinadas, e/ou facilitadas no seu uso, à mulher rural produtora e participante direta do processo produtivo.

Acredita-se que a baixa renda e a falta de oportunidades de emprego, situam-se entre os maiores problemas que os pequenos produtores se defrontam. Alves & Pastore (1975) já salientavam a importância da pesquisa como fonte geradora de conhecimentos que permitia aumentar a oferta agrícola dos pequenos produtores de forma constante, mesmo que para isso fosse necessário a adoção por um número significativo de produtores. Entretanto, acredita-se que o maior obstáculo a adoção de tecnologia resida no próprio ambiente sócio-econômico da pequena produção. Esse ambiente seria especialmente discriminatório no caso dos pequenos produtores. Pois, a política econômica vigente, a medida que aumenta o preço dos insumos, reduz o preço dos produtos e aumenta a flutuação dos preços, e com isso torna inviável o processo de adoção de tecnologias que exigem maiores investimentos e maiores riscos na fase de implantação.

A moderna tecnologia, associada ao uso intensivo de "insumos modernos" e, portanto, a maiores inversões em dinheiro, tem poucas chances de ser adotada pelos pequenos produtores. Na existência de situações de grande incerteza, o produtor preferirá adotar tecnologias de dispêndio mínimo em dinheiro e, ainda, procurará reduzir o seu risco, por exemplo, através de contratos de parceria.

A EMBRAPA se caracteriza por apresentar uma forte concentração de pesquisa em áreas estratégicas. Essas áreas dizem respeito a produtos destinados à alimentação, à exportação, à produção de energia na agricultura, a produtos destinados ao processamento industrial e ao aproveitamento racional dos recursos naturais.

A partir do Decreto Presidencial, de outubro de 1990, que atribuiu à EMBRAPA a coordenação do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural, esta vem repensando o seu modo de interagir com a sociedade e a forma de planejar e executar o seu trabalho.

O quadro político nacional desenhado recentemente, sinaliza uma série de alterações na vida econômica do país. A nova política para o setor agropecuário fortalece grandemente as ações de geração e transferência de tecnologias e busca racionalizar social e economicamente a produção, e a circulação dos bens de origem agrícola. Neste quadro, o papel delegado à EMBRAPA está inserido dentro de uma política global para a modernização da agricultura. Daí a necessidade de que os pesquisadores ouçam mais os agricultores, especialmente os pequenos que são os responsáveis pela maior parte da produção de alimentos básicos, os pecuaristas, os consumidores, os técnicos que trabalham diretamente no campo e a mulher rural, para que as decisões a serem tomadas a respeito dos programas, possam dar respostas aos problemas verdadeiramente sentidos pela família rural e pelos consumidores.

b. Assistência técnica e extensão rural

Sem nenhuma dúvida, a assistência técnica e extensão rural, juntamente com a pesquisa e o crédito, podem ser considerados os principais instrumentos de política tecnológica utilizados no país no período pós-guerra.

Em uma breve visão histórica sobre as atividades de assistência técnica e extensão rural no Brasil, observa-se que tiveram início no final da década de 40, com base na experiência norte-americana dos "Land Grant College"⁷, que trabalhavam sustentados pelo tripé formado pela pesquisa, difusão de técnicas agrícolas e treinamento de pessoal. Pelo fato de ter surgido na mesma época que surgiu na América Latina foi considerada por inúmeros estudiosos, entre estes Padilha (1984), como algo exógeno, surgido por necessidade externa.

A experiência americana, com aspectos culturais, sociais e políticos próprios, com características de posse e uso da terra de acordo com sua colonização, e com economia forte e dinâmica, foi simplesmente transplantada para o Brasil (Carvalho, 1992).

A primeira experiência extensionista, efetivamente realizada no país, ocorreu em Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, em 1948, e se diferenciava do modelo americano por não trabalhar com crédito e ter uma participação comunitária. Naquela ocasião foram desenvolvidas atividades relacionadas com a cafeicultura, milho e leite. Foram realizadas ainda, atividades com grupos agrícolas de jovens, sobretudo sobre sementes de milho híbrido e horticultura. A economia doméstica era outra ação enfatizada e pode-se considerar a primeira dirigida às mulheres rurais através de orientações médicas, dentárias, puericultura e saneamento básico. Mais tarde a essa experiência foi atrelado o crédito rural especial.

⁷ O Sistema *Land Grant College*, cuja filosofia básica se apoiava no princípio da integração do Ensino-Pesquisa-Extensão, resultou na criação de um serviço de extensão rural nos Estados Unidos, cujo objetivo primordial era orientar o agricultor e sua família através de pessoal técnico dotado de treinamento específico para este fim.

Essa experiência inicial de São Paulo irradiou-se para outros estados das regiões sudeste, sul e nordeste. Em 1956, por iniciativa dos dirigentes dos serviços estaduais, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural- ABCAR, entidade civil de direito privado, com a finalidade de coordenar o sistema nacional e captar recursos federais.

Somente em 1974, com a transformação da ABCAR para Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER, entidade pública, formalizou-se o SIBRATER⁸. Apenas no Estado de São Paulo a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI, manteve-se a margem do Sistema, por razões de ordem política e filosófica, além de associar extensão rural ao fomento (associação esta não adotada pelo SIBRATER).

Durante a década de 70, o SIBRATER foi instado a participar no processo de crescimento acelerado da economia brasileira, onde eram reservados certos papéis à agricultura, considerada como setor retardatário e retrógrado da economia do país (Sousa, 1990).

Segundo esses mesmos autores, as linhas centrais de ação do Sistema eram voltadas para a introdução acelerada de tecnologias, visando a alterar a base técnica dos processos produtivos, ampliando a oferta de produtos via aumento da produção e da produtividade. Este período que se estendeu até o início da década de 80, foi marcado pela sobreposição da linha produtivista aos processos educativos, com significativos resultados alcançados, "passando a agropecuária a contribuir para a contenção dos custos de reprodução da força de trabalho, para a liberação de mão de obra para os demais setores, para o crescimento das exportações e para a ampliação e consolidação do complexo agroindustrial".

O objetivo central da extensão rural sempre foi o de contribuir para mudanças sócio-econômicas e culturais vigentes no meio rural. A idéia básica está calcada na assertiva de que aumentando a produtividade da terra e da mão-de-obra, o agricultor tenderia a transformar-se em empresário agrícola.

A análise das linhas de ação, dos objetivos e do público alvo permite avaliar a complexidade de suas ações e a dificuldade de cumprir a sua missão. O Sistema tem como função primordial a execução da política de ATER, dando ênfase aos trabalhadores rurais e aos mini, pequenos e médios produtores, que constituem a maioria da população rural brasileira e que são responsáveis por significativa parcela da produção de alimentos básicos para o consumo interno. Sua atuação é centrada nos processos produtivos e gerenciais, além de assessorar os produtores no tocante a armazenagem da produção, comercialização (desde a compra dos insumos à venda da produção) e organização rural mediante diferentes formas associativas. Sua ação era complementada com a orientação às famílias rurais, especialmente, às mulheres rurais sobre os aspectos relacionados com educação, saúde e nutrição.

⁸ SIBRATER- Sistema composto pela EMBRATER, que o coordenava, e por 25 empresas públicas estaduais de extensão rural, vinculadas às secretarias de agricultura, em todas as Unidades da Federação.

Os maiores desafios da extensão rural surgem a partir da opção pela atuação com o pequeno produtor, resultante das próprias características das pequenas unidades produtivas e das políticas para este setor. Essas políticas normalmente favorecem aos médios e grandes produtores. A tecnologia agropecuária disponível também privilegia essas duas categorias em detrimento dos mini e pequenos produtores. Em consequência, algum desempenho tido como satisfatório da ATER é fruto do conhecimento e domínio de toda a realidade que cerca a pequena produção.

Para melhor entendimento da atuação da ATER seria conveniente e importante analisar-se as ações de forma regionalizada. Contudo, a literatura consultada nos permite relacionar algumas possíveis causas gerais dos problemas do SIBRATER:

1. enfatizar a pequena produção sem, contudo, ter capacidade de modernização dos processos produtivos adotados;
2. descrédito dos extensionistas em obter resultados mais palpáveis em termos de renda dos produtores assistidos;
3. mais ênfase nos processos metodológicos de difusão de tecnologias do que em tecnologias de modernização da pequena produção;
4. dificuldade de adequar inovações tecnológicas às condições da pequena produção;
5. pouco desenvolvimento dos recursos humanos nas áreas de pós-graduação;
6. a crise de recursos financeiros é outro fator que historicamente prejudicou o desempenho do Sistema. É claro, que esses problemas citados diferem de uma região para outra, fazendo com que os serviços sejam bastante diferenciados, notadamente no sul do país.

A par da extensão pública e atrelada ao desenvolvimento econômico, notadamente verificado a partir da década de 60, a extensão privada cresceu de importância e especializou-se na transferência de tecnologia (assistência técnica propriamente dita), dirigida especificamente ao homem rural, enquanto que a extensão pública voltava-se cada vez mais aos aspectos organizacionais e sociais, dirigindo sua ação às famílias e comunidades.

Analisando-se a atuação da assistência técnica privada observa-se que ela desenvolveu-se mais nas regiões de agricultura mais forte, centro-oeste, sudeste e sul, pois era onde encontrava produtores com condições de pagar pelos serviços prestados, comandadas pelo parque industrial e agroindustrial, por firmas de insumos, cooperativas e organizações especializadas em planejamento. Percebe-se que essa ação resultou em impactos tecnológicos em muitos setores da economia rural, notadamente junto a médios e grandes empresários, mas nenhuma ação direta junto às mulheres produtoras de alimentos.

Em relação a ATER pública, é importante salientar que, segundo seus estudiosos, não resumia-se a uma simples assistência técnica e creditícia, a qual levaria a maior adoção de inovações

tecnológicas. Para esses estudiosos, teóricos da extensão rural, esta possuía uma "filosofia" própria, de caráter educativo. Assim, o princípio norteador das ações se dava através de uma "ética abrangente da técnica de produção, do complexo cultural e da condição sócio-econômica de quem produz - o agricultor e sua família".

Ainda conforme Gabriel (1970), para esses estudiosos o "acesso do agricultor aos benefícios da tecnologia moderna" estaria condicionado principalmente pela "educação do homem para que se torne um usuário efetivo".

Segundo Olinger (1985), tendo em vista a importância da mão-de-obra representada pela mulher e pela juventude rural na produção agropecuária, no estrato de pequenos e médios produtores, a assistência técnica e extensão rural devia considerar a família rural como a verdadeira unidade de trabalho, no campo. Afirmando, ainda, que era mais fácil trabalhar com jovens do que com adultos.

A ação desenvolvida pelas "extensionistas domésticas" junto as mulheres rurais no sentido de ajudar a melhorar os índices de saúde das famílias rurais, através da educação sanitária e alimentar, pode ser considerada, praticamente, a única ação governamental dirigida à mulher rural. Mais recentemente algumas ações foram desenvolvidas, com maior ou menor intensidade, em cada estado, dirigidas à mulher rural no sentido de integrá-la à agroindústrias ou simplesmente desenvolver a indústria rural caseira. As demais ações de ATER, tidas como produtivas, sempre foram dirigidas aos agricultores do sexo masculino.

Em períodos mais recentes a extensão rural pública sofreu grandes abalos, que iniciaram com o próprio descrédito governamental para com o setor agrícola e culminaram com a drástica limitação de recursos financeiros federais a serem repassados aos estados. Em consequência, a partir de 1987/88 o problema tornou-se mais sério com o início do "desmonte" do SIBRATER. Esse desmonte ficou evidente quando, no início de 1989, a EMBRATER foi dissolvida através de Decreto do Poder Executivo, tendo como justificativa a reforma tributária imposta pela Constituição de 1988. Apesar de ter sido reconstituída através de um Decreto Legislativo, no mesmo ano, tendo voltado a função de coordenadora do Sistema, foi novamente extinta através da "Reforma Administrativa", implementada a partir de março de 1990. Desde outubro de 1990, através de um Decreto da Presidência da República, ficou estabelecido que a coordenação do SIBRATER, com exceção das áreas de reforma agrária, passou a ser de responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Impactos da ATER sobre os produtores rurais

Analisando a evolução da agricultura brasileira, a partir da década de 40, momento em que instalava-se a assistência técnica e extensão rural no país, Alves (1988) identifica substanciais ganhos de produtividade da terra e do trabalho em relação a área que cada trabalhador cultivava. No período de 1950/86 a taxa de crescimento anual atingiu 4,3%.

O rendimento da terra passou a ser o fator mais importante na década de 70 e início dos anos 80, justamente o período tido como auge da ATER, quando a sua contribuição para o aumento da produção atingiu 59,3% (Alves e Contini, 1987).

Segundo Alves (1988), inegavelmente, houve ganhos no período e nisto a assistência técnica e extensão rural tiveram grande influência.

Apesar de algumas evidências, ao analisar-se os impactos devidos a cada um dos instrumentos de política sobre a pequena produção, a questão enfrentada por todos os estudiosos do assunto, é saber quanto pode ser atribuído a cada um deles e, especialmente, como medir esses impactos.

Além disso, em relação a extensão rural a dificuldade é ainda maior, pois algumas organizações públicas (SIBRATER, CATI-SP, CEPLAC-cacau, IBC-café, etc.) e outras privadas, dividem influências em algumas regiões. Ou, ainda, como identificar e atribuir a influência de um agricultor sobre outros, ou à busca de informações diretamente em escolas ou centros de pesquisa, e, também, através da difusão massiva de informações em rádios, jornais, revistas, etc.

Porém, nos estudos realizados não ficam demonstradas evidências que possam oferecer respostas objetivas a análise dessas questões.

Numa análise retrospectiva, Sousa & outros (1990), inferiram que ao SIBRATER, até 1972, não poderiam ser atribuídos grandes impactos uma vez que atingia, na média nacional, tão somente 9% do total de produtores. Embora atingisse até 20% na região sul. Mas na mesma análise identificam que na década de 80 o número de produtores assistidos subiu até próximo de 30% na média nacional, tendo atingido percentuais próximos de 40% nas regiões sudeste e sul.

Ao SIBRATER são atribuídas influências na mudança das políticas agrícolas, de modo a favorecer mais os pequenos produtores, mesmo que com medidas de pequeno impacto. Contribuiu, também, na mudanças nos cursos universitários e na modernização de outras entidades que se beneficiavam das inovações do Sistema, principalmente pelo fato de contar com técnicos/administradores por ele formados.

Algum impacto institucional na difusão de tecnologia para a modernização da agricultura, parece ser óbvio, a partir da análise da interiorização dos técnicos de ciências agrárias e da abrangência do Sistema. O SIBRATER constitui-se de 25 escritórios centrais (um em cada estado brasileiro), que coordenam as ações de 234 escritórios regionais, sediados em pólos de desenvolvimento, 2680 escritórios locais que atendem direta ou indiretamente a 4.056 municípios (88,7% dos municípios brasileiros), e 262 escritórios distritais, com sede nas comunidades. Segundo o relatório anual da EMBRAPA referente ao ano de 1992, a força de trabalho desse Sistema é constituída por 14.000 técnicos (sendo 7.957 de nível superior e 7.943 de nível médio) e 9.420 funcionários de apoio. Tendo assistido, na ocasião, a um total de 1.523.948 agricultores (1.331.099 pequenos, 155.596 médios e 37.258 grandes produtores rurais). Presta assistência, ainda, a um total de 35.495 comunidades rurais. As organizações rurais foram, também, contempladas com a atuação do Sistema, que se fez presente junto a 31.906 grupos de

produtores, 1.616 sindicatos de produtores, 914 sindicatos de trabalhadores e 799 cooperativas agrícolas.

c. Crédito rural

O crédito rural representa um suprimento de recursos financeiros a produtores e cooperativas rurais, tornando-se, dessa forma, num dos principais instrumentos de promoção da modernização da agricultura brasileira.

Foi na década de 60, particularmente após a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural-SNCR (lei 4.829, de novembro de 1965), que verificou-se no Brasil, uma substancial expansão no crédito concedido ao setor agrícola. Entretanto, como pode-se analisar no quadro a seguir, essa expansão se deu durante o período do chamado "milagre econômico", pois como pode-se verificar nos últimos anos os montantes destinados ao crédito rural retornaram (em valores constantes) aos volumes aplicados no início da década de 1970.

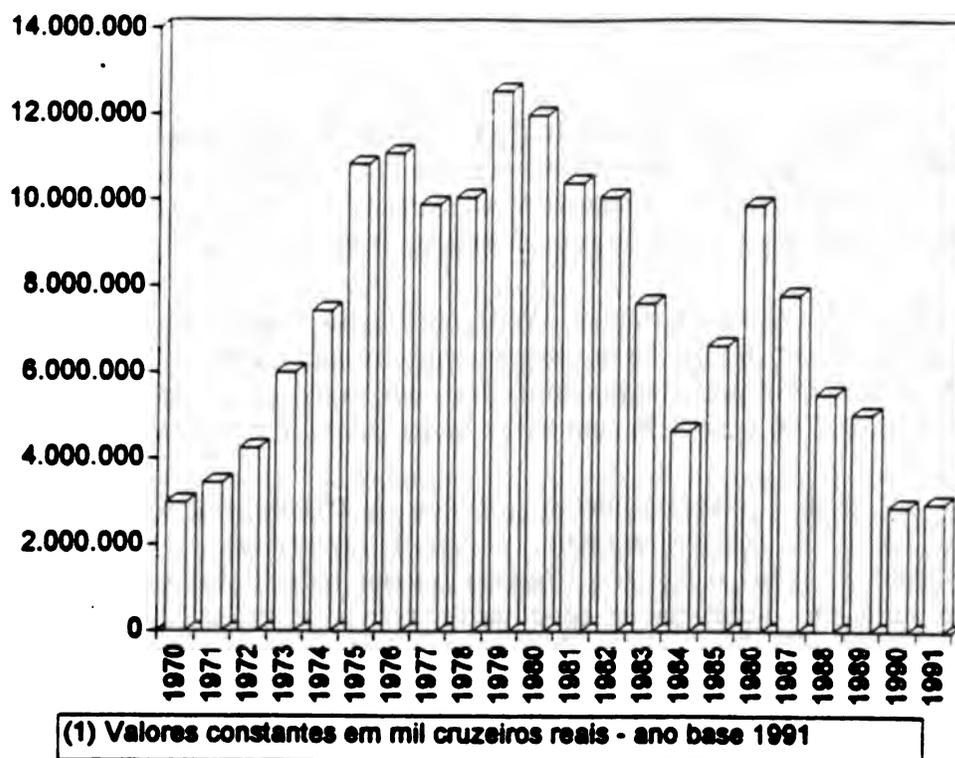
Segundo Silva, coord. (1985), o sistema de crédito rural para custeio e investimento, a juros subsidiados, tornou-se, inegavelmente, o agente responsável pela aceleração do processo de modernização da agricultura.

A primeira vista, a expansão acentuada de recursos creditícios a partir de 1970, parece representar resultados bastante significativos para um país em desenvolvimento. Entretanto, algumas evidências apontam que tal expansão não carregou recursos de forma igualitária para todas as classes de produtores rurais, nem para as diversas regiões do país.

Vários estudos mostram que a política de crédito beneficiou mais a região Centro-Sul do país (por dedicar-se a produtos importantes para o modelo agro-exportador e utilizar amplamente tecnologias de ponta), e acima de tudo, privilegiou os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Essa concentração do crédito rural torna-se duplamente injusta por canalizar subsídios tanto para regiões como para aqueles segmentos de produtores com melhor situação econômica (Fagundes, 1987).

A partir do final da década de 60, até os dias atuais, constata-se a existência de um infindável número de Resoluções do Banco Central promovendo mudanças nas normas do SNCR. De modo geral, essas mudanças acentuavam a diferenciação de benefícios entre as categorias de produtores.

Gráfico 1. Evolução dos recursos do sistema nacional de crédito rural no Brasil - 1970/91.



Fonte: Anuário Estadístico do Brasil 1992.

Nas conclusões de Fagundes (1987), constata-se que ao longo do período estudado pela autora (1969/85), as sucessivas mudanças nas taxas de juros do SNCR, foram mais uma tentativa de acompanhar as taxas de inflação, além de refletir os aspectos conjunturais das política econômica adotada, do que derivadas de uma análise cuidadosa do setor e de suas necessidades.

De acordo com os objetivos da lei que o criou, o crédito rural deveria : "(a) estimular o incremento ordenado dos investidores rurais...; (b) favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários; (c) possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente dos mini produtores, dos pequenos e dos médios: ...". Entretanto, pode-se verificar, na prática, que esses objetivos não foram atingidos.

Elementos normatícios do crédito rural, suas constantes modificações e a burocracia institucionalizada, entre outros, foram ferramentas determinantes da exclusão dos pequenos produtores do acesso a esses recursos e, conseqüente, expulsão dos mesmos do meio rural.

Segundo Santos e Ramos (1988), a análise da sistemática de administração dos recursos do crédito, da concentração desses recursos nas mãos dos grandes produtores e a burocracia que contribuiu para excluir os pequenos produtores, confirmam que o crédito rural no Brasil desviou-se de seus objetivos iniciais.

Ao longo das últimas décadas, o Estado utilizou instrumentos de política agrícola tendo em vista atingir metas de produção, não de equidade distributiva. O crédito, sem dúvida, foi o principal instrumento. Até recentemente era altamente subsidiado, privilegiando os grandes proprietários, o latifúndio, as empresas e o grande capital nacional e multinacional.

Esses mesmos autores (Santos e Ramos, 1988), analisando os dados disponíveis, demonstraram que entre 1966 e 76, a participação dos pequenos produtores foi reduzida de 34% para 11% no montante do crédito destinado à agricultura. Por outro lado, os grandes produtores elevaram a sua participação de 20% para 53% sem haver muita alteração desta proporção até hoje.

Assim, em que pese o reconhecimento de que o crédito rural é comprovadamente um instrumento hábil de política agrícola, capaz de contribuir significativamente para o desenvolvimento do setor, o que nos interessa retratar neste trabalho são as dificuldades do pequeno produtor para beneficiar-se deste instrumento e os impactos do mesmo na pequena produção.

Se o crédito rural subsidiado já era escasso para o pequeno produtor, descapitalizado e muitas vezes com pouca terra, o corte dos subsídios, a redução dos recursos (que segundo o Banco Central no ano de 1985 aplicou-se um valor real inferior ao aplicado em 1973), e a crescente elevação das taxas de juros, tem prejudicado ainda mais os pequenos produtores.

Sem dúvida os pequenos produtores (e também os médios e grandes) não tem condições de suportar as altas taxas de encargos financeiros impostas ao crédito rural. Essas taxas associadas aos baixos preços dos produtos agrícolas considerados da "cesta básica", oriundos geralmente da pequena produção, tem contribuído para afastar definitivamente esses produtores do crédito rural e, especialmente, com o êxodo rural e concentração ainda maior da terra.

A burocracia bancária não condiz com o baixo nível de escolaridade do pequeno produtor rural brasileiro, o que faz com que a grande maioria desista de recorrer a este instrumento. Sob o pálido pretexto de segurança (quase sempre desnecessário, uma vez que está mais do que comprovado que o pequeno produtor tem índices desprezíveis de inadimplência) o expressivo volume de papéis que burocratizam o crédito serve ao propósito de excluir o pequeno produtor. A exigência do título definitivo de propriedade da terra como garantia do financiamento rural obtido é outro fator de exclusão de grande parte dos pequenos produtores. Neste caso observa-se, também, forte discriminação à mulher rural, que não consegue obter crédito se o título não estiver em seu nome. Ocorre que 90% dos proprietários possuem apenas direito sobre determinada área, embora a ocupem em sua totalidade sem uma divisão equitativa, mas de posse mansa e pacífica, onde o titular da Escritura Pública original há muito tempo já faleceu. A grande massa dos postulantes ao crédito, representada pelos não detentores da propriedade

regular da terra, são virtualmente alijados da seleção, logo por ocasião do acolhimento das propostas.

De alguns anos para cá, um dos maiores pretextos para não dispensar conveniente atendimento ao pequeno produtor é o custo das operações de crédito de pequeno porte. Ora, quem alega que o custo é o maior óbice destas operações esquece que, de fato, este custo decorre em larga medida da burocracia do crédito.

Porém, a questão mais dramática para o pequeno produtor está relacionada aos preços pagos aos produtos derivados da pequena unidade produtiva rural, que nunca alcançam níveis satisfatórios de rendimento aos mesmos. Na grande maioria das vezes não cobrem os custos de produção, sem contar o fato de que o pequeno produtor, geralmente, não valoriza o seu serviço e de sua família para produzir tal produto.

O seguro agrícola (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária-PROAGRO) é um importante instrumento de política agrícola, atrelado ao crédito rural, que poderia proporcionar tranquilidade e estabilidade a pequena produção, sujeita a fenômenos adversos tais como ventos frios ou fortes, estiagens ou seca, chuvas excessivas, pragas e doenças e outros, não tem cumprido o seu papel, sendo muito mais um seguro para as instituições financeiras do que para os agricultores.

Outra questão que criou inúmeros problemas aos pequenos produtores foram os critérios de classificação adotados pelo Banco Central. Muitas vezes esses critérios não diferenciavam o pequeno produtor de quem possuía pequenas propriedades rurais mas na verdade podia ser profissional liberal, industrial, comerciante e até banqueiro. Também, penalizava os produtores que se dedicavam às culturas intensivas (como hortícolas) ou usavam alta tecnologia, pois não eram considerados os custos de produção. Quando, outra alternativa poderia ser a simples diferenciação dos beneficiários em mini/pequeno ou grande produtor em função da sua renda bruta.

O pequeno produtor é prejudicado, também, pela insuficiência e inoportunidade do crédito, em função de cada atividade financiada.

Em suma, a viabilidade da pequena produção requer, em relação ao crédito, uma total reformulação na atual sistemática, com orientação específica para este tipo de público. Esta reformulação viria corrigir as distorções provocadas pelo Sistema Creditício que nos últimos 30 anos concentrou a maioria dos recursos públicos em mãos de uma pequena parte dos produtores brasileiros.

B. Resenha da Política de Comercialização

Para estabelecer a resenha da política de comercialização e abastecimento praticada no país nas últimas décadas, é fundamental entender que, em razão de um complexo de causas e fatores, a política agrícola tem dispensado atenção relativamente discreta ao setor da comercialização de produtos alimentícios originários da pequena unidade produtiva rural.

Isto posto, procurar-se-á explorar neste capítulo a problemática vivenciada pelo produtor rural no setor da comercialização, as políticas e instrumentos de ação adotados pelo estado e a sua adequação à pequena unidade produtiva.

Em que pese a deficiência de literatura sobre comercialização e abastecimento, que explicita a presença e a participação do pequeno produtor rural e, em especial, da mulher rural no processo, é possível pelas nossas experiências acumuladas ao longo de anos de atuação no setor e por informações obtidas junto a informantes qualificados, inferir-se que a mulher rural tem elevado grau de participação no sistema de mercado, inclusive a partir do momento da tomada de decisão na unidade familiar sobre o que plantar, quanto plantar, quanto vender, onde e para quem vender.

A sociedade brasileira se encontra frente a uma, ainda, crescente concentração da população em centros urbanos e, naturalmente, dependente do setor rural para o seu abastecimento. Este processo de concentração urbana conduz a um distanciamento, cada vez maior, do produtor e do mercado consumidor. Este fato evidencia a necessidade de um sistema de comercialização que vincule esses dois polos, o de produção e o de consumo.

Neste estudo, se entende por sistema de comercialização, o conjunto de serviços produzidos para permitir a transformação e transferência de produtos brutos da zona produtora em produtos prontos para o consumo, ao alcance do consumidor. Conseqüentemente, comercialização não se resume na simples circulação de mercadorias: diz respeito à sua colheita, seleção, classificação, embalagem, transformação em alguns casos, transporte, armazenagem e distribuição nos mercados pelos sistemas de venda atacadista e varejista. Além disso, formam parte do sistema de comercialização os serviços de informação de mercado nas zonas produtora, teoricamente possibilitando que o produtor defina com segurança *o que, como, quando e quanto* produzir. Em outras palavras, o "marketing comercial" é um processo que inicia com a decisão do produtor de produzir algo vendável e envolve todos os aspectos de estrutura e função, do ponto de vista técnico e econômico, incluindo desde a coleta até a distribuição.

De modo geral, a produção agrícola, por tratar-se de produtos perecíveis, depende de sistemas ágeis de comercialização. Pelo distanciamento cada vez maior entre os dois atores principais do processo, que são o produtor e o consumidor, o contato entre eles já não existe ou se vê sensivelmente reduzido. Dessa forma, distante do centro consumidor, para que o produtor tenha interesse e confiança em produzir para mercado, necessita de segurança de colocação para o seu produto, que é perecível e, geralmente, de alto custo.

Em verdade, na prática, o aumento de produção sem vínculo organizado com o mercado, pode resultar em excesso de oferta nas zonas de produção, causando insegurança, tanto por desconhecimento do mercado como pela deficiência no armazenamento e/ou ineficiência dos sistemas vigentes. Essa realidade é ainda mais cruel para o pequeno produtor, especialmente pelo fato de praticamente não possuir nenhum poder de barganha. Qualquer excesso de produção, mesmo momentâneo e localizado, é aproveitado pelos intermediários, resultando em desestímulo do produtor, que geralmente está desinformado da real situação do mercado e não organizado para a comercialização. Este parece ser, para o pequeno produtor, o maior problema: a comercialização. O produtor, desinformado e desorganizado, se vê completamente dependente do sistema de intermediação e se sente desestimulado a produzir e, principalmente, a investir em técnicas de produção que poderiam resultar em melhores ganhos de produtividade.

Para o consumidor, cada vez mais concentrado em áreas urbanas e cada vez mais dependente da produção exterior de alimentos e de um eficiente esquema de distribuição, o sistema de comercialização representa uma necessidade básica na qual a menor ou maior eficiência traz reflexos econômicos e sociais diretos. Para os centros urbanos de consumo, a eficiência do sistema de comercialização tem importância fundamental, tanto em relação a oferta em quantidade suficiente, como em estreita relação com sua eficiência, com relação ao preço final e à qualidade dos alimentos.

Portanto, pode-se afirmar que o desenvolvimento do sistema de comercialização de produtos agrícolas, está estreitamente relacionado com o desenvolvimento global da economia. Na medida que o processo de desenvolvimento se amplia, torna-se mais acentuada a dependência da sociedade como um todo, no esquema de comercialização.

De uma maneira geral, a característica básica do sistema de comercialização e abastecimento brasileiro é a grande multiplicidade de situações que permite, de forma bastante susceptível a convivência de setores bastante atrasados com setores onde o uso de capital e tecnologia são elementos-chave na articulação estrutural entre a oferta e demanda. Nesses setores pode-se verificar que pequenos excedentes de produtos agrícolas sem nenhum grau de standardização ou controle de qualidade, freqüentemente produzidos por pequenos produtores fragmentados, passam por sistemas rudimentares de comercialização, caracterizados por distorções estruturais em todos os segmentos funcionais do fluxo. Neste contexto, manipulação, transporte e armazenagem são altamente ineficientes. Os métodos de operação e o uso de tecnologias conhecidas avançaram pouco além dos níveis medievais. As margens são tipicamente altas e rígidas, com grandes diferenciais de preço mesmo dentro de cada segmento. Frequentemente o nível de informações de mercado e preços é praticamente inexistente e poucas alternativas de mercado são abertas para os participantes do processo. Em suma, as estruturas de mercado não induzem os ajustamentos coordenados entre os segmentos funcionais (estágios) em resposta a mudança no volume, custos, preferência dos consumidores, variações no poder de compra ou mesmo a oferta de produtos complementares. Desta forma, dado o caráter puramente aleatório dos ajustamentos e a natureza altamente desagregativas das atividades comerciais nestas áreas, pode-se dizer que o sistema enquadra-se, em termos evolutivos, no esquema de "organização agrícola" que prevaleceu durante grande parte da Idade Média.

As políticas de comercialização mais freqüentemente adotadas no país, nas últimas décadas, foram:

a) Política de subsídios de preços

Esta política garantia aos produtores o recebimento de um preço acima do preço de equilíbrio. Entretanto, centrava-se basicamente nos produtos trigo e borracha deixando a margem os pequenos produtores de produtos alimentares que mais pesam na cesta básica como o feijão, milho, arroz mandioca, etc.

b) Política de controle da produção

Adotada pelo governo para controlar diretamente a produção, e a conseqüente oferta, através da distribuição de quotas de produção por região ou para determinadas usinas. Essa política também não beneficiou a pequena unidade produtiva uma vez que o maior exemplo da aplicação da mesma foi na lavoura canavieira.

c) Política de tributação da produção

Esta política atinge indistintamente aos grandes e aos pequenos produtores por tratar-se da tributação no comércio e onera tanto a produção, o comércio e o consumo de produtos agrícolas. Por tratar-se de um tributo estadual, o imposto de circulação de mercadorias (ICM) apresenta algumas isenções diferenciadas por produto de um estado para outro. Parte dos produtos que compõe a cesta básica e que são produzidos pelas pequenas unidades de produção tem tarifas reduzidas ou são isentos.

d) Política de implementação de infraestrutura

Esta política recebeu expressivo apoio governamental a partir de 1969, quando iniciou o programa de implantação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, através da construção das Centrais de Abastecimento (CEASAS). Esta política proporcionou uma relativa aproximação do produtor ao consumidor final. Beneficiou tanto a grandes como aos pequenos produtores rurais, em especial, àqueles que se dedicavam a exploração de produtos hortigranjeiros.

e) Outras políticas de mercado

Distingue-se aqui outras políticas de comercialização, tais como: crédito de comercialização; estoques reguladores; transporte; informação de mercado e preços; e a política de controle de preços (via tabelamentos) adotada no país há mais de trinta anos (no mercado do leite).

Para a implementação dessas políticas de mercado os instrumentos de ação do estado, tais como: crédito à comercialização, preços mínimos, informações de mercado, classificação e padronização, armazenagem e outras, sempre foram orientados para atender médias e grandes

unidades de produção. Além do pouco acesso a esses instrumentos os pequenos produtores defrontam-se com uma extensa cadeia de intermediação até os consumidores finais.

Na realidade, o processo de comercialização como existe hoje no meio rural brasileiro é grandemente direcionado pelo agente da intermediação, principalmente, na relação entre estes e os pequenos agricultores. Essa ação de intermediação exerce em verdade, funções mais amplas do que a do simples comércio de mercadorias. Na prática, essas funções substituem alguns instrumentos de política, sobretudo o papel do crédito rural, financiando várias fases do processo produtivo, apropriando-se de vantagens e benefícios institucionais e repassando aos produtores recursos a custos mais elevados, uma vez que o pagamento se dá com mercadorias e tem seus preços fixados pelos mesmos intermediários.

Alfás, a respeito do crédito para a comercialização, é conveniente abordar mais alguns aspectos. Trata-se de um instrumento que nos últimos anos tem se mostrado inacessível e até inútil para o pequeno produtor rural, especialmente em função do atual momento econômico do país. Os elevados índices inflacionários verificados na última década, desestimulam e afastam definitivamente o produtor rural, notadamente o pequeno agricultor, dos agentes financeiros. O que não significa que essa classe produtora não necessita de recursos adicionais, tanto para investimento como para o custeio das explorações, mas sim pelos altos riscos que lhes são imputados. Senão vejamos, a pequena unidade produtiva rural produz notadamente os alimentos considerados componentes da cesta básica da população brasileira. E é justamente esta cesta de produtos alimentares básicos que sofre os maiores controles e as maiores intervenções governamentais. Ora o governo atua desovando estoques reguladores, ora intervindo de outras formas nos mercados e preços (prefixação, congelamentos, corte de subsídios, etc.), sempre objetivando estabilizar ou baixar os preços desses produtos, para assim permitir o acesso da população urbana, que tem reconhecidamente baixo poder aquisitivo, a esta cesta básica.

Enquanto isto, os recursos financeiros eventualmente tomados por esses mesmos produtores, continuam sofrendo além das elevadas taxas de juros praticadas, a correção monetária durante o período do contrato. Conseqüentemente, o pequeno produtor rural além do elevado risco de ver o seu produto com preços controlados (estável ou "subindo pela escada"), assiste, sem nenhum poder de reação, a sua dívida crescer em índices astronômicos ("subir de elevador"). Isto leva não só o seu reduzido lucro, obtido com o suor de seu trabalho, e muitas vezes algum patrimônio conseguido ao longo de toda uma existência.

Estes comentários sobre o crédito, é reforçado pelos dados preliminares obtidos na pesquisa de campo, os quais demonstram que é elevadíssimo o percentual de unidades pesquisadas que responderam não terem usado o crédito rural nos últimos anos. E, ainda, aqueles poucos que o fizeram objetivavam o custeio da lavoura. Onde se conclui que o crédito de comercialização não é usual na pequena produção.

A deficiente política de comercialização adotada no Brasil, pode ser atribuída a necessidade do estado administrar interesses conflitantes, entre si, sem considerar as prioridades propostas pela sociedade. A política de comercialização e abastecimento, sempre se pautou pela escassez de

recursos e, pela indefinição entre as prioridades a serem desenvolvidas, face os objetivos conflitantes que afetam o desenvolvimento da comercialização. Segundo Brandt (1980), os quatro principais conflitos seriam: o bem-estar dos consumidores versus o bem-estar dos produtores; economias de escala e de capital versus emprego; divisas, necessidades internas e substituição de importações; e estatização versus privatização.

Por outro lado, as metas atribuídas as políticas públicas de intervenção do estado no mercado agropecuário são de difícil alcance, fato este que contribui para acelerar a migração rural-urbana e para a redução do suprimento alimentar. Entre essas metas, segundo Brandt (1980), pode-se destacar: a necessidade de garantia de remuneração mínima aos agricultores; a segurança do abastecimento regular aos consumidores; a estabilização de preços; autosuficiência ou economia de divisas; redistribuição de rendas; modernização agrícola e outras.

A citada ineficiência da política de comercialização e abastecimento praticada no Brasil, de maneira geral, tem resultado em elevadíssimos índices de perdas ao longo do processo e fantásticas diferenças de preços pagos pelos consumidores e aqueles recebidos pelos produtores. O excedente econômico gerado pela atividade é apropriado pelo setor secundário e, principalmente, pelo terciário, sem benefícios ao produtor, tanto pela sua estrutura física inadequada como pela distância e pela falta de informação relativa a mercados e preços. Além disso, nas zonas produtoras, não existe satisfatório serviço de coleta da produção, que permita seu preparo para mercado com eficiência e baixos custos. O armazenamento ocorre em mãos de atacadistas e é ineficiente em quantidade e qualidade. Além do mais, o Governo tem demonstrado ser ineficiente no controle e armazenagem dos estoques reguladores de alimentos básicos (especialmente grãos), permitindo além de numerosos casos de corrupção e mal versação desses estoques, até a ocorrência de fantásticas perdas, por deterioração desses produtos. Recentemente estes fatos foram, mais uma vez, denunciadas pela imprensa e, portanto, são de conhecimento público.

Pode-se sustentar que pela análise das perdas ocorridas no processo de comercialização demonstra-se a ineficiência e ineficácia da política de comercialização e abastecimento desenvolvida no país nas últimas décadas.

As perdas vão desde a redução de qualidade, com prejuízos a aparência, ao aroma, a turgescência, ao valor nutritivo, às características culinárias, bem como à perda total do produto. As perdas iniciam no plantio e aumentam a medida que novos custos são agregados no processo "produção X comercialização", até o consumo final do produto.

Como exemplos de perdas ocorridas ainda nas zonas de produção pode-se citar dados de pesquisa realizada em Santa Catarina⁹ que encontraram índices de 31% em pêssegos e até 37% em nectarinas.

⁹ Pesquisa realizada em região produtora de frutas de clima temperado, pela EMATER/ACARESC em 1983, citada por: WERNER, R.A. e BRAUN, R.L. *Horticultura : Questões do abastecimento*. Florianópolis : ACARESC, 1983.

A mesma pesquisa realizada, também, à nível de mercado atacadista e varejista detectou perdas que variam de 15% a 30% entre os dez principais produtos hortícolas comercializados.

Além disso, não se pode desprezar as perdas ocorridas à nível do consumidor que para alguns produtos pode chegar a 18% e, às vezes, até mais. Segundo dados oficiais do Ministério da Agricultura, a cebola apresenta perdas globais superiores a 30% da produção, em todo o processo da produção ao consumo. Esta cifra representaria um volume suficiente para abastecer o mercado brasileiro por quatro meses.

Centenas de dados e fatos, como os referidos acima, poderiam ser citados para todos os principais produtos agrícolas, porém não é o objeto central desse estudo.

Sem dúvida, o abastecimento não é de responsabilidade do produtor rural, mas do poder público. A alimentação é um dos mais crônicos problemas da sociedade brasileira, nas suas mais variadas facetas. Este problema é agravado pelas impropriedades do sistema de abastecimento de gêneros alimentícios.

A ocorrência de uma situação em que, por um lado, a produção atomizada não está organizada, e por outro, a existência de concentração de consumidores que se abastecem também de forma atomizada (feiras, quitandas, mercados, etc.), com um sistema de comercialização ineficiente, resulta em altos preços a nível de consumidores e em pouca participação do produtor no preço final de venda, trazendo como consequência a instabilidade do setor de produção e a vulnerabilidade do abastecimento.

O poder público não faz planejamento urbano levando em consideração o abastecimento. Na verdade, as formas de abastecimento, principalmente as distribuições varejistas, se acomodam ao planejamento urbano, onde ocorre o conceito de que feiras do produtor atrapalham o trânsito e trazem problemas de segurança e de limpeza.

Acredita-se que, quem tem a seu encargo a administração da comunidade deve, obrigatoriamente, entre suas atividades, programar o abastecimento de seus núcleos de consumo, visando conferir maior eficiência, tanto aos polos de produção, como à distribuição de atacadistas e varejistas de alimentos. A esse respeito, entende-se que as ações públicas no abastecimento devem atacar quatro níveis básicos: infra-estrutura física; normatização; informações e apoio técnico.

Em síntese, as considerações acima indicam que a comercialização entre pequenos agricultores e seus compradores, ou vendedores, é dia a dia mais complexa e objeto de negociações entre grupos onde o relativo poder de barganha dos participantes resulta muito importante.

C. Estrutura Institucional e Programas em Curso

No Brasil, a maior dificuldade em se identificar e analisar a estrutura institucional e os programas governamentais em curso, que atendem direta ou indiretamente a mulher rural, está na crescente crise econômica que verifica-se na última década e, notadamente, na instabilidade político-institucional e administrativa dos últimos anos.

O Brasil passa por um momento crítico de sua história. A partir do final da década de 80, a título de "reforma administrativa do estado", o povo brasileiro assiste impotente a adoção de uma série de medidas governamentais com surpreendentes avanços e recuos na esfera administrativa, de grande impacto para a estrutura organizacional do próprio estado, e com reflexos para toda a população brasileira.

Nos últimos quatro anos, em todos os setores do serviço público, são incontáveis as alterações institucionais se considerarmos a criação, a fusão, o desmembramento, a extinção, a recriação e as constantes alterações de atribuições de órgãos e entidades públicas, ocorridas na esfera federal (com reflexos na esfera estadual).

Por um lado, esse período interminável e indefinido de pretensa reforma administrativa do estado, tem gerado a perda de informações básicas sobre o desenvolvimento de ações governamentais em todos os setores da economia e, particularmente, naqueles que desenvolviam ações e atividades específicas, muitas vezes pontuais, como na área agrícola e junto aos pequenos agricultores.

Por outro lado, a descontinuidade dos programas, projetos, ações e/ou atividades governamentais, é um fato real e alarmante.

Por tudo isso, é sobremaneira difícil identificar as instituições públicas e programas desenvolvidos pelas mesmas, voltados à mulher rural. São poucos, de abrangência limitada e não atendem a todas as necessidades do público alvo.

Segundo informações do Ministério da Agricultura (1988), no documento sobre programas governamentais dirigidos à mulher rural brasileira, os programas, projetos ou ações dirigidos a esse público, limitavam-se mais a estabelecer políticas e diretrizes específicas às atividades de apoio a esse segmento social, do que à execução propriamente dita.

Cita, ainda, o referido documento, alguns programas que, naquele momento, estavam vigentes. É o caso, por exemplo, da Coordenação de Apoio à Mulher Rural no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). De 1988 para cá, portanto após a publicação do citado documento, já foram extintos não só esse programa como o próprio MIRAD. Outro exemplo é a Coordenação da Mulher Rural, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), hoje completamente desativado. Para exemplificar mais um dos inúmeros casos, citamos o Programa de Apoio à Mulher Rural-PAMUR, do Ministério da Agricultura, que também já está encerrado. O próprio Ministério da Agricultura teve sua denominação e atribuições alteradas várias vezes

nesse período, assim como nada menos de 8(oito) Ministros de Estado nos últimos quatro anos, cada qual tentando implementar diferentes prioridades e/ou medidas. É importante citar, também, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- SENAR, vinculado ao Ministério do Trabalho, que desenvolvia programas de formação profissional dirigido ao trabalhador e ao produtor rural (com acesso de mulheres rurais) que foi desativado em 1989.

Assim, a partir do estabelecimento dessa problemática e, com o objetivo de apresentarmos algumas informações de instituições e programas existentes nos dias atuais, contatamos com nada menos de vinte instituições públicas e outras tantas privadas.

Nesses contatos identificamos o que se segue:

1. Pesquisa agropecuária

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Vinculada ao Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária, que tem como atribuição básica a geração de tecnologia agropecuária, desenvolveu através do Sistema EMBRAPA de Planejamento o I Plano Plurianual de Investimentos-PPA, para o período 1991/95.

Neste Plano foram estabelecidos 15 programas prioritários. Em nenhum deles explicita alguma ação da pesquisa agropecuária para beneficiar ou apoiar o segmento mulher rural.

De modo geral, esses programas previlgiam tecnologias de ponta nas áreas de: pesquisa básica em biotecnologia; avaliação, manejo e recuperação de recursos naturais; conservação e manutenção de recursos genéticos; sistemas de produção de produtos e matérias-primas; automação agropecuária e outras.

Entretanto, existem entre os programas estabelecidos como prioritários, alguns deles que, com alguma ênfase em termos de interesse manifesto do Ministério da Agricultura, poderão incluir ações diretas, objetivas e explícitas em apoio ao público mulher rural. Entre estes podemos destacar os seguintes: Racionalização da Agricultura de Subsistência ou de Baixa Renda; Colheita, Extração, Pós-Colheita, Transformação e Preservação de Produtos Agrícolas; Suporte a Programas de Desenvolvimento Rural e Regional e Sistemas de Produção para a Pequena Produção.

2. Assistência técnica e extensão rural

O Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural-SIBRATER, já comentado em capítulo anterior, atua em todas as Unidades da Federação, e possivelmente seja o serviço público de maior abrangência e penetração no meio rural.

Este é constituído por empresas estaduais, vinculadas às Secretarias de Estado da Agricultura e coordenadas, a nível federal, por órgão do Ministério da Agricultura.

A atribuição maior da ATER é a difusão e transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, com vistas a melhoria da produção e da produtividade das explorações, com conseqüente aumento da renda e melhoria das condições de vida do público rural. A respeito, o público do SIBRATER é constituído, basicamente, por pequenos e médios produtores rurais (jovens e adultos, homens e mulheres).

Em relação a mulher rural, historicamente, o sistema tem desenvolvido atividades prioritariamente voltadas às áreas de saúde, nutrição e educação. Isto se deve ao fato do Sistema ter sempre considerado a mulher como mãe, esposa e dona de casa, orientando a assistência a estes aspectos.

Mudanças significativas tem ocorrido nos anos mais recentes com grandes diferenças de região para região. Esse processo de mudança, embora lento, tem demonstrado ser irreversível quanto ao entendimento das funções do Sistema sobre questões específicas da mulher rural. No entanto, face a ameaça de "desmonte" do próprio Sistema, patrocinado pelo governo a partir de 1988, a "área social" (denominação dada a área que atende o setor feminino) tem perdido espaço.

É necessário repensar o apoio governamental ao Sistema, assim como o apoio aos projetos destinados ao trabalho com a mulher rural, no sentido de fortalecer e orientar com maior nitidez as ações dirigidas a esse público.

Isto é possível, se tomarmos como exemplo a atuação do próprio Sistema em alguns Estados, nos quais são executados projetos voltados a capacitação ou profissionalização da mulher rural em diversas áreas, tais como: uso de tecnologias alternativas; indústria rural caseira e/ou de maior porte; comercialização; artesanatos, etc.

Segundo informações do próprio Sistema, através da sua Associação (ASBRAER), mais de 200 mil mulheres são assistidas anualmente no país, através de uma metodologia essencialmente grupal, executada por mais de 2.000 extensionistas sociais. Vale reprimir aqui os dados já citados, que demonstram que em relação ao público masculino, o atendimento atinge aproximadamente 1.300.000 produtores rurais, sendo 88% pequenos produtores.

3. Formação profissional rural/promoção social

Como já mencionado o SENAR, vinculado ao Ministério do Trabalho, foi desativado em 1989.

Porém, através da Lei n. 8.315 de 23 de dezembro de 1991, "é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR, com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador

rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação dirigida aos trabalhadores rurais".

Este novo SENAR tem caráter privado e será organizado e administrado pela Confederação Nacional da Agricultura-CNA e terá as suas ações executadas nos Estados por Administrações Regionais do SENAR, necessariamente, vinculadas às Federações Estaduais de Agricultura.

O público do SENAR para o programa de formação profissional rural são trabalhadores rurais assalariados e autônomos, e os produtores rurais em regime de economia familiar. Registra-se, ainda, que está explícito nos documentos do SENAR a atuação com jovens e adultos, homens e mulheres rurais. Para a atuação no programa da promoção social o SENAR define como público meta todos os componentes da família do trabalhador rural.

4. Programa de apoio aos pequenos produtores rurais (PAPP)

Na década de 70 os problemas crônicos do meio rural do Nordeste brasileiro foram enfrentados através dos chamados "Programas Especiais". As análises das experiências acumuladas, com os diferentes tipos de intervenções governamentais, exigiam melhor desempenho e a implementação de novas propostas.

Em abril de 1985 foi aprovado o Projeto Nordeste, que incluía uma proposta específica de desenvolvimento rural denominada "Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais-PAPP". Este Programa passa a ser administrado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A nível dos estados atuam órgãos estaduais de coordenação técnica e a nível de execução a responsabilidade é das cooperativas e associações de produtores rurais, com o apoio das EMATER, CEASAS e outras entidades de desenvolvimento agrícola.

O PAPP adota uma estratégia de desenvolvimento rural integrado, articulando a atuação de vários componentes orientados ao apoio a produção em todos os estados do Nordeste Brasileiro. Previsto para uma duração de 15 anos, tinha como meta atingir diretamente a 2 milhões de famílias do meio rural e mais 800 mil seriam incorporadas através de outras atividades influenciadas pelo Programa.

Para alcançar seus objetivos o PAPP enfatizou o componente de mercado com vistas a facilitar o acesso dos pequenos produtores ao mercado de produtos, insumos e alimentos básicos, buscando conseguir o aumento da sua produção agrícola e sua renda.

As principais estratégias foram implementadas através das cooperativas e associações de produtores com o apoio de entidades estaduais e orientadas a:

- * Organização e compra da produção;
- * Abastecimento de insumos agropecuários e de alimentos básicos;

- * **Infraestrutura de apoio e serviços de informação e orientação de mercado agrícola.**

A avaliação da execução do PAPP nos últimos anos revela a necessidade, por um lado, de aperfeiçoar os procedimentos e, por outro, alterar substancialmente as práticas que de forma comprovada se demonstraram inadequadas para alcançar os objetivos propostos.

III. TECNOLOGIAS TRADICIONAIS E A OFERTA DE TECNOLOGIA MELHORADA NO BRASIL

A. Comentários Gerais

Como tecnologia agropecuária entende-se a aplicação de um conjunto de conhecimentos científicos ao processo produtivo, tanto aqueles gerados pela pesquisa científica e tecnológica, assim como aqueles resultantes das próprias práticas empíricas dos produtores rurais.

O avanço tecnológico tem por objetivo aumentar a produtividade dos fatores de produção (terra, capital e trabalho), necessários à produção de subsistência, bem como a geração de algum excedente que permite o progresso do produtor e da sociedade.

Para atingir esse objetivo, é importante que a tecnologia seja adequada aos processos de trabalho das unidades produtivas rurais, especialmente das pequenas, e, dentro de determinadas condições, adequada à sociedade produto das relações sociais sob as quais foi gerada.

Considerando que nesse estudo o objetivo é analisar o uso das tecnologias tradicionais ou melhoradas, nas pequenas unidades produtivas rurais, e a oferta de tecnologias de ponta ou alternativas, e como estas são colocadas ao alcance dos pequenos produtores e apropriadas por eles, é necessário que se comente sobre o modelo tecnológico adotado no país.

Como já mencionamos em capítulos anteriores, a agricultura brasileira acelerou o seu processo de modernização na década de 70, tendo como elemento chave alavancador dessa modernização o crédito rural subsidiado. Esse modelo tecnológico, ainda em vigor no país, segue as orientações e paradigmas da chamada "Revolução Verde", ou seja, é baseado no uso de sementes de alta produtividade, com o necessário acompanhamento do uso intensivo de insumos químicos, elevado grau de mecanização e reduzido uso de mão-de-obra, associados geralmente a monocultura. É importante salientar que esse modelo de modernização nem sempre afetou todas as regiões nem sequer todo o processo produtivo. Houve uma notória concentração na fase do preparo do solo e dos tratamentos culturais.

É notório que um dos grandes problemas advindos desse modelo, está no impacto dessa modernização sobre o setor da pequena produção. Na verdade, embora reduzindo sua participação relativa na produção, ainda persiste um grande número de pequenos produtores organizados com base no trabalho familiar em todas as regiões do país, com elevada participação na produção de alimentos básicos. Essa dispersão contribui para que o governo, as vezes convenientemente, não os identifique como grupo diferenciado no momento da formulação de políticas, e formule sempre políticas regionais e/ou por produto e não por tipo de produtor. Isto faz com que o impacto tecnológico afete diferentemente os pequenos e grandes produtores.

Por outro lado, este modelo vem apresentando resultados catastróficos no aspecto relacionado com o meio ambiente, devido ao uso exaustivo de máquinas agrícolas, desequilíbrio de ecossistemas pela prática da monocultura e uso excessivo de agro-químicos.

Mesmo considerando a penetração desse modelo modernizante, na agricultura de um modo geral, identifica-se claramente a existência de dois sistemas tecnológicos, o tradicional e o moderno.

Ao longo da história os agricultores baseando-se no processo de tentativas e erros, geraram cultivares, máquinas e equipamentos, domesticaram animais e plantas, estabeleceram diferentes métodos de manejo e disciplinaram outras práticas como a rotação mata-pastagem-lavoura, isto é, consituíram o sistema tradicional.

Nesse sistema tradicional o agricultor detém o controle da maioria das variáveis que influenciam no processo de decisão, a exceção dos preços dos produtos agropecuários.

Ainda, segundo Alves (1989), nesse sistema a tecnologia é gerada pelos agricultores, uma vez que controlam a terra, a mão de obra (que é pouco móvel), e os insumos como sementes e animais de reprodução ou de trabalho.

Dentro das restrições tecnológicas existentes nesse sistema, o pequeno agricultor é eficiente no sentido de igualar o valor da produtividade marginal de qualquer insumo ao seu preço.

As mudanças tecnológicas que ocorrem no sistema tradicional, podem ser devidas as trocas de experiências entre os próprios produtores, sobre práticas que apresentaram algum resultado positivo ou vantagem comparativa, geralmente sem a participação da ciência organizada em instituições.

Em resumo, os agricultores controlam os fatores que interferem na tomada de decisão.

No sistema moderno, o agricultor somente tem algum controle sobre poucas variáveis, basicamente sobre o seu trabalho e as opções de plantio. Praticamente todos os insumos vem de fora da propriedade.

A tecnologia é baseada na ciência, que é o fundamento do sistema moderno, e gerada por instituições públicas ou privadas sobre as quais o produtor não tem controle.

A base do sistema moderno é o uso intensivo dos chamados "insumos modernos", e de animais e plantas de alta resposta a eles.

Este sistema demanda excedentes crescentes de produção, obtidos pelo incremento da produtividade.

Os conhecimentos científicos modernos e os técnicos tradicionais são grotescamente desiguais. Os primeiros estão centrados e associados à máquina do Estado e aqueles que os controlam e os suportam acreditam na sua superioridade. Em contraste o conhecimento tradicional é disperso e associado a vida rural de baixo prestígio, mesmo aqueles que o possuem podem acreditar que seja realmente inferior.

A literatura agropecuária está repleta de livros e estudos que tratam da produção como se fosse um objeto único e adequado. Historicamente percebe-se que os que se beneficiaram de mudanças tecnológicas na agricultura foram os mais fortes, os poderosos, os grandes, isto é, aqueles que estavam em melhores condições e, teoricamente, podiam apresentar respostas a curto prazo. Os pequenos agricultores, por inúmeras razões, foram desixados sempre a margem do processo de modernização e não se beneficiaram da tecnologia dita moderna.

Não há dúvidas que o pequeno agricultor maneja seus cultivos de acordo com procedimentos ajustados a disponibilidade de terras, recursos naturais, recursos econômicos para investir em máquinas, equipamentos e insumos, disponibilidade de mão de obra, características do mercado e condições ecológicas das áreas de produção. Em função destes elementos adota o sistema tradicional, o moderno ou um misto, sempre ajustado as suas condições econômicas e culturais.

No Brasil, pela imensa variabilidade entre as realidades regionais, subsistem vários sistemas de produção na agropecuária. Num extremo encontramos a agricultura comercial moderna, com tecnologia avançada e altas produtividades, e, no outro, persiste a agricultura tradicional, tecnologicamente atrasada e de baixa produtividade. De certa forma podemos identificar as regiões norte e nordeste como sendo aquelas onde persistem os maiores índices de agricultura no sistema tradicional, embora os dois sistemas coexistem em todas as regiões do país.

Em linhas gerais, pode-se dizer que estes dois tipos de agricultura têm-se especializado em produções diferentes para distintas clientelas. No sistema moderno, a agricultura produz, na maioria das vezes, para a população de renda média e alta e para a exportação, enquanto que na agricultura tradicional se produz alimentos básicos destinados à população de baixo poder aquisitivo.

Outra vertente que merece destaque é a chamada "tecnologia apropriada", que refere-se a adequação de tecnologia aos processos de trabalho e as características sócio-econômicas das pequenas unidades de produção rural, que o pequeno produtor possa utilizar, com todas as limitações implícitas : naturais, econômicas, educativas, sociais, etc. (Bordenave, 1980).

O conjunto básico de características específicas inerentes a tecnologia apropriada são :

- baixa demanda de capital para a sua adoção;
- utilização de materiais e insumos locais;
- maior utilização da força de trabalho da própria comunidade;
- aplicação da "tecnologia moderna" em pequena escala;
- utilização grupal da tecnologia, permitindo elevar o grau de organização comunitária;

- utilização de fontes renováveis de energia;
- geralmente não altera valores culturais do grupo.

Há que se comentar, também, a crescente utilização das chamadas "tecnologias alternativas" nas pequenas unidades produtivas rurais, onde mais do que uma simples ação de alguns estudiosos entusiastas da "agricultura orgânica", e das "lavouras biodinâmicas", ou reivindicação dos movimentos ecologistas, passou a ser programa de governos estaduais e municipais. Este é o caso de algumas regiões tipicamente de pequena produção, no Estado do Paraná, desde o início da década de 80.

A iniciativa, segundo a EMBRATER (1985), começou com uma pesquisa onde ficou constatado que em 350 pequenas propriedades do Estado do Paraná, a opção pela agricultura alternativa era uma realidade. Essa pesquisa demonstrou que muitos agricultores obtinham bons resultados adotando recursos naturais, para certos casos, nas suas lavouras.

Através de estudos e avaliações sobre o que realmente estava sendo implementado nessas unidades produtivas, foi identificado, por exemplo, a não utilização de adubos sintéticos e agrotóxicos, além de uma intensa diversificação de culturas, uso de cobertura verde e adubação verde para a melhoria das condições do solo e o uso de espécies vegetais ou ferômonios para atrair as pragas.

A partir daquelas constatações, e da difusão um pouco mais sistematizada das informações obtidas, houve um significativo envolvimento de outros produtores e, especialmente, de pesquisadores interessados no desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre o assunto.

Para sintetizar, citamos a afirmação do engenheiro agrônomo Geraldo Defune : "através do trabalho realizado nas lavouras biodinâmicas, o que se pretende é desenvolver uma agricultura mais sadia, sem danos à saúde e ao ambiente. Além disso, como os produtos utilizados são simples e caseiros, os custos de produção são bem menores" (EMBRATER, 1985).

Hoje, pode-se dizer que este sistema tem sido difundido e adotado, em escala cada vez maior, em inúmeras regiões do país, especialmente na pequena propriedade.

B. Identificação das Tecnologias Agropecuárias Adotadas nas Pequenas Unidades Produtivas e pelas Mulheres Rurais

Tendo presente a complexidade de elementos, referentes a tecnologia agrícola, que envolve cada operação na pequena propriedade rural, passamos a identificar e comentar as principais práticas desenvolvidas pelos pequenos produtores e, em especial, pelas mulheres rurais, nas regiões objeto deste estudo (SC, PR e CE), e para os principais produtos agropecuários explorados nessas áreas.

A partir da análise dos dados da pesquisa, nos capítulos seguintes, tentaremos demonstrar que nas pequenas explorações agropecuárias, as mulheres constituem força de trabalho primária. Os homens tendem a ocupar-se de trabalhos pesados como o desmate e o preparo da área. Também assumem a responsabilidade pela limpeza e o cuidado das plantações florestais. Nas demais operações agrícolas, do plantio à colheita, as mulheres e os homens praticamente participam por igual. Assim ocorre com os cuidados necessários com os animais domésticos. Entretanto, evidencia-se a maior participação das mulheres em algumas tarefas como raleio e desbrote de plantas, colheita, transporte, armazenagem e, notadamente, na elaboração de produtos comestíveis e na comercialização de alguns produtos beneficiados ou aves e ovos, frutas e hortaliças.

É comum observar-se, no campo, que as responsabilidades atribuídas às mulheres são relativas em maior grau aos cultivos e criações de subsistência do que nas explorações comerciais, ainda que trabalhem comprovadamente em ambos.

Com relação as explorações pecuárias, é evidente a grande participação das mulheres rurais em tarefas de coleta e preparo dos alimentos para os animais, manejo dos animais (especialmente gado leiteiro, aves caprinos e suínos), ordenha, coleta de ovos e, especialmente, o cuidado sanitário do rebanho, inclusive fazendo o uso de vacinas quando necessário e, possível.

1. Limpeza da área

Esta operação constitui-se, geralmente, da retirada da mata ou capoeira, que na pequena propriedade, na maioria das vezes, ocorre através da prática da queimada ou, as vezes, pela destoca e enleiramento. Normalmente, esta é uma operação que, em pequenas unidades produtivas, não agrega inovações tecnológicas, muito pelo contrário, persistem métodos rudimentares com danos ambientais comprovados. Trata-se de uma prática geralmente utilizada pelos homens. A pequena participação das mulheres e, até de crianças, nesta atividade, quando ocorre, é para realizar a catação e enleiramento manual de varas ou raízes que restaram no terreno.

2. Preparo do solo

O preparo do solo que engloba operações de aração, gradagem, escarificação, calagem e adubações corretivas e outras de manejo e conservação dos solos, são geralmente desenvolvidas pelos homens. As inovações tecnológicas, quando incorporadas nesta atividade, nas pequenas unidades de produção, são percebidas pela realização da prática da coleta e análise de amostras de solo, uso de calcário, uso de adubo orgânico e químico, incorporação de adubação verde, cultivo mínimo do solo (sistema de semeadura direta) e outras. Na maioria das pequenas propriedades o que se observa com mais frequência é o uso do calcário (geralmente em quantidades semelhantes as adotadas em propriedades vizinhas, ou seja, sem análise do solo),

algum uso de adubo orgânico em pequenas lavouras (especialmente na horticultura) e utilização de adubo químico em pequena escala (quase sempre de cobertura).

3. Plantio

Em relação a esta operação evidencia-se uma maior participação das mulheres, especialmente, na distribuição de sementes (a lanço ou em sulcos), e mudas em covas, bem como a cobertura dessas sementes. Utilizam pequenas máquinas ou distribuem manualmente. Para alguns cultivos, como os hortícolas, posteriormente a semeadura ocorre a irrigação que também é desenvolvida pelas mulheres. Alguma tecnologia adotada nesta fase diz respeito ao uso de diferentes espaçamentos, para culturas e cultivares diferentes, na distribuição das sementes e/ou mudas, que resulta na densidade de plantas por área (stand da lavoura), o que contribui para a maior produtividade e, conseqüentemente, maior produção. A profundidade da semeadura e a época do plantio são outros itens que incorporam informações tecnológicas diferenciadas por produto e influenciam significativamente no sucesso da exploração. Tanto o espaçamento como a profundidade de semeadura são itens tecnológicos de fácil adoção por parte dos pequenos produtores, desde que tenham tido acesso a essas informações tecnológicas disponíveis nas unidades de pesquisa.

4. Uso de insumos

O uso de "insumos modernos", como sementes melhoradas, fertilizantes e praguicidas e outros insumos tecnológicos, é reduzido na grande maioria das pequenas unidades produtivas agrícolas. Esta constatação pode ser feita em todas as regiões e é mais acentuada nas regiões reconhecidamente mais pobres, como é o caso do nordeste brasileiro. A utilização desses insumos de forma correta e nas quantidades recomendadas, está circunscrita a pequenos setores produtivos nas regiões mais desenvolvidas do sul do país. Nas unidades produtivas tidas como de subsistência, o baixo grau de utilização desses insumos, é justificado pela dificuldade de acesso dos pequenos produtores aos mesmos, em função dos custos elevados frente a situação econômica dessas pequenas propriedades. Resta aos pequenos produtores lançar mão de alternativas de baixo custo, como "grãos" produzidos na propriedade, e tecnologias alternativas de combate às pragas e doenças. Alternativas estas, também consideradas tecnologias incorporadas ao processo produtivo, mesmo que a origem das informações não seja da pesquisa oficial, e sim das experiências empíricas da própria comunidade.

Em relação a utilização dos insumos não se diferencia tarefas do homem e da mulher, exceto com relação ao uso de agrotóxicos, onde a participação da mulher é pouco expressiva, quer seja no preparo ou na aplicação dos mesmos. Isto pode em grande parte ser explicado pelo fato da assistência técnica historicamente haver difundido essas informações somente junto ao público masculino.

5. Mecanização

Na agricultura, de modo geral percebe-se uma pequena utilização de máquinas por parte das mulheres. O status da utilização de máquinas de maior porte sempre é atribuído ao homem. As mulheres resta o uso intensivo de pequenas ferramentas e/ou máquinas de pequeno porte. Por outro lado, quando ocorre a adoção da mecanização de alguma prática, por exemplo, a partir do simples uso do arado, razão pela qual os pequenos produtores podem aumentar a sua área cultivada, a adoção dessa tecnologia leva a um aumento desproporcional do trabalho das mulheres em operações, geralmente de sua responsabilidade, como limpeza, desbrote, irrigação, colheita e elaboração pós-colheita.

Em relação a mecanização cabe muitas vezes as mulheres o papel de meras ajudantes quando necessita, por exemplo, abastecer as máquinas de trilhagem, lavar e limpar os equipamentos de ordenha, realizar a coleta dos produtos revolvidos mecanicamente (batata), etc.

6. Rotação de culturas

A monocultura praticada continuamente, tende a provocar a degradação física, química e biológica do solo, a queda de produtividade, além de problemas fitossanitários. Diversos estudos demonstram os efeitos benéficos da rotação de culturas tanto sobre as condições do solo quanto sobre a produção das lavouras subsequentes.

Entretanto, na pequena propriedade, essa prática cultural, é realizada quase que automaticamente, uma vez que a principal característica é a diversificação de cultivos e não a monocultura.

7. Controle de plantas daninhas

A prática do controle de plantas daninhas em todas as lavouras é onerosa, porém seus resultados são positivos. É nesta prática e, especialmente através do controle físico que consiste na utilização de instrumentos manuais (enxadas) ou implementos tracionados por máquinas ou animais que percebe-se uma significativa participação das mulheres rurais notadamente na pequena propriedade. A capina manual é um método simples porém eficaz que demanda grande quantidade de mão de obra. Difícilmente o pequeno produtor lança mão da tecnologia do controle químico de plantas invasoras. Porém, quando isso ocorre as mulheres geralmente não participam.

8. Controle de pragas e doenças

Entre os diversos fatores que limitam o rendimento das culturas, as pragas e doenças ocupam lugar dos mais importantes. Porém, a diversificação de cultivos que é praticada nas pequenas

propriedades e em pequenas áreas, embora não evite danos de pragas e doenças, sem dúvida contribui para a sua redução. Talvez por esse motivo, aliado aos elevados custos de controles químicos e o desconhecimento de tecnologias adequadas de baixo custo, leva os pequenos produtores a adotarem algumas medidas alternativas conhecidas na comunidade ou amargarem prejuízos pela redução da sua produção. Uma prática muito usada pelos pequenos produtores é o replantio, quando necessário e com disponibilidade de sementes, e aí certamente teremos a participação da mulher rural. Nas poucas propriedades que usam agrotóxicos para tal controle, assim como para outras tarefas com agroquímicos, a participação da mulher é muito reduzida.

9. Consorciação

Esta é uma prática largamente utilizada nas pequena unidade produtivas. No Brasil, de modo geral, algumas culturas são plantadas geralmente no meio de outras. Este é o caso , por exemplo, da consorciação do milho com o feijão, muito comum em quase todas as pequenas propriedades. As estimativas sobre a percentagem de feijão, que no país é produzida em consórcio, variam muito, mas de modo geral, segundo a EPAMIG (1980), dão numeros superiores a 70%. Esse sistema é adotado principalmente pelos pequenos produtores que, desse modo, procuram aproveitar ao máximo os limitados recursos de ambiente que dispõem. Assim, e utilizabndo um nível de tecnologia mais baixo, maximizam os lucros, utilizam melhor a mão de obra (muitas vezes apenas a familiar com grande participação da mulher), diminuem o risco de insucesso (se uma cultura não vai bem, a outra pode compensar), dão melhor cobertura vegetal ao solo, diminuindo a erosão, e garantem a diversidade de dieta e fonte de renda.

Essa prática de consórcio de milho com feijão foi por muito tempo desprezada pela pesquisa agropecuária, que preferia concentrar a sua atenção nas monocultura. Entretanto, a preferência e o amplo emprego do consórcio por parte dos pequenos agricultores fizeram com que os pesquisadores de escolas ou empresas de pesquisa voltassem ao desenvolvimento de programas para estudá-lo. Hoje já existem resultados oficiais comprovando os resultados e as inúmeras vantagens desse sistema.

10. Colheita

A tarefa da colheita, sem dúvida, é uma das que mais demanda mão de obra, especialmente na pequena propriedade onde gerlmente é realizada manualmente. É nesta operação que a presença das mulheres rurais apresenta uma significação ímpar.

Inúmeras são as atividades realizadas para a colheita e a guarda do produto colhido. Na cultura do milho, por exemplo, começa pela operação de quebra do colmo para proteger as espigas e a deixa no campo para futuro aproveitamento. Após, a colheita é feita a mão e o transporte e armazenamento, em espigas. Mesmo quando ocorre a colheita semimecanizada, esta é manual sendo as espigas juntadas em montes para facilitar a debulha mecânica, o que exige igualmente muita mão de obra.

No caso da cultura do feijão, a colheita também é muito exigente em mão de obra uma vez que a prática é arrancar as plantas, virando-as e deixando-as secar mais, para após bater manualmente para a retirada dos grãos das vagens. Posteriormente realiza-se a limpeza e o ensacamento do produto obtido.

A mandioca é outra cultura típica de pequenas propriedades, que a colheita é essencialmente manual, e não apresenta nenhuma tecnologia melhorada para a sua realização, demandando uma significativa quantidade de mão de obra.

Outras culturas, como as hortícolas, pelas características de elevada perecibilidade e maturação desuniforme dos frutos, demandam uma grande e prolongada disponibilidade de força de trabalho para a realização de constantes inspeções na lavoura e coletas contínuas durante um certo período.

11. Na pecuária

Inúmeras são as tarefas desenvolvidas nas pequenas unidades produtivas em relação a criação animal.

Tem-se como certa a grande participação da mulher em um grande número de tarefas relacionadas a criação de animais. É comum verificar-se uma grande divisão de tarefas (se é que se pode considerar dessa forma), ficando o homem encarregado da lida na lavoura, no entendimento de que lá se desenvolvem as operações mais pesadas, e a mulher no cuidado com os animais. Assim, não é difícil de identificar, notadamente na pequena produção, que cabe as mulheres os cuidados com o manejo dos animais, alimentação e controle sanitário. As mulheres geralmente são responsáveis por desenvolver atividades como: coleta, preparo e distribuição do alimento para os animais, manuseio de vacinas, ordenha, coleta de ovos, abate de pequenos e médios animais, limpeza de instalações e equipamentos, entre outras. É visível, também, a participação das mulheres na transformação de produtos de origem animal.



IV. METODOLOGIA DA PESQUISA

A guiza de esclarecimento, é fundamental que se adicione a este trabalho algumas informações referentes a metodologia adotada no levantamento dos dados primários do presente estudo.

A. Quanto a Situação das Areas do Estudo

O Convênio BID/IICA, que patrocina o presente projeto, previa o estudo de 150 casos em cada um dos países participantes no Cone Sul (Brasil, Uruguai e Paraguai). Contudo, não estabelecia, a priori, em que regiões ou estados o estudo devia ser conduzido. Assim, a decisão em relação a situação dos locais a serem amostrados ficou a gargo dos próprios consultores. Essa decisão, entretanto, foi discutida com a Dra. Lilian Sierra, Coordenadora Subregional do Projeto para o Cone Sul, e com o Dr. Roberto Gonzalez do Escritório do IICA no Brasil.

A partir dessas discussões optou-se por levantar dados de campo nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, na região sul e no Estado do Ceará, na região nordeste do Brasil.

A opção pela região sul, e nela os Estados do Paraná e Santa Catarina, foi devida a alta representatividade da pequena unidade de produtiva na produção de alimentos básicos para a região e para o País e, fundamentalmente, pela recente formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que teve origem na aproximação comercial entre Brasil e Argentina nos meados da década de 80. Sem dúvida, é na Região Sul que se farão sentir as maiores influências desse acordo, notadamente na agropecuária, face ao natural acirramento da competitividade tecnológica e produtiva do setor. Outro fator que influenciou nessa seleção, foi a pressuposição de se ter um bom conhecimento da área, pelo fato de ter atuado na mesma como extensionista durante vários anos. Julgou-se que este pressuposto conhecimento da área viria facilitar sobremaneira o desenvolvimento dos trabalhos e, possibilitar conclusões melhor fundamentadas.

A opção pela Região Nordeste, e nela o Estado do Ceará, se deve ao fato do Brasil ser reconhecido como um país continental, que apresenta gritantes e marcadas realidades regionais, e pela importância de se confrontar os resultados obtidos em realidades reconhecida e radicalmente diversas como o nordeste e o sul do país. O Estado do Ceará, embora assolado por uma seca quase sem precedentes, como os demais estados da região, é área especialmente selecionada por inúmeros organismos internacionais, que se dedicam a levantar e estudar aquela realidade com a finalidade de promoverem projetos de desenvolvimento rural, passíveis de serem estendidos aos demais estados nordestinos.

A Figura 1, a seguir, apresenta o Mapa do Brasil e nele a demarcação das áreas onde o estudo foi realizado.

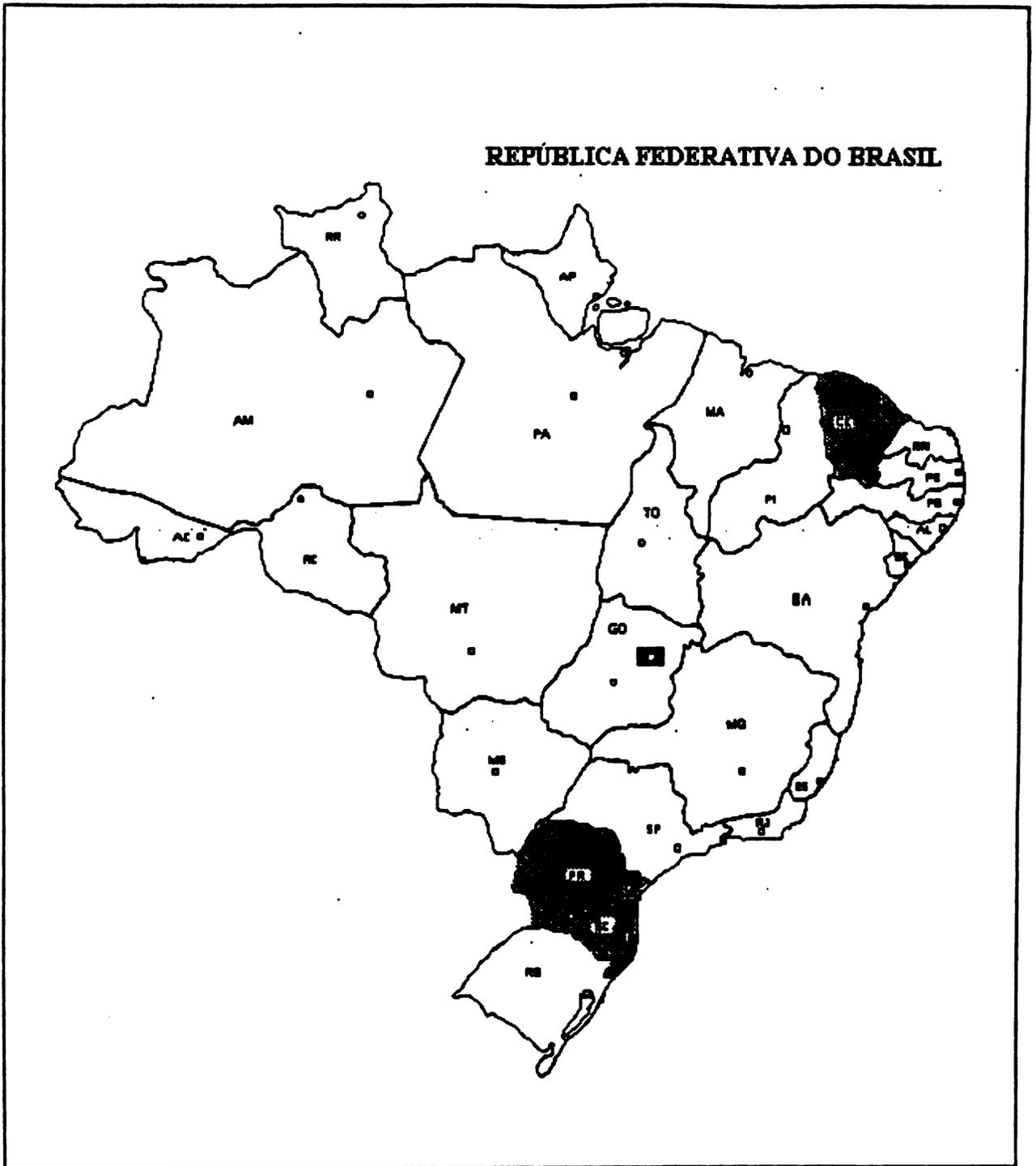


Figura 1. Mapa do Brasil - Demarcação das Áreas Estudadas.

B. Informações sobre os Estados Selecionados

1. Informações de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina situa-se na Região Sul do Brasil e divide-se em seis mesorregiões com 402 municípios (FIBGE, 1992).

A população total residente no estado, em 1991, atingia a 4.538.000 habitantes sendo 1.333.000 no meio rural. O que corresponde a 29,4%.

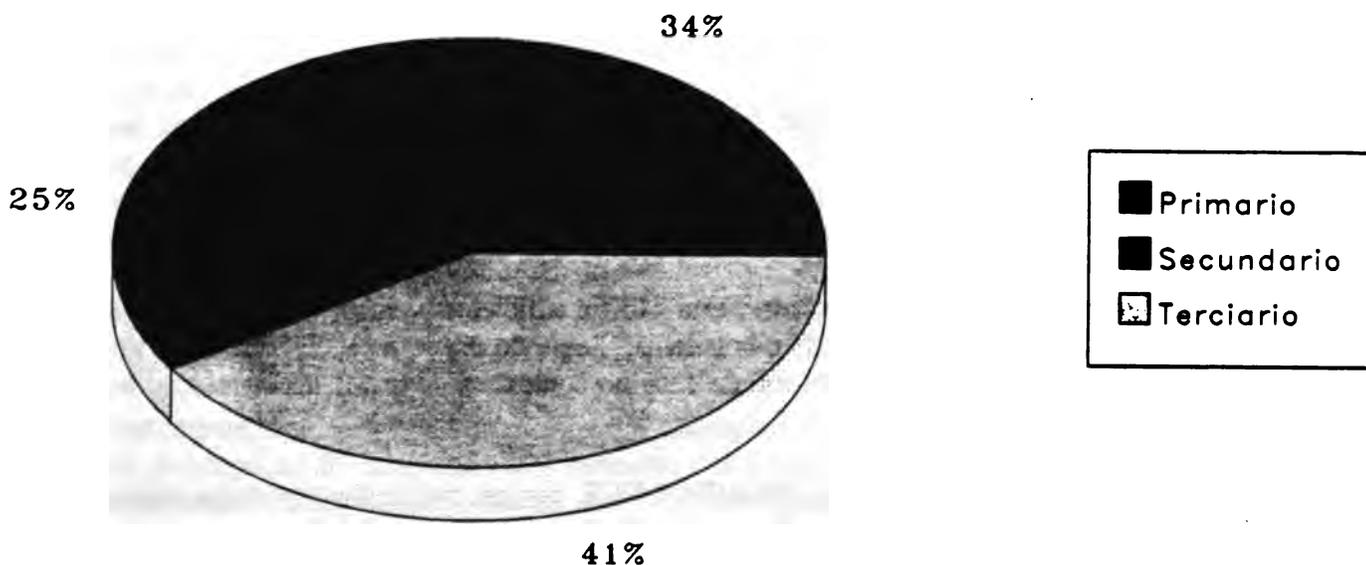
Nas últimas tres décadas tem se verificado uma intensa redução da população rural de Santa Catarina, com uma projeção do IBGE para o ano 2000 de chegar a apenas 22% da população total, conforme pode-se constatar no Quadro 3.

Dados do IBGE dão conta que a percentagem de pessoas ocupadas, segundo os setores econômicos em Santa Catarina no ano de 1990, foi de 34,10% no Primário, 25,19% no Secundário e 40,71% no Terciário.

Em relação ao número de estabelecimentos agrícolas 90,2% pertencem ao grupo de área total de até 50 hectares. Estes estabelecimentos detêm 62 % da superfície agrícola utilizada com y lavouras, matas e florestas plantadas.

Os quadros 4 e 5 demonstram a produção agropecuária de Santa Catarina em 1992.

Gráfico 2. Pessoas ocupadas, segundo os setores económicos em Santa Catarina.



2. Informações do Ceará

Localizado na Região Nordeste do Brasil, o Estado do Ceará, que segundo o IBGE (1992) está subdividido em 631 municípios, na quase totalidade dos seus 147 mil km quadrados, está submetido às rigorosas condições do semi-árido, excluindo-se as zonas litorâneas e das serras úmidas, com aproximadamente 8% da área total.

É notório que o caráter irregular das chuvas afeta negativamente o nível das atividades econômicas do Estado. As condições do solo, onde 75% do embasamento geológico da superfície são de formação cristalina, e o elevado índice de evapotranspiração, superior a 2 mil milímetros por ano em algumas áreas, conduzem a perdas consideráveis de água, tornando a atividade agropecuária muito vulnerável às intempéries e, conseqüentemente, de alto risco.

Quanto a população e força de trabalho estadual, observa-se uma redução no ritmo de crescimento. Na década de 1970/80 a taxa foi de 1,96%, situando-se aquém do índice da população nordestina como um todo, que foi de 2,16%, e mesmo do índice brasileiro que foi de 2,48% ao ano. Essa redução pode ser atribuída principalmente ao processo migratório para fora do Estado, especialmente, mas não apenas nas épocas de seca.

No mesmo período de 70/80, a população urbana cresceu a uma taxa anual de 4,67% enquanto a população rural decresceu de 0,39% ao ano, caracterizando, portanto, um acentuado processo de urbanização.

Segundo o IBGE (1992), a população residente em 1991 atingiu a 6.362.620 habitantes, sendo 65,36% nas áreas urbanas e 34,64% nas áreas rurais.

Esse processo de urbanização reflete-se na composição da força de trabalho, em favor dos setores secundários e terciário. Esse comportamento prevaleceu até 1991 (Quadro 6) onde a PEA agrícola decresceu de 60,0% em 1970 para 34,9% em 1991.

Pode-se observar, desse modo, que o espaço geográfico cearense caracteriza-se por forte concentração de sua população nos centros urbanos, notadamente em Fortaleza e na sua área metropolitana, constatando-se acentuada disparidade em termos de níveis de desenvolvimento entre as diversas regiões, bem como no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos.

Apesar da evolução da economia cearense, esta não foi suficiente para alterar a participação do Estado na formação do PIB nordestino e brasileiro. Segundo dados da SUDENE/FGV (1987), a participação do Ceará situa-se em torno de 12% no contexto regional e, em relação ao PIB é da ordem de 1,9%.

Em termos setoriais, segundo a SUDENE/IPLANCE, a participação das atividades primárias na formação da renda interna estadual, a partir de 86, é inferior a 10%, em decorrência da fragilidade de sua estrutura produtiva diante das variações climáticas. A participação das atividades industriais registrou variações menos acentuadas nas últimas décadas e situa-se por

volta dos 25%. Por sua vez, a participação das atividades terciárias tem apresentado uma tendência crescente de aumento de sua contribuição na renda cearense e situa-se em torno de 65%.

Em relação ao setor primário, o Quadro 7 demonstra a situação quanto a área plantada e a produção dos principais produtos básicos em 1989.

3. Informações do Paraná

O Estado do Paraná, situado na região sul do Brasil, conta com um território de 199.554 quilômetros quadrados, correspondendo a 2,3% da superfície total do País. Em 1190 o Paraná estava dividido em 729 municípios (IBGE, 1992).

Quanto a topografia, o estado do Paraná é caracterizado por uma planície litorânea estreita e tres planaltos que se sucedem de leste para oeste. A cada uma dessas formações correspondem diferenciações de ordem topográfica e climática, com características geológicas bem definidas: a região litorânea constituída por planícies de aluvião; a serra do mar é uma formação de rochas cristalinas; no primeiro planalto (Curitiba), predominam as formações rochosas trabalhadas pela erosão; o segundo planalto (Ponta Grossa), com ocorrência de rochas sedimentares, folhelhos e calcários; e o terceiro planalto (Guarapuava), que ocupa 2/3 do território do Estado, é constituído por faixas de solo sedimentares, destacando-se as "terras roxas" do norte, oeste e sudoeste (SEAB-1989).

Quanto aos solos, ocorre a predominância de Latossolos, que abrangem 31,45% do território, solos litólicos com 21,98% e podzólicos com 16,08%.

Em relação ao clima pode-se destacar basicamente três tipos climáticos, a saber: o primeiro é um clima mesotérmico, sem estação seca, com verões quentes e com geadas frequentes, que predomina em todo o norte, oeste e sudoeste do Estado; o segundo, também mesotérmico, úmido e superúmido, sem estação seca, com verões frescos e geadas severas, ocorre principalmente na região central; e o terceiro, é um clima tropical, superúmido, sem estação seca e isento de geadas. Quanto a precipitação, em praticamente todo o território, a lâmina média de precipitação anual está compreendida entre 1.250 e 2.000 mm.

Essa caracterização territorial nos permite estabelecer o indiscutível potencial produtivo do Estado do Paraná.

Evidentemente, soma-se ao enorme elenco de alterações no meio rural paranaense o uso de suas terras. A ocupação foi adaptando-se a sucessão dos fenômenos climáticos e a direção apontada pelas políticas oficiais vigentes. Assim, em 1980, a ocupação das terras dava-se, de acordo com o Quadro 8.

A população do Estado do Paraná apresentou um significativo incremento em relação à população brasileira até 1970. Esse crescimento populacional foi devido a ocupação do território que atingiu índices de até 460% no período de 1940/70. Nesse período a taxa de crescimento anual foi duas vezes superior a taxa brasileira. A partir da década de 70, com a redução do processo de ocupação do Estado e com a abertura de fronteiras agrícolas no centro-oeste do País, ocorreu uma redução nas taxas de crescimento resultando em decréscimo na participação brasileira (Quadro 9).

Os dados apresentados acima demonstram as alterações profundas no território paranaense, especialmente na década de 70, invertendo o processo da década anterior, quando a cultura do café estimulava e absorvia intensos movimentos migratórios.

A substituição do modelo agropecuário, face as sucessivas geadas e os incentivos às exportações, inverteram a situação populacional que predominava no início da década de 70 quando 63,9% vivia no meio rural, e em 1980, apenas 41,4% continuavam no campo. Assim, enquanto os centros urbanos experimentaram um crescimento populacional de 78,6%, o meio rural teve uma redução de 28,7%, entre os anos de 1970 e 80 (Quadro 10).

Essa alteração é decorrente do processo de urbanização que acentuou-se com o fortalecimento de cidades intermediárias, com transformações do perfil produtivo no campo e migração para outros estados.

Em termos de agricultura, o Estado do Paraná assume grande importância no cenário nacional, uma vez que situa-se no patamar de participação de aproximadamente 1/4 da produção total brasileira. Tomando por base o final da década de 1980, é importante salientar que o Paraná é o primeiro produtor nacional de trigo, milho, algodão, feijão, batata-inglesa, cevada, rami, seda (casulo), e centeio. Detém o segundo lugar na produção da soja, aveia e amendoim.

No que se refere ao setor pecuário, estima-se (SEAB-1989) que o Paraná participe em termos de rebanho com 6,7% de bovinos, 14,2% de suínos e 13,1% do plantel de aves, a nível de Brasil. Enquanto que na produção de carnes, o Paraná participa com 8,3% de carne bovina, 10,4% de carne suína e 15,7% de carne de aves (SEAB-1989).

O Quadro 11 apresenta a situação da área plantada e da produção paranaense, referente aos principais produtos agropecuários, na safra de 1989.

C. Quanto a Amostra

Decidiu-se pela coleta de dados de campo em 200 unidades de produção sendo 50 em cada um dos estados do sul (SC e PR) e 100 no nordeste (CE). A população estudada é constituída por mulheres, residentes em unidade produtivas agropecuárias, e distribuídas nas várias regiões dos estados selecionados.

É importante salientar que aos entrevistadores foi dada a seguinte orientação:

1. Entrevistar somente a **mulher** que mais participa na pequena unidade de produção rural e em idade produtiva (até mais ou menos 55 anos), independente do seu estado civil.
2. Na seleção da pequena unidade produtiva considerar, na medida do possível, a seguinte caracterização :
 - * Unidades de produção de alimentos básicos com ênfase para milho, feijão, mandioca, batata, frutas e olerícolas, leite, ovos, carnes, etc.
 - * Unidades que efetuem algum beneficiamento ou transformação dos produtos na propriedade (agroindústria rural - farinhas, embutidos, queijos, conservas, doces, defumados, carne seca, bebidas, artesanatos, etc.).
 - * Ser pequena unidade de produção, embora não enquadrada entre aquelas que mal produzem para a subsistência.
 - * Que comercialize algum produto, quer seja excedente da produção de subsistência ou produzido especificamente para o mercado.

Para esta pesquisa, tida como exploratória, aceita-se como válido o estudo desses casos, tomados aleatoriamente nos estados selecionados, sem a preocupação de que os mesmos sejam estatisticamente representativos.

D. Quanto ao Questionário da Pesquisa

A Coordenação Central e Subregional do Projeto propôs um modelo de questionário a ser adotado em todos os países participantes. Entretanto, face a necessidade de simplificação e, especialmente, de adequação da língua e das formas de interrogação das entrevistadas, em função das diferentes realidades existentes em cada um dos países, foi dada a liberdade de se produzir um questionário específico a partir do modelo dado. Tal adequação demandou algum tempo o que ocasionou algum atraso na realização da pesquisa de campo.

E. Quanto a Coleta dos Dados

Para a coleta dos dados, nos estados selecionados, foram contratados entrevistadores que valeram-se da técnica de entrevistas formais com preenchimento de questionários.

No Estado do Paraná foi contratada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER, que designou e orientou as extensionistas sociais de campo para a realização

das entrevistas. A pesquisa se deu no mes de agosto e início de setembro e foi realizada em municípios daquele estado.

No Estado de Santa Catarina foi contratada a Empresa Pesqueira Agropecuária de Difusão de Tecnologia de Santa Catarina-EPAGRI, que designou e treinou as extensionistas sociais para a realização das entrevistas. A pesquisa foi realizada no mes de agosto em 40 municípios daquele estado.

No Estado do Ceará a coordenadora da pesquisa selecionou alunos com conhecimento de métodos de pesquisa e orientou-os sobre a realização das entrevistas junto as mulheres rurais das áreas definidas naquele estado.

Considerando-se que, entre os pequenos agricultores, é incomum encontrar-se qualquer tipo de registros contábeis que possibilitassem a obtenção de informações abalizadas, para o presente estudo, adotou-se a coleta de dados mediante o chamado "método da memória", por ocasião das entrevistas com as mulheres rurais. Se bem que pode apresentar problemas de confiabilidade em levantamentos dessa natureza, é um método bastante correto e pode ser utilizado nas investigações sobre o desempenho econômico e produtivo das empresas rurais.

F. Quanto ao Tratamento dos Dados

Os dados coletados nas entrevistas exigiram uma revisão, ainda nos estados, com vistas a complementação de informações quando necessário. Posteriormente, se procedeu a mais uma análise dos formulários recebidos, com a finalidade de ajustar algumas impropriedades quanto a padronização de alguns parâmetros (ha, tonelada, preços/t ou kg, etc.) com vistas a facilitar a tabulação.

Para efetuar o processamento e o tratamento dos dados, o IICA providenciou a contratação de um técnico em computação, em 15 de setembro de 1993, que por uma série de razões não cumpriu o contratado, fazendo com que o Instituto contratasse um segundo profissional em computação, em 25 de março de 1994, para concluir o referido trabalho.

V. O USO DE TECNOLOGIAS NAS PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E PELAS MULHERES RURAIS

Neste capítulo, pretende-se comentar os sistemas de produção adotados nas pequenas unidades produtivas e fazer uma análise do uso dos insumos, instrumentos, práticas, conhecimento e acesso às as tecnologias melhoradas, adoção de tecnologias e a adequação das mesmas para a mulher produtora de alimentos.

A análise terá como parâmetro os dados primários obtidos na pesquisa de campo realizada entre 200 mulheres rurais, sendo 50% dos casos na Região Sul e 50% na Região Nordeste. Dos casos estudados no sul, cinquenta foram pesquisados no Estado de Santa Catarina e cinquenta no Estado do Paraná. No Nordeste a pesquisa limitou-se ao Estado do Ceará¹.

A. Sistemas de Produção Adotados nas Pequenas Unidades Produtivas

Antes de descrever e comentar os sistemas de produção adotados nas pequenas unidades produtivas rurais, é fundamental lembrar a grande dificuldade que isto acarreta a qualquer estudo, em função da multiplicidade de sistemas incorporados ao processo produtivo nas diferentes realidades rurais do país.

A exploração agropecuária é reconhecidamente constituída de atividades de alto risco, que o homem procura controlar desde os tempos que começou a cultivar a terra, mas que nunca consegue dominar em sua totalidade, em que pese todo o avanço tecnológico acrescentado a essas atividades.

Considera-se um sistema de produção o arranjo e/ou combinação das alternativas disponíveis para o manejo de uma ou várias explorações de acordo com o ciclo biológico. Manejar uma exploração agrícola é, portanto, manejar processos biológicos. A partir dessa afirmação, pode-se admitir que a diferença entre processos industriais e agropecuários, reside no fato que estes não podem ser totalmente controlados pelos agricultores.

A diferença entre as grandes e médias empresas agrícolas e as pequenas, quanto a opção por um sistema de produção, é que estas últimas não estão estruturadas administrativamente. Geralmente, a mesma pessoa (chefe) toma as decisões em todos os níveis da unidade.

Ao pequeno produtor compete decidir se planta culturas anuais ou permanentes, que área deve ou pode plantar, que tipo de sementes ou mudas utilizará, se adubará o solo ou não, se os serviços serão manuais ou a tração animal ou até mesmo mecanizados contratados, se a mão de obra é suficiente, como controlará pragas e doenças, se é necessário e viável irrigar, como combinar as explorações, que animais vai criar, que materiais e/ou equipamentos necessitará e

¹ Saliente-se que no Ceará a pesquisa apresentou dados incompletos e aparentemente falhos, que podem ser atribuídos, em parte, a deficiências dos entrevistadores, aliado a uma realidade climática madrastra que assola aquela região, que não permitiu, naquele momento em que a pesquisa fora realizada, a obtenção de dados referentes a situação produtiva normal para a área em questão.

inúmeras outras decisões tão ou mais complexas que estas. Por outro lado, a partir da colheita, assalta-lhes tantas outras e não menos importantes decisões como se vai armazenar, ou vender imediatamente, onde e para quem vender, a que preços, etc.

Muitas dessas decisões devem ser tomadas de pronto, de acordo com as condições climáticas e/ou desenvolvimento biológico. Mas os pequenos agricultores as tomam de acordo com a experiência obtida na faina diária. Embora muitas vezes ficam tão submersos nos detalhes do "fazer" que não conseguem a necessária distância para focar os problemas de maneira global.

Ainda assim, há que se considerar que os "agricultores tradicionais", com as informações disponíveis e os meios de produção a seu alcance, estabelecem na maioria dos casos sistemas de produção racionais e eficientes². Esses pequenos agricultores ao desenvolver suas atividades tem o cuidado de "por a maior probabilidade de seu lado", com o menor custo.

A decisão do pequeno produtor, sobretudo daquele que utiliza a força de trabalho familiar, trata sempre da procura efetiva do uso racional e harmônico dos fatores de produção (interno e externo) disponíveis na unidade, com vistas à obtenção de melhores resultados econômicos e sociais.

A opção por um sistema de produção deve levar em conta os fatores internos como a terra, o trabalho, o capital e a tecnologia, e os fatores externos que situam-se em ambos os lados de qualquer sistema de produção incorporando-se ao mesmo.

Os fatores de entrada dos sistemas de produção são o crédito, a terra, os insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, medicamentos veterinários, etc.), a assistência técnica disponível, a oferta de serviços, etc.

Os fatores de saída, são os recursos disponíveis para o armazenamento, a transformação, a comercialização, o preço mínimo, etc.

O desenvolvimento das atividades selecionadas em um nível tecnológico determinado conduzem à produção estimada e diz-se que é um sistema de produção.

Feitas essas considerações, pode-se agora caracterizar os sistemas de produção adotados nas regiões pesquisadas, tendo por base as informações coletadas junto as mulheres rurais entrevistadas.

De modo geral, em todo o país, são mais freqüentemente observadas diferenças significativas, entre os sistemas de produção adotados nas pequenas unidades produtivas voltadas para a

² O reconhecimento da "racionalidade" dos sistemas de produção tradicionais, adotados em pequena unidades produtivas, não significa que não seja necessário avaliá-los, nem que outros fatores de produção não devam ser difundidos e colocados a disposição dos produtores.

subsistência e/ou daquelas que comercializam algum excedente, com aqueles implementados em unidades orientadas para o mercado.

Na adoção de um sistema de produção, quer seja voluntária ou circunstancial, a principal característica da pequena produção de subsistência, e/ou com venda de algum excedente, é relativa ao baixo nível tecnológico empregado. Geralmente, nestas unidades produtivas, identifica-se o uso da mão de obra familiar, pouca ou nenhuma mecanização, serviços realizados basicamente a tração animal ou mesmo manual, e o uso freqüente de cultivos consorciados na mesma gleba. Quanto as explorações agropecuárias, no sul do país, é comum observar-se as lavouras de milho, arroz, feijão, mandioca, pequena horta doméstica, algumas frutíferas que não chegam a caracterizar um pomar, criação de aves, vacas leiteiras e a criação de suínos. No nordeste brasileiro, acentua-se a cultura da mandioca, pequenas áreas de cana, milho, feijão, arroz, algodão arbóreo, fruticultura constituída basicamente por banana e olericultura que tem por base a melancia e o melão, alguma criação de caprinos e vaca leiteira.

Nas unidades produtivas orientadas para o mercado a principal característica dos sistemas dos sistemas adotados é a especialização dos cultivos, com um nível mais elevado de tecnologia, uso de mão de obra contratada e a mecanização. Também observa-se nestas unidades uma ampla variação de sistemas adotados, que vai desde as pequenas unidades situadas em cinturões verdes de grandes centros urbanos, altamente especializados, que exploram basicamente a horticultura, até aquelas propriedades tradicionais do interior que exploram culturas anuais (em cultivos geralmente solteiros) como soja, milho, feijão, arroz, cana, algodão, trigo, olerícolas e algumas culturas perenes como frutíferas (maçã, citrus, videira, etc.), café, algodão arbóreo e outras. Além disso, criam gado leiteiro, algum gado de corte, exploram a suinocultura e a avicultura (de corte e postura).

B. Uso de Insumos, Instrumentos e Práticas

Ao analisar o uso dos insumos na pequena produção deve-se considerar que, notadamente no sul do país, observa-se uma extensa rede de distribuição estabelecida no interior, que de certa forma facilita o acesso dos produtores aos mesmos.

Há que se considerar, entretanto, que este fato dos insumos serem ofertados nas proximidades das unidades produtivas não é o fator primordial para a sua aquisição. Inúmeros fatores concorrem para a adoção dos insumos por parte dos produtores. Entre estes pode-se destacar o grau de informações tecnológicas que os produtores dispõe sobre os mesmos, e sobre as vantagens comparativas destes em relação àqueles tradicionalmente utilizados.

Porém, um dos principais fatores para a adoção ou não dos insumos é o grau de orientação dos produtores ao risco³ e, especialmente, a dificuldade financeira dos produtores para a aquisição dos mesmos. Há que se considerar que 70% das unidades amostradas na região sul não efetuou qualquer empréstimo nos últimos três anos. Na região nordeste este percentual sobe para 97%, explicável pelas dificuldades do estabelecimento de qualquer exploração agropecuária face ao longo e dramático período de estiagem ocorrido nos últimos anos. A realidade da seca no nordeste e os altos encargos bancários levaram as mulheres entrevistadas, na grande maioria, a afirmar que a família não arriscava tomar empréstimos para aquisição de insumos e ou equipamentos. Esta atitude ratifica a racionalidade econômica dos pequenos produtores de alimentos básicos que indica que é bom evitar recorrer a empréstimos, especialmente, bancários.

Em relação ao uso de insumos a pesquisa realizada confirma os dados secundários e não apresenta diferença entre tarefas masculinas e femininas. Identifica-se que as mulheres manuseiam, preparam e aplicam todos os insumos que foram questionados, apenas apresentam uma menor intensidade de participação no trato com os mesmos em relação ao homem (Quadro 12). É importante caracterizar que a utilização dos insumos pelas mulheres se dá sempre em conjunto com o homem e, possivelmente, em atenção as indicações deles, uma vez que elas julgam que a eles cabe decidir sobre como, quanto e onde utilizá-los.

Questionadas em relação ao uso de dez diferentes insumos agropecuários (Quadro 12), as mulheres entrevistadas informaram que, em média, 48,6% dos insumos relacionados, foram utilizados nas unidades produtivas no último ano.

Pode-se observar no Quadro 12, que os percentuais indicam uma maior participação da mulher no trato com insumos relacionados a pecuária (37,36 % usam sal comum e 36,11 sal mineral ao gado) e uma menor participação no uso de agrotóxicos (11,61%). Em relação a outros insumos (sementes, calcário, fertilizantes químicos, etc.) pode-se considerar que uma em cada cinco mulheres faz uso deles. E, de um modo geral, a pesquisa nos permitiu identificar junto as mulheres entrevistadas, que apenas uma entre quatro (24,50%), faz uso de algum tipo de insumo agropecuário nas suas tarefas na unidade produtiva.

Quanto ao uso dos equipamentos há uma clara especialização entre homens e mulheres. Enquanto as mulheres usam as ferramentas manuais na mesma intensidade e forma que os homens, segundo a pesquisa realizada, são marginalizadas em relação ao uso dos demais equipamentos, notadamente daqueles que são motorizados. O uso por parte das mulheres de ferramentas tidas como leves, ou máquinas de pequeno porte, traduz, por um lado, o manifesto estatus masculino, e por outro, o despreparo das mulheres por falta de costume e capacitação para utilizar os demais equipamentos.

³ A orientação ao risco, segundo STONIER & HAGUE (1970), está associada à incerteza dos produtores quanto as probabilidades de êxito ou fracasso ao assumir os custos do negócio agropecuário. De onde infere-se que este fator influencia a tomada de decisão dos produtores quanto a expansão ou redução da produção e dos custos.

O Quadro 12 apresenta de maneira incontestável a baixa participação das mulheres no trato com os equipamentos. De modo geral, observa-se que apenas uma em cada quinze mulheres usa algum equipamento. Sobressai o uso de ferramentas diversas (pás, enxadas, foice, ancinho, etc.) para as quais houve a manifestação de uso por parte de 56 % das mulheres entrevistadas.

Evidencia-se, ainda, que as mulheres se ocupam principalmente dos equipamentos que estão associados aos afazeres mais próximos da casa, tais como : equipamentos para transformação de produtos (tachos, balanças, prensa) e outros utilizados para tratar os animais (debulhadores e picadores).

Há que se considerar, também, que os baixos percentuais relativos ao uso dos equipamentos, por parte das mulheres entrevistadas, se deve ao fato da inexistência de grande parte desses equipamentos nas pequenas unidades produtivas pesquisadas, conforme aborda-se mais a frente por ocasião da análise das tecnologias adotadas.

A pesquisa realizada permitiu identificar um conjunto de práticas, que usualmente integram os sistemas de produção tradicionais, nas regiões objeto do estudo, e a participação da mulher rural em cada uma dessas práticas.

Analisando-se os quadros 13 e 14, a seguir, percebe-se a inquestionável presença da força de trabalho da mulher, em todas as principais tarefas/atividades realizadas nas unidades produtivas, tanto na agricultura quanto na pecuária.

Avaliando-se detalhadamente a presença da mulher nas atividades agrícolas (Quadro 13), percebe-se a evidência da maior participação e contribuição da mesma relacionar-se com as tarefas de cuidar da horta na qual identifica-se uma participação média de 72,5% das entrevistadas, sementeira (plântio) com 12,5% e colheita com 12,0%. As tarefas de limpeza da área e realização dos tratos culturais, são realizadas respectivamente por 5% e 4% das mulheres e, geralmente, com pequenas ferramentas. Neste mesmo quadro, incluiu-se algumas atividades referentes a pós-colheita que apresentaram elevados índices de participação da mulher, a saber : no preparo dos produtos para armazenagem ou comercialização participam 12,5% das entrevistadas e na transformação primária dos produtos 49,0%.

Com relação a participação da mulher nas tarefas/atividades da pecuária (Quadro 14), encontrou-se uma expressiva participação nos estados do sul do país e uma participação menor no Ceará. Isto se deve ao fato, que o rebanho identificado nas unidades produtivas dos dois estados pesquisados do sul é, sensivelmente, maior e mais diversificado do que o existente no Ceará. Das tarefas da pecuária algumas chamam a atenção em termos da participação da mulher, a saber: a alimentação dos animais que embora a média apresente a dedicação de 16% das entrevistadas identifica-se a participação de 20% das mulheres nos dois estados do sul; o cuidado com as crias por constatar-se uma participação de 30% das mulheres entrevistadas em Santa Catarina e 12% na média dos três estados (esta diferença pode ser explicada pelo maior rebanho suíno e avícola identificado nesse estado); o manejo dos animais e a busca dos

animais (vacas para ordenhar) com a participação de 8,0% e 8,5% respectivamente; a **marcação dos animais** com 7,5% e a **ordenha** com 6,0% de participação das entrevistadas.

Esses resultados refletem e confirmam as informações encontradas na literatura, e comentadas em capítulo anterior, de que a mulher apresenta expressiva participação em diversas das principais tarefas dos sistemas de produção.

Há que se salientar que essa participação da mulher em práticas agrícolas e pecuárias, nas pequenas unidades de produção, é da maior importância por sua contribuição no aporte de renda à propriedade, uma vez que se identifica um significativo número de jornadas que a mulher dedica a cada uma dessas práticas, ao longo do ciclo ou ano agrícola.

C. Adoção de Tecnologias Melhoradas

A pesquisa desenvolvida na região sul (Paraná e Santa Catarina), indica uma relativa padronização quanto ao nível tecnológico adotado nas unidades produtoras de alimentos investigadas. Igual constatação pode ser feita em relação as unidades pesquisadas no nordeste (Ceará). Entretanto, manifesta-se uma já sabida e impressionante diferença entre os padrões tecnológicos adotados nas duas regiões.

A análise do uso de tecnologias nas pequenas unidades de produção de alimentos no Nordeste (Ceará), mostra a persistência de um sistema tecnológico tradicional e arcaico, onde predomina o uso de insumos próprios e o trabalho manual. Quanto a utilização de insumos evidencia-se que 94,9% das unidades fazem uso de semente própria (grãos), 89,8% usam adubo orgânico e apenas 1,0% usam adubo químico (Quadro 15). Em relação ao trabalho manual identifica-se o uso de ferramentas de pequeno porte em 100% das unidades e implementos agrícolas rudimentares, tração animal em 16,3% das propriedades e praticamente nenhuma mecanização. Merece destaque a existência de reservatórios de água (cisternas) em 78,6% das propriedades e a inexistência de sistemas de irrigação. Outros indicadores do nível tecnológico identificados nessas propriedades foram : 2% usam aprisco para caprinos; 79,6% adotam pequenos paióis/silos; 3,1% realizam vacinação do rebanho; 1,0% tem ordenhadeira de pequeno porte; 2,0% efetuam a correção do solo com calcário; 71,4% dispõe de tacho para transformação de produtos na indústria rural caseira (farinha de mandioca e/ou rapadura); 12,2% usam pulverizador costal; e 4,1% tem debulhador de milho (quadros 16 e 17).

É notório que os sistemas de produção adotados nas pequenas unidades produtivas da região sul são considerados da agricultura tradicional (produção de alimentos básicos), embora contemplem um conjunto de práticas que se pode identificar como tecnologias melhoradas. Assim, pode-se considerar que os pequenos produtores que manejam os seus cultivos de acordo com procedimentos ajustados a disponibilidade de terras, recursos naturais, recursos financeiros para investir em máquinas, equipamentos e insumos, disponibilidade de mão-de-obra, características do mercado e condições ecológicas das áreas de produção, venham a adotar sistemas tecnológicos reconhecidos como mistos entre o tradicional e o moderno.

Considerando a dificuldade encontrada no levantamento de dados de produção no Ceará, busca-se estabelecer o uso relativo de tecnologias melhoradas a partir dos percentuais de adoção dos 39 indicadores propostos, selecionados nos pacotes tecnológicos recomendados para a região sul do país. Através da pesquisa foi possível determinar o uso relativo desses indicadores de tecnologias melhoradas adotados nas unidades investigadas (Quadros 15, 16 e 17), a saber:

- * **Administração/Contabilidade agrícola** - Em 29,3% das unidades visitadas as mulheres declararam que era feito a contabilidade agrícola, porém nenhuma manifestou a sua participação direta nessa prática (em SC esse índice foi de 48%);
- * **Mecanização** - Embora persista o uso do arado a tração animal em 73,1% das propriedades (média na região), evidencia-se a existência de trator em 60,65%, micro-trator em 19,2% (30% em SC) e a adoção da prática de mecanização do solo em 66,85%. Identificase, ainda, o uso de semeadeira/adubadeira em 31,4% das unidades, pulverizadores tratorizados em 21,7% e colhedeiças de grãos em 23,5%;
- * **Outros equipamentos/máquinas** - 32,7% utilizam cerca elétrica; 54,3% tem balança para pesagem dos produtos a serem comercializados; 28,5% dispõe de prensa e 72,8% de tacho para cozimento, utilizados na indústria rural caseira; 34,1% usam bombas d'água para o abastecimento da casa ou das instalações pecuárias e ainda associadas ao uso de equipamentos de irrigação em 12,3% das propriedades; 4,0% possuem centrífuga apícola; apenas 1,0% usa classificador mecânico de produtos; 44,8% possui debulhador de milho; 6,1% possui ordenhadeira mecânica; em SC 2% possui equipamento para a pasteurização do leite; 8,0% adota misturador de ração; 45,6% usa picador de forragem; 79,0% usam pulverizador costal (manual ou motorizado);
- * **Conservação do solo** - Em 66,7% das propriedades são efetuadas práticas conservacionistas de solo (aração em nível, terraceamento, plantio em faixas, etc.);
- * **Outras práticas** - 28,6% adotam a prática da silagem/fenação; 57,7 informam que adotam o uso adequado dos agrotóxicos na propriedade (em que pese a subjetividade do termo "adequado" e o fato que as mulheres tem pequena participação nessa prática); 88,4% usam a vacinação do rebanho;
- * **Corretivo/fertilizante de solo** - 80,9% dos produtores fazem uso do calcário para a correção dos solos e 75,20% adotam o uso de adubo químico;
- * **Sementes/mudas melhoradas** - A pesquisa revelou que 88,3% das unidades investigadas adotam sementes/mudas melhoradas;
- * **Raça melhorada** - Em 53,2% das unidades as produtoras informaram fazer uso de raças melhoradas (na medida do possível), especialmente para o gado leiteiro, suínos e aves;

- * **Instalações** - Em 8,4% das propriedades adotam coberturas de plástico (estufas) para a produção de olerícolas; outras 8,3% possuem apriscos para animais de pequeno porte; 52,2% usam paíós para armazenagem de produtos;

Informações da pesquisa permitem que se estabeleça o nível tecnológico através do número de indicadores de tecnologia adotados e, especialmente, pelo resultado físico dos cultivos ou criações, aos quais esses indicadores são agregados, confrontando-se esses resultados com os índices de produtividade da agricultura tradicional.

A partir da análise dos percentuais comentados acima e constantes dos quadros a seguir, infere-se que, de modo geral, os indicadores tecnológicos são adotados na totalidade em aproximadamente 40,0% das unidades pesquisadas.

Comparando-se os índices de produtividade identificados na pesquisa com as médias estaduais, para os principais cultivos, identifica-se que : na cultura do milho os índices de produtividade são superiores a média nos dois estados, enquanto nas unidades pesquisadas a média foi de 3,81t/ha em SC e 2,91t/ha no PR, as médias estaduais são, respectivamente, 3,0t/ha e 2,47t/ha; na cultura do feijão também encontrou-se produtividades superiores, 1,15t/ha em SC e 0,70t/ha no PR contra as respectivas médias de 0,95t/ha e 0,43t/ha; na cultura do arroz a produtividade encontrada foi pouco superior a média em SC 5,09t/ha contra 4,57t/ha e um pouco inferior a média paranaense 1,60t/ha contra 1,84t/ha; na cultura da mandioca, porém, os índices levantados são inferiores as médias estaduais, 15,27t/ha em SC e 8,2t/ha no PR contra 17,93t/ha e 20,12t/ha, respectivamente.

Assim, com base nessa análise pode-se concluir que o nível tecnológico das pequenas unidades de produção pesquisadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina é mediano, ou um pouco acima da média.

Em que pese a pesquisa não fornecer dados de adoção de tecnologia por cultivo ou criação, pelo conhecimento de campo das regiões estudadas, pode-se afirmar que:

- * maiores percentuais de adoção de tecnologias melhoradas estão sempre relacionados com o cultivo de produtos destinados a maior parte para mercado, e de alto valor como são os hortigranjeiros (frutas, olerícolas, aves, ovos, mel, etc);
- * alguns cultivos são reconhecidamente de baixos níveis de adoção de tecnologias como, por exemplo, a mandioca;
- * para os cultivos do milho e do feijão os níveis de adoção de tecnologias são semelhantes e estão centrados em algumas práticas como a mecanização, uso de corretivos e fertilizantes, sementes melhoradas e aplicação de agrotóxicos;
- * com relação aos animais os principais indicadores de tecnologia dizem respeito ao uso de raças melhoradas, aplicação de medicamentos, alimentação do rebanho e instalações.

A quiza de informação relata-se, ainda, que nas unidades pesquisadas foram identificados 34 diferentes cultivos e 9 diferentes criações, dos quais, para fins desse estudo, se considera e analisa somente os alimentos tidos como básicos (milho, feijão, mandioca, leite, carne e ovos), e que são explorados na maioria das propriedades.

Quanto a identificação do uso diferenciado da tecnologia melhorada por gênero, não foi possível estabelecer com precisão uma vez que a tecnologia, por si, não exclui a mulher produtora quando compara-se com tarefas e operações semelhantes desempenhadas no sistema tradicional. É difícil estabelecer possíveis alterações na participação das mulheres em função da introdução de tecnologias melhoradas. Uma evidência dessas alterações ocorre, por exemplo, quando da elevação do índice de mecanização das propriedades, uma vez que essa tecnologia não só tem sido excludente em relação a mulher, como contribui para aumentar algumas tarefas complementares por ela realizada. Constatou-se na pesquisa que raramente à mulher é atribuída a responsabilidade pela decisão da introdução de qualquer tecnologia, as vezes decide em conjunto com o homem, especialmente no caso de inversões maiores de recursos, mas a palavra final nos parece ser dele, na maioria das vezes. As mulheres entrevistadas deram mostra que são verdadeiras "ajudantes" nas ocupações produtivas exercendo, por vezes, uma série de tarefas conjuntas ou complementares ao trabalho masculino e, até assumindo a reponsabilidade quase exclusiva por outras ocupações, notadamente as relacionadas com a pecuária de leite ou de pequeno porte.

D. Conhecimento e Acesso às Tecnologias Melhoradas

A pesquisa realizada junto as mulheres rurais evidenciou um razoável nível de conhecimento e acesso às tecnologias melhoradas por parte de algum membro da unidade produtiva. Isto fica mais evidente a partir da análise da adoção de tecnologia na pequena produção do sul do país já comentada no item anterior.

A pesquisa deixa transparecer que, mesmo em relação àqueles que não adotam ou apresentam um nível menor de adoção de tecnologias, a causa não pode ser explicada em função da distância da propriedade aos centros de pesquisa, órgãos de assistência técnica (públicos ou privados), ou ainda, revendedores de insumos e máquinas, uma vez que no sul do país essas distâncias são relativamente pequenas, em média 16,56 km . No Paraná essa média alcançou 31,28 Km, porém isto se deve a algumas mulheres terem informado a distância da CEASA-Curitiba onde vendem algum produto.

O fato mais importante identificado na pesquisa é que as mulheres não são responsáveis pelo conhecimento e introdução de informações tecnológicas na unidade produtiva. Essa responsabilidade, geralmente, é atribuída ao sexo masculino. Isto se explica, em parte, pela tradição dos serviços de assistência técnica de dirigirem suas informações ao público masculino. A assistência técnica e extensão rural pública, historicamente tem voltado a sua atuação na área tecnológica para o homem, filhos e/ou empregados do sexo masculino, numa clara discriminação

à mulher rural. Essa atitude demonstra um total desconhecimento da participação da mulher em inúmeras ocupações (tarefas/operações) do processo produtivo agro-silvo-pastoril.

Ainda em relação a assistência técnica, a pesquisa nos permite identificar que, em média, somente 39% das mulheres da região sul responderam que não receberam qualquer capacitação. Entretanto, esse percentual apresenta-se muito elevado no nordeste tendo chegado a 98%. Vale ressaltar que no sul, em média, 21% das mulheres participaram de um evento de capacitação no último ano, 16% participaram de dois eventos e 25% em mais de dois eventos (Quadro 18).

Esses dados parecem contradizer a afirmação acima de que as mulheres não são responsáveis pela introdução da tecnologia na propriedade. Porém, quando se analisa os formulários da pesquisa, percebe-se que a grande maioria das mulheres participaram de eventos (cursos ou treinamentos) de curta duração sobre afazeres relacionados com as atividades domésticas como alimentação/nutrição, saúde, corte e costura, artesanatos e outros. Em alguns poucos casos identificou-se a participação das mulheres em eventos de capacitação relacionados com a indústria rural caseira (conservação e transformação de produtos). Ou seja à mulher somente são ofertados eventos relacionados as atividades domésticas.

Quanto a origem da capacitação, se identifica ainda, no quadro 18, que nas regiões pesquisadas no sul (SC e PR), em média, 73% da capacitação recebida teve origem no sistema público de ATER. Há que se considerar que é justamente nesses dois estados onde a pesquisa foi realizada, que se encontram as empresas EMATER-PR e EPAGRI-SC que, muito embora o "desmonte" ocorrido no SIBRATER nos últimos anos, conseguiram manter um razoável padrão de qualidade graças ao apoio dos governos dos dois estados e algum resíduo de recursos de financiamento do BIRD.

Quanto a esse elevado percentual da capacitação ter sua origem na assistência técnica oficial, é importante considerar que os entrevistadores pertenciam a essas duas empresas e, em que pese as orientações dadas, pode ter sido cometido algum viés na amostragem, pelo fato de dirigirem a pesquisa ao público que normalmente é assistido pelos mesmos.

Os demais (cooperativas, ONG's, escolas,) responsáveis por outros eventos de capacitação em que participaram as mulheres rurais não apresentaram percentuais significativos.

VI. A ADEQUAÇÃO DA OFERTA TECNOLÓGICA PARA A MULHER PRODUTORA DE ALIMENTOS

Neste capítulo aborda-se a adequação das tecnologias recomendadas e oferecidas para as pequenas unidades produtivas, em geral, e especificamente quanto as condições de trabalho das mulheres.

Como já fora comentado em capítulos anteriores, na pequena unidade produtiva rural o produtor maneja suas explorações de acordo com a sua realidade, ou seja, considerando os recursos disponíveis. A partir da disponibilidade dos recursos, suas condições econômicas e culturais, os produtores decidem-se pela adoção dos sistemas tradicionais, modernos ou mistos.

A partir desta constatação era de se esperar que os responsáveis pela geração de tecnologia considerassem as características sócio-econômicas e culturais da pequena unidade produtiva. Porém, é notório que esta preocupação não tem sido satisfatoriamente considerada no país. São freqüentes as constatações de que os projetos de pesquisa contemplam justificativas e informações técnicas fundamentadas nos baixos rendimentos dos produtos, e até nas questões mercadológicas, mas raramente consideram as condições sócio-econômicas e culturais do homem rural. Assim como são igualmente freqüentes as constatações de que a difusão de tecnologia apresenta duas grandes deficiências, a primeira no que se refere a dificuldade e/ou falta de costume em levar à pesquisa as informações sobre a realidade do produtor e, a segunda, a dificuldade em promover a difusão mais sistematizada das informações tecnológicas reconhecidas como "alternativas" ou "apropriadas" às condições do homem do campo.

Este contexto permite inferir que a oferta tecnológica considera a capacidade de adequação do pequeno produtor à tecnologia recomendada e não a adequação desta às condições do homem e do meio em que vive.

Quanto a adequação da oferta tecnológica para a mulher produtora de alimentos, nas regiões pesquisadas, não foi possível constatar qualquer ação planejada nesse sentido. Normalmente, não se considera a participação da mulher em tarefas e operações relevantes do setor produtivo e desta forma elas não são convidadas para os eventos de difusão de tecnologias (palestras, cursos, treinamentos, etc.). É fácil identificar-se que prevalece um entendimento generalizado de que as mulheres dividem o seu tempo entre tarefas reprodutivas, de sua inteira responsabilidade, e alguma tarefa produtiva em ajuda aos trabalhos desenvolvidos pelo homem para as quais não teriam a necessidade de qualquer qualificação. Essas obrigações básicas da mulher para com a família seriam impostergáveis e, por isso, elas não disporiam de tempo livre e, dificilmente, poderiam ausentar-se de casa para participar de eventos sobre tecnologias. Assim, percebe-se que a mulher aceita o fato de que o marido e/ou filhos participem desses eventos e posteriormente lhe repassem essas informações. É portanto uma informação de segunda mão e nem sempre corretamente transferida.

Junto aos setores técnicos responsáveis pela geração de tecnologias agro-silvo-pastoris, falar-se de adequação da oferta tecnológica à mulher produtora parece ser um tema "tabu", nunca antes discutido.

Nos setores responsáveis pela difusão de tecnologia, que é uma ação complementar a geração, identifica-se como característica básica o fato de que as informações tecnológicas são transmitidas por homens e para os homens, portanto estabelecendo-se, dessa forma, uma limitação a participação da mulher. Poucas são as ações massais de transferência de tecnologia que, pelo fato de atingirem indistintamente o público rural, podem estar chegando até a mulher.

Esse entendimento sobre os setores da geração e da difusão de tecnologias, permite considerar que a mulher vem sendo efetivamente discriminada e, como consequência, não tem a mínima participação na formulação dos planos, programas e/ou projetos de pesquisa agropecuária, e assim não faz conhecida a sua participação no setor, e muito menos as suas dificuldades e limitações, em relação ao conhecimento ou habilidades, exigidos para o exercício das tarefas e operações eivadas de inovações tecnológicas estabelecidas pelos mesmos.

Em relação aos custos das "novas" tecnologias ofertadas, não se pode estabelecer como uma limitação do uso das mesmas por parte da mulher, mas provavelmente por parte de qualquer integrante das pequenas unidades produtivas. É notório que a mulher dificilmente tem acesso ou controle do dinheiro, entretanto identificou-se que a decisão de aquisição de alguma nova máquina ou equipamento, que eventualmente possam facilitar a vida de todos no estabelecimento, em 47% das unidades pesquisadas são tomadas em conjunto pelo homem e pela mulher.

Infelizmente a pesquisa realizada não permitiu caracterizar as dificuldades específicas das mulheres em relação as tecnologias adotadas nas pequenas unidades produtivas. É visível a participação da mulher em atividades tidas como menos qualificadas, que demandam pouco ou nenhum conhecimento tecnológico, enquanto que as atividades que exigem algum conhecimento mínimo são realizadas pelos homens.

VII. O MERCADO NACIONAL DE PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DAS PEQUENAS UNIDADES PRODUTIVAS

Neste capítulo, comenta-se a situação geral da produção e do abastecimento de produtos alimentares básicos no país, e analisa-se a situação da demanda, preços, oferta, canais de comercialização e os atores sociais, para os três principais produtos eleitos para este estudo, a saber: milho, feijão e mandioca.

A. Situação Geral da Produção e do Abastecimento de Produtos Alimentares Básicos no País

De 1990 para cá, o país tem vivido um momento crítico em termos de abastecimento de produtos alimentares básicos de consumo interno. Isto é devido, entre outros fatores, às limitações orçamentárias do Tesouro Nacional que não permite financiar a contento o setor, e a baixa remuneração das atividades agrícolas, que juntas geram um processo recessivo impossibilitando investimentos necessários em tecnologias e modernização. A situação dos investimentos no setor agrícola é crítica, e um exemplo disto é a redução no número médio anual de tratores vendidos, segundo dados da ANFAVEA, nesta década a venda média anual é de 15.000 tratores, na década de 80 esta média atingia 40.000 tratores. O Quadro 19 mostra a situação da produção e vendas de máquinas agrícolas.

Apesar de ter colhido, nos dois últimos anos, as melhores safras de grãos (alimentos), os dados estatísticos oficiais relativos à oferta e demanda interna de alimentos básicos como o milho, trigo e arroz demonstram a preocupante e frágil situação em que se encontra a garantia de suprimento interno desses produtos.

Os baixos estoques em poder do governo tem levado a um aumento expressivo das importações. Em 1993 estimava-se que as importações atingiriam mais de 7 milhões de toneladas de grãos (milho 1,5 milhão, trigo 5 milhões e arroz 700 mil).

Estimativas do MAARA para a última safra, baseadas nas intenções de plantio, indicaram existir forte tendência de substituir áreas de produção de alimentos básicos pela soja, cuja área estimava expandir-se 6,4%. Por razões econômicas os produtores estão voltando-se cada vez mais para culturas de exportação.

Além disso, existe a possibilidade de ocorrerem problemas climáticos adversos e, eventualmente, aumento do consumo por um possível aquecimento da economia, o que agravaria a previsão do abastecimento.

Portanto, as previsões estatísticas permitem inferir que, em 1994, o país poderá enfrentar dificuldades para atender o abastecimento interno com a produção nacional e independente da probabilidade de alguma frustração da safra em curso, deverá aumentar a escala das importações, para suprir suas necessidades.

Assim, é de se esperar que 1994 poderá ser mais um ano a não favorecer economicamente o setor produtivo. Para isto, basta que seja mantida a atual desatenção em relação a renda do setor agropecuário e, especialmente da pequena produção, mantendo-se o mercado interno desprotegido contra a importação de alimentos a preços subsidiados e o desrespeito à política de preços mínimos.

B. Demanda, Preços e Oferta

1. Milho

A produção nacional de milho na safra 92/93, estimada em 28,8 milhões de toneladas, permaneceu abaixo das necessidades do consumo interno, repetindo a situação verificada em anos anteriores. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o mercado brasileiro só não apresentou no último ano problemas de abastecimento devido ao estoque remanescente de produto, estimado em 3,4 milhões de toneladas, e também pela importação de 1 milhão de toneladas.

A comercialização da última safra, que finalizou no mês de janeiro de 94, apresentou um saldo considerado ótimo, do ponto de vista dos produtores e cooperativas. O mercado atingiu uma média de US\$ 8,17 em novembro, sendo a mais alta desde 1989. Os preços somente não foram mais elevados em função da produção das "safrinhas", o que melhorou a oferta na entrada da entressafra.

Para analisar a evolução da oferta e demanda de milho no Brasil apresenta-se o Quadro 20.

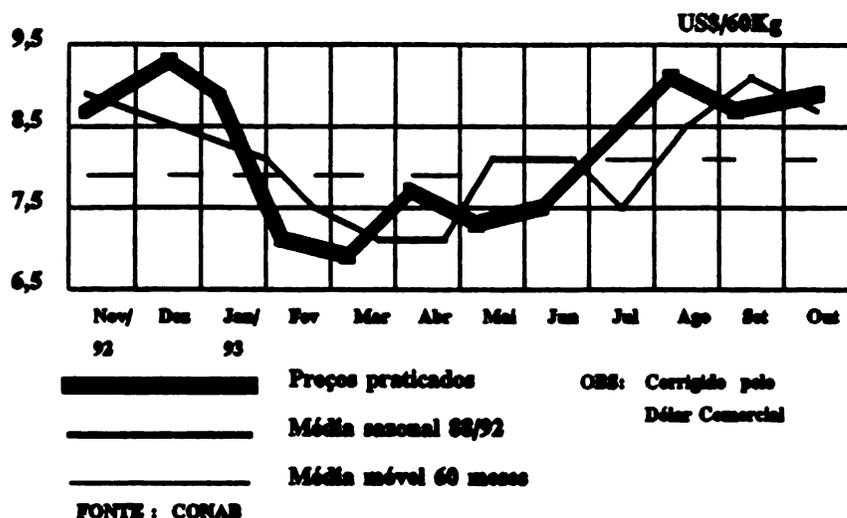
Para a safra de 93/94, segundo a CONAB, estima-se uma produção próxima a obtida na safra anterior, com a possibilidade de algum aumento da produção da safrinha (segunda safra) e da Região Nordeste. O acréscimo da produção nordestina poderá ser importante para a redução das importações uma vez que a região costumeiramente vem se abastecendo mais com produtos importados da Argentina.

Quanto a situação do abastecimento para o período de março de 1994 a fevereiro de 1995, a CONAB prevê algum possível aperto, pois o estoque da safra 92/93 é pequeno (entre 1,5 e 2,0 milhões de toneladas) e a produção deverá se manter por volta de 29,5 milhões de toneladas. Isto leva a supor que para garantir o abastecimento, estimado em 32,8 milhões de toneladas, e possibilitar um "estoque de passagem" de 30 dias de consumo, o país deverá importar um volume aproximado de 2 milhões de toneladas.

Diante deste quadro é possível prever uma elevação de preços no período, acompanhando a inflação, ou um pouco acima, dependendo da agilidade do governo na desova dos estoques, situando-se em patamares superiores aos praticados em 1993. Deve-se considerar, ainda, que no mercado internacional os preços também deverão permanecer em níveis mais elevados em função da quebra da safra norte-americana.

Embora a grande dificuldade de se analisar a variação estacional dos preços do milho no mercado nacional, face as diferenças regionais e micro-regionais, apresenta-se no quadro abaixo a situação dos preços verificada no período de novembro de 92 a outubro de 93, no mercado atacadista. Evidencia-se nesse período a tradicional queda dos preços na entrada da safra, em fevereiro e março, e altos picos no período da entressafra que vai de agosto a dezembro.

Gráfico 3. Milho - preços no mercado atacadista.



2. Feijão

A produção brasileira global de feijão, aproxima-se de 3 milhões de toneladas e distribui-se ao longo do ano agrícola, em três safras principais. A safra das águas de feijão é normalmente colhida a partir de novembro na região centro sul e estende-se até março na região nordeste (Irecê-Bahia). Nesse período, colhe-se 80% da produção nacional de feijão-preto, especialmente no sul, que foi semelhante a safra anterior e situou-se em torno de 370 mil toneladas. Nessa safra a produção de feijão-de-cores estimada em 820 mil toneladas, é suficiente para abastecer o mercado até a entrada da segunda safra (safra da seca), que tem início em abril. Segundo informações da CONAB, espera-se alguma quebra da safra da Bahia, pela estiagem ocorrida no período. Naquela região, que em situação de normalidade climática colhe 15% da produção de feijão-de-cor da primeira safra, a previsão de produção aproxima-se de zero. Além disso, a safra de feijão-macaçar, consumida na região norte e nordeste, sofreu também pelo mesmo motivo drástica redução.

A terceira safra, constituída na sua maior parte de plantios irrigados, vem crescendo a cada ano e sua participação na produção brasileira já atinge 10% da produção global. Essa safra tem seus principais pólos de produção nos Estados da BA, MG, SP e GO.

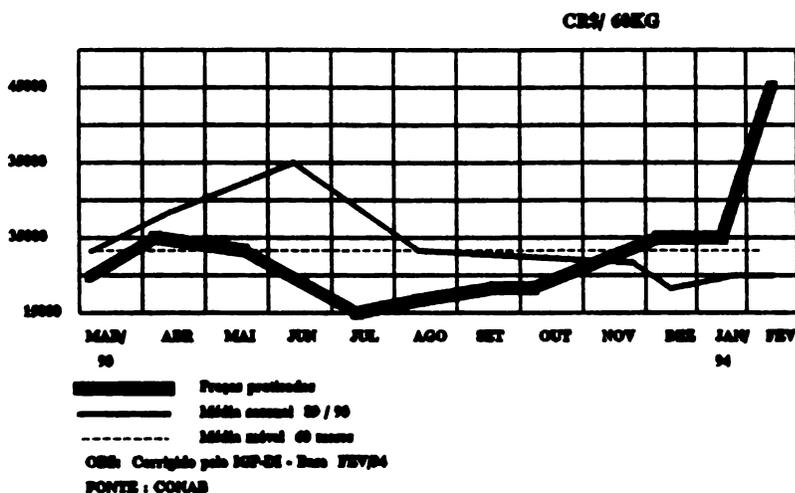
No início deste ano verificou-se uma explosão dos preços em função da redução da safra do feijão-de-cor e o pequeno "estoque de passagem" (118 mil toneladas). Isto pode ser observado no gráfico a seguir que apresenta os preços reais no atacado de SP para o feijão de cores.

Analisando-se os preços das três últimas safras percebe-se que eles vêm se situando em patamares mais elevados. No caso de 1993 a redução da safra (2.404,7 mil toneladas contra 2.902,4 mil toneladas de 1992) e o reduzido "carry over" foram os fatores determinantes desse novo patamar de preços.

Todavia, comparando-se os preços praticados na última safra com as médias sazonal móvel dos últimos 60 meses percebe-se que:

- a) Os preços praticados no ano de 93 ficaram abaixo da média móvel;
- b) As significativas elevações de preços no início de 94, onde um quilo de feijão, no atacado, era equivalente a um quilo de dianteiro de boi, foi devida a baixa disponibilidade motivada pela pequena safra colhida em Irecê na Bahia, que demonstra a importância da mesma para o pleno abastecimento do mercado.

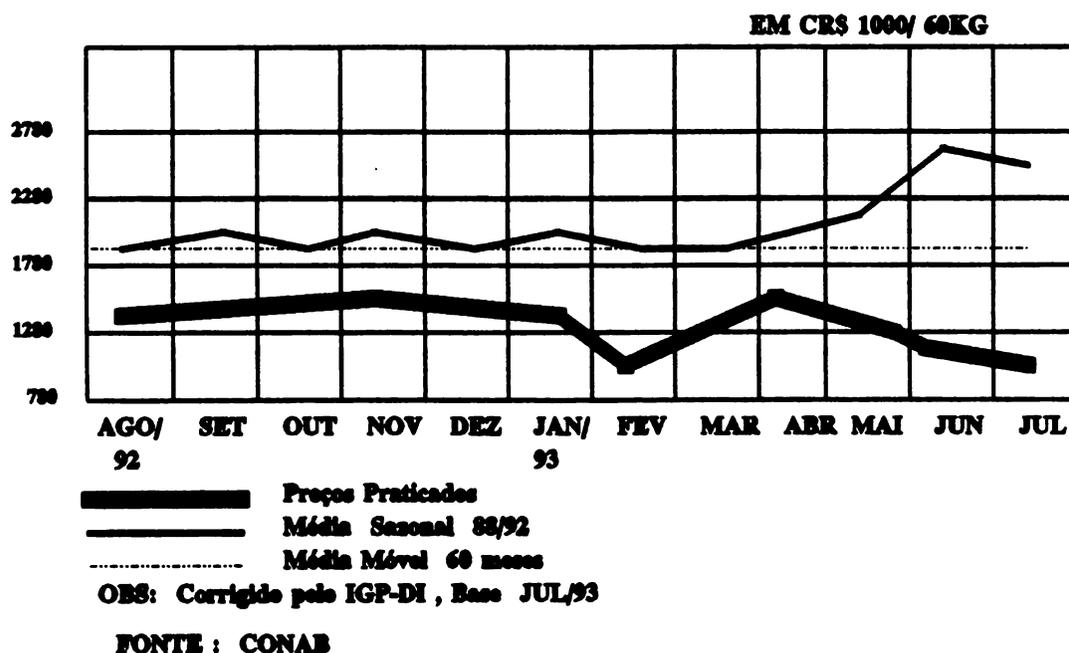
Gráfico 4. Feijão cores - preços reais no atacado em São Paulo.



No caso do produto feijão há que se ressaltar que toda a produção é comercializada no seu estado natural sem sofrer nenhum tipo de transformação ou processamento.

Assim como o milho, é muito difícil estimar qual a quantidade de feijão que é produzida nas pequenas unidades de produção. De um modo geral a literatura indica que esta é uma exploração típica da pequena produção. Entretanto, a única consideração que pode ser feita com segurança é referente a terceira safra, na qual 80% dos cultivos são irrigados e desenvolvidos em lavouras solteiras, sob pivô central, em áreas sempre bem superiores àquelas das pequenas unidades produtivas. Pode-se estimar que essas áreas de feijão irrigado, não consideradas da pequena produção, atingem 8% da produção nacional. Algumas outras lavouras com áreas maiores são observadas em várias regiões, todavia, não se tem informações precisas de quanto elas representam na produção total.

Gráfico 5. Feijão preto - preços reais recebidos pelos produtores em Paraná e Santa Catarina.



3. Mandioca

A cultura da mandioca é uma das mais importantes fontes de alimentação de milhões de brasileiros, principalmente os que habitam as regiões Norte e Nordeste. Além do que, trata-se de uma cultura que possui contornos bem definidos e diferenciados de escala de produção agrícola e industrial, notadamente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

A produção brasileira de raiz de mandioca, estimada para 1993 pelo FIBGE, foi de 23.149,9 mil toneladas. Desse volume a participação regional está assim distribuída :

- . Nordeste 42,1% (9.738,6 mil t)
- . Centro-Sul 37,8% (8.757,7 mil t)
- . Norte 20,0% (4.653,6 mil t)

Convém salientar que essa produção estimada pode ter apresentado alguma redução em função da produção nordestina ter sido 15% menor do que o previsto.

Observando-se o Quadro 21, que apresenta a produção brasileira nos últimos 30 anos, percebe-se que a mesma tem mantido uma regularidade histórica a despeito de inovações tecnológicas e o aumento populacional. Em relação as reduções ocorridas nos anos de 83, 84, 88 e 92, que apresentaram-se como as menores dos últimos 30 anos, cabe mencionar como fatores preponderantes :

- * períodos de seca no nordeste;
- * planos econômicos que promoveram congelamentos e tabelamentos de preços de farinhas;
- * retorno de subsídios ao trigo;
- * dificuldade de obtenção de crédito pelos custos elevados.

Em relação aos preços praticados, é conveniente mencionar que as freqüentes interenções governamentais no mercado, verificadas na última década, mostraram-se inadequadas à prática do livre mercado e foram desastrosas ao setor mandioqueiro. Conforme registrado nos gráficos abaixo, em 1990 e 91, face as intervenções de governo, foram praticados os mais baixos preços.

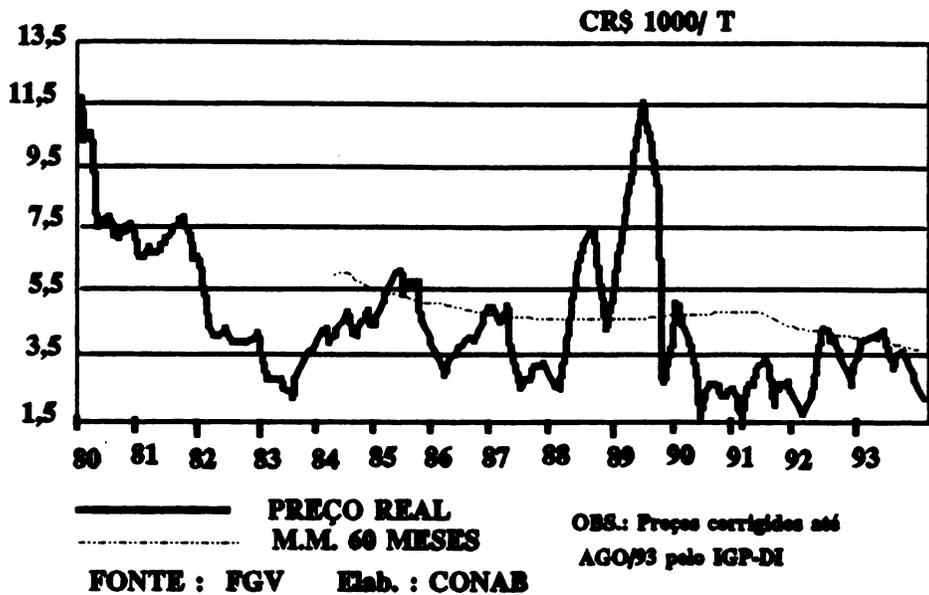
Acrescente-se que, esses baixos preços, os elevados estoques de farinha de mandioca em 90 e 91 e a redução de 10% no valor dos preços mínimos, resultou em desestímulo e conseqüente redução da produção de 1992.

C. Os Canais Mais Usuais de Comercialização

Ao analisar o sistema de comercialização dos produtos agropecuários básicos (milho, feijão, arroz, mandioca e leite), procurou-se identificar os principais canais por tipo de alimento e os mercados onde usualmente os pequenos produtores estudados trocam esses produtos⁴.

⁴ Em que pese o esforço no levantamento de dados referentes aos preços recebidos pelos produtores na comercialização de cada produto e, a disponibilidade dos mesmos no banco de dados da pesquisa, não foi possível realizar nenhuma comparação de rendimentos auferidos na venda de cada produto por canal de comercialização adotado, face a problemas ocorridos durante o tratamento dos dados, tornando essas informações indisponíveis até o momento.

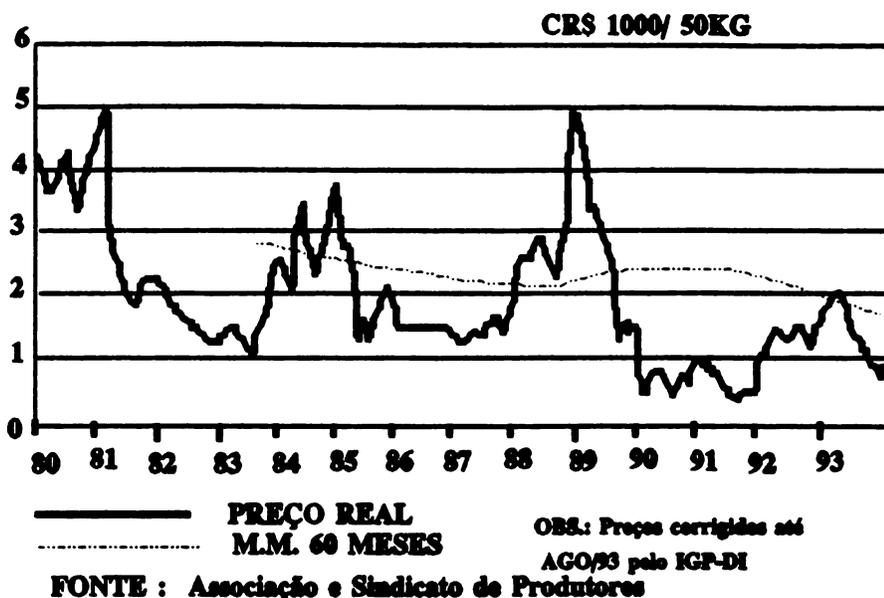
Gráfico 6. Raiz de Mandioca - preços reais a nível de produtor - Paraná.



A Figura 2 (p. 83), contempla esquematicamente o fluxo usual de bens e serviços que, como se pode observar, tem início nos distantes e dispersos locais de produção e término nos também dispersos pontos de consumo. Esta representação permite identificar a tradicional reunião dos produtos nos mercados do interior, sua concentração nos mercados centrais ou terminais, em atacadistas, indústrias ou até em bolsas e, a sua dispersão nos mercados secundários e varejistas até chegar ao consumidor.

É importante lembrar que, o setor agropecuário apresenta dois fluxos de mercadorias : um de alimentos produzidos nos estabelecimentos rurais e destinados para os consumidores, e outro, em direção oposta, de produtos industriais (fertilizantes, defensivos, máquinas/equipamentos, sementes, etc.) para uso dos produtores no desenvolvimento da sua função produtiva.

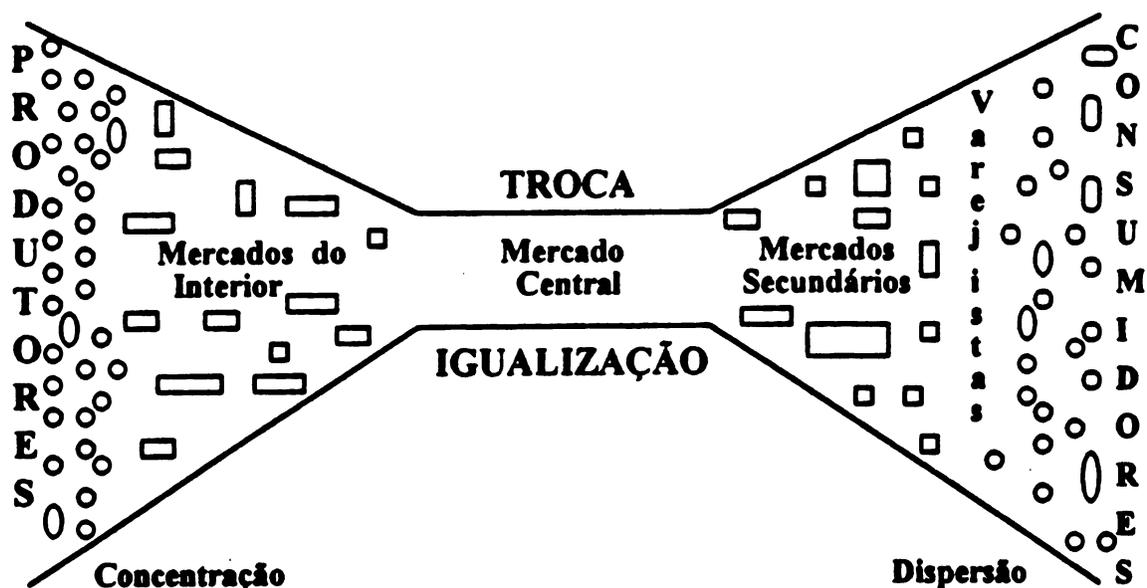
Gráfico 7. Farinha de mandioca - preços reais no mercado atacadista em São Paulo.



Neste estudo, limita-se a análise do processo de comercialização ao seu início, quando produtor transfere a outrem a propriedade dos produtos resultantes da atividade agropecuária. No caso da pequena produção tal transferência de propriedade pode ocorrer através da troca de produtos por outros, mais freqüente a nível de vizinhança do que no comércio, embora o mais comum seja por dinheiro.

Ressalte-se que, em geral, uma característica que sobressai em qualquer análise é o baixo poder de barganha dessa classe produtora na comercialização dos seus produtos. Esse baixo poder de negociação é motivado pela dispersão dos produtores, baixo grau de associativismo que lhes retira a capacidade de negociar com certa "escala", desinformação sobre mercados e preços, a perecibilidade de alguns produtos, a sazonalidade de outros e, a necessidade de dinheiro na propriedade em determinados momentos.

Figura 2. O fluxo dos bens e serviços ao sistema de comercialização.



FONTE : STEEL (1.971)

É notória a observação de que praticamente a totalidade da produção das pequenas unidades produtivas se destina ao mercado interno.

Os distintos locais que os pequenos produtores adotam para a comercialização dos seus produtos podem ser classificados em : no próprio estabelecimento; em bancas na margem de rodovias; nos mercados atacadistas e varejistas do interior (geralmente situados nas sedes dos municípios); nas cooperativas/associações; agroindústrias; centrais de abastecimento (especialmente no caso de hortigranjeiros), etc.

Entre as principais funções desempenhadas no processo de comercialização, que agregam custos aos produtos, destacam-se as seguintes :

- * **Beneficiamento:** esta operação trata do preparo do produto para a comercialização, é feita geralmente na unidade produtiva pelo próprio produtor, exceto no caso de produtos semi-industrializados, ou ainda, no caso do arroz que é realizado nas chamadas beneficiadoras instaladas em cooperativas e/ou firmas particulares. Envolve algumas atividades como a limpeza, classificação quando for o caso e embalagem do produto.

- * **Coleta/transporte:** envolve o recolhimento dos produtos nas unidades produtivas para constituir lotes homogêneos e assegurar a escala mínima econômica, que possibilite obter um valor que permita cobrir o elevado custo do transporte agregado ao produto. Geralmente, esta função é executada por caminhoneiros autônomos (atravessadores) ou agentes vinculados aos atacadistas. Raramente o pequeno produtor dispõe de condições próprias para realizar o transporte dos produtos.
- * **Armazenagem:** se trata da função de armazenar o produto em depósito por certo tempo em condições adequadas para possibilitar a espera do momento próprio para o consumo ou comercialização por preços mais compensadores em função de ajustes ou desajustes da oferta e da procura. Muitas vezes esta função é de custos elevados como no caso da armazenagem frigorífica de produtos perecíveis.

Para os principais produtos considerados neste estudo, os canais de comercialização mais usados pelos pequenos produtores, nas regiões estudadas do sul do país, são os seguintes:

Milho - da produção total obtida nas unidades pesquisadas, em média, 67% destina-se ao consumo interno do estabelecimento e, 33% para a comercialização. Este percentual relativamente elevado de reserva para consumo interno se deve ao fato que nos estabelecimentos pesquisados foi identificado um significativo número de criações e, em consequência, a necessidade de ração para esse rebanho. Da quantidade comercializada vale ressaltar que 50,8% é vendida para atacadistas e/ou cooperativas; 12,3% comercializado junto aos vizinhos que necessitam para uso interno nos estabelecimentos e, eventualmente, para repassar a outros compradores; 15,4% é vendido para pequenos varejistas do interior; 12,3% para os consumidores costumeiramente em feiras do produtor; e 9,2% entregue a caminhoneiros (atravessadores)- (Figura 3).

Feijão - verificou-se que 17% é destinada ao autoconsumo. A quantidade restante destinada a venda normalmente "abre" seis canais. A maior percentagem destina-se aos atacadistas 31,7%; junto as cooperativas são comercializados outros 23,3%; para varejistas do interior 20,0%; na venda direta a consumidores em feiras 16,7%; enquanto que 5,0% é comercializado com os vizinhos e 3,3% entregue aos caminhoneiros-(Figura 4).

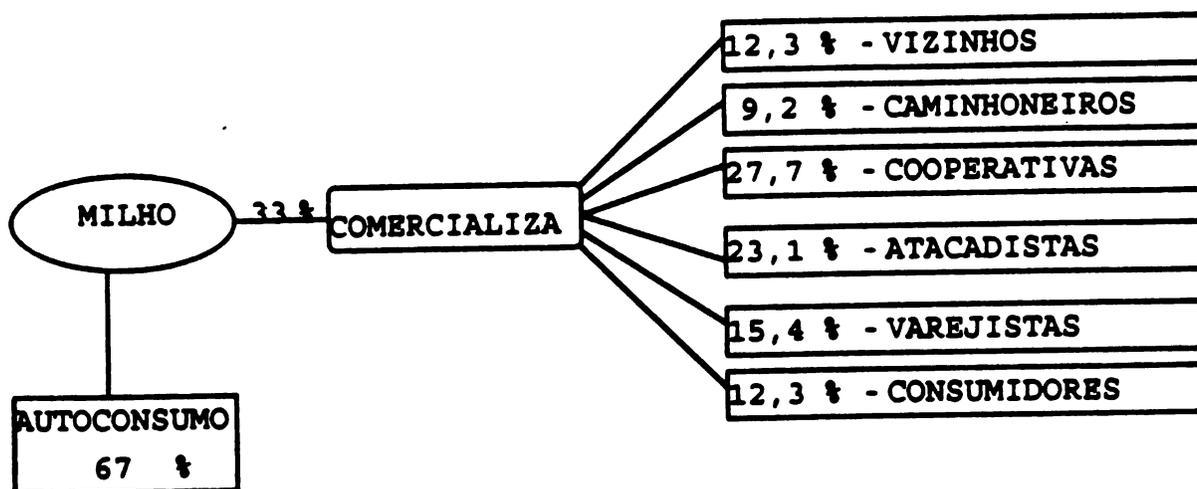
Arroz - as propriedades pesquisadas reservam 8% para o autoconsumo. A produção destinada à comercialização é distribuída utilizando-se os mesmos canais principais adotados para os demais produtos (milho e feijão). Nesses canais identifica-se que 29,4% é vendido para atacadistas; 23,5% para as cooperativas; igual quantidade (23,5%) diretamente aos varejistas do interior e em poucos casos com varejistas instalados em centros urbanos maiores (capital); 11,8% vendem diretamente para consumidores em feiras livres ou do produtor; 5,9% para caminhoneiros e 5,9% para os vizinhos- (Figura 5).

Mandioca - na produção total considerou-se o produto destinado para fins industriais e para alimentação animal (mandioca), juntamente com o produto destinado a alimentação humana (aipim). Os principais canais adotados foram: venda para os atacadistas 33,4%; diretamente

para consumidores em feiras 33,3%; junto a caminhoneiros 16,7%; para os vizinhos 8,3% e igual percentual (8,3%) para pequenos varejistas locais. Vale ressaltar que na amostra estudada não se identificou nenhuma venda para cooperativas ou agroindústrias -(Figura 6).

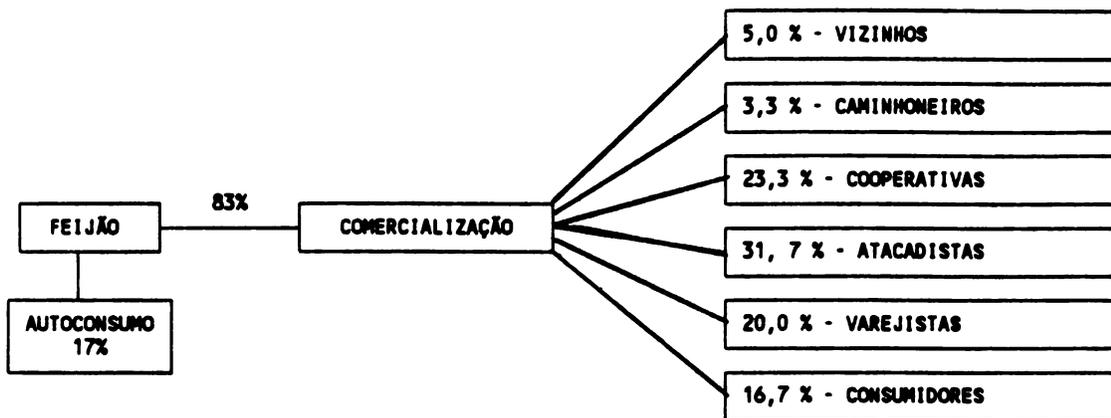
Leite - verificou-se que 18% é destinada ao autoconsumo. A quantidade (82%) destinada a venda normalmente "abre" 4 canais. A maior percentagem destina-se para as cooperativas (75.5%); 14% destina-se aos consumidores; 8.5% aos laticínios, e 2% aos vizinhos.

Figura 3. Canais de comercialização do milho em Santa Catarina e Paraná (1993).



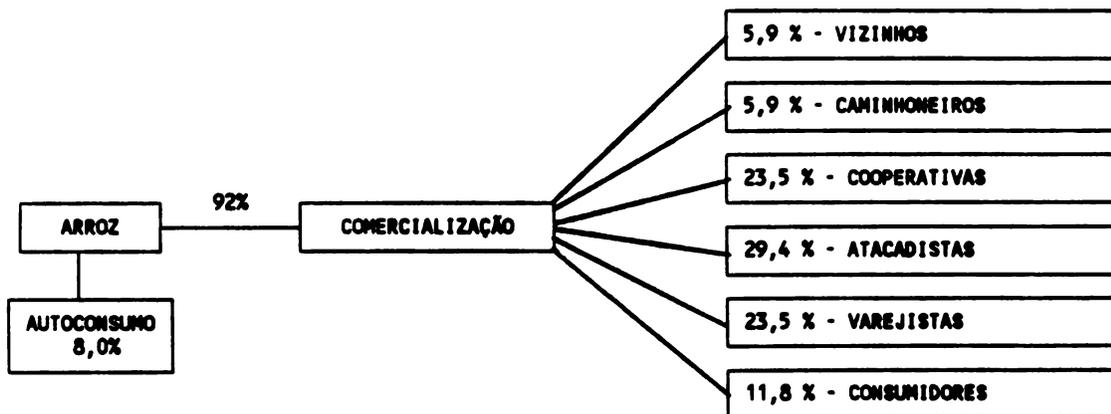
FONTE : Pesquisa Ago/1993.

Figura 4. Canais de comercialização do feijão em Santa Catarina e Paraná (1993).



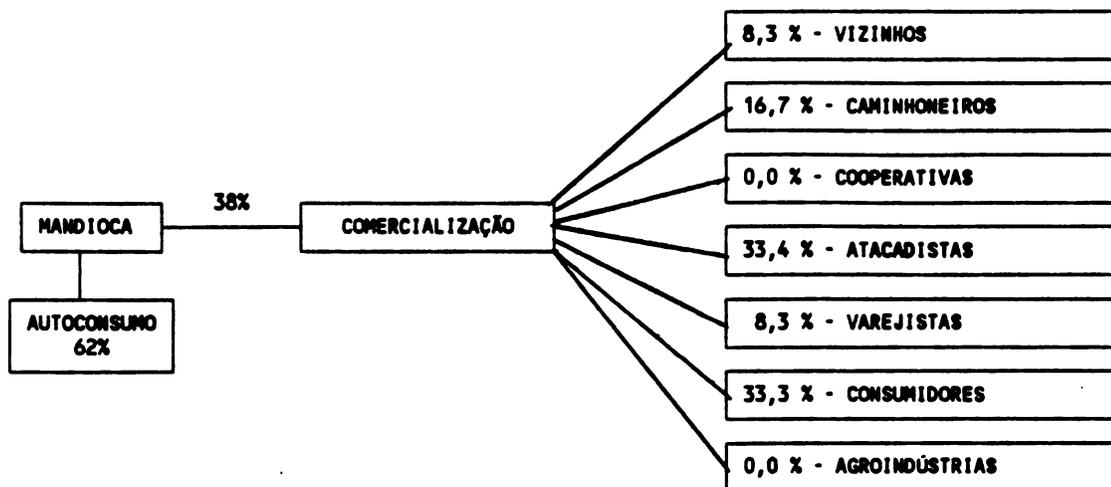
Fonte: Pesquisa Ago/1993.

Figura 5. Canais de comercialização do arroz em Santa Catarina e Paraná (1993).



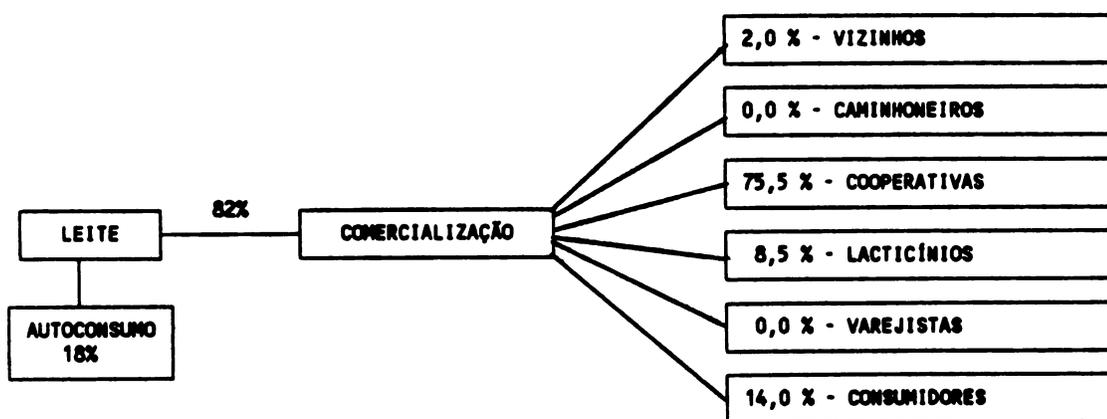
Fonte: Pesquisa Ago/1993.

Figura 6. Canais de comercialização da mandioca em Santa Catarina e Paraná (1993).



Fonte: Pesquisa Ago/1993.

Figura 7. Canais de comercialização do leite em Santa Catarina e Paraná (1993).



Fonte: Pesquisa Ago/1993.

D. Os Atores Sociais

Neste t3pico apresenta-se os principais atores que participam das atividades de comercializa33o e alguns pap3eis que desempenham nas mesmas. A base de tais informa33es s3o estudos e literatura especializada sobre comercializa33o.

O sistema de abastecimento de produtos agro-alimentares imp3e um setor de produ33o rural, com distribui33o para os centros urbanos, distribui33o dentro dos centros urbanos e um sistema de consumo. Constituem, portanto, este sistema pelo menos quatro segmentos b3sicos, a saber: o produtor, o atacadista, o varejista e o consumidor.

Por si s3o, a diferencia33o dos produtos a serem comercializados, como por exemplo hortigranjeiros ou cereais, gera uma gama de varia33es de tipos de atores e de oportunidades comerciais. Trataremos aqui de identificar os atores que participam do sistema de abastecimento de produtos alimentares b3sicos, especialmente milho, feij3o e mandioca.

1. Produtor rural

O primeiro segmento coloca o produtor rural frente ao mercado e cria, conforme as condi33es que se apresentam, in3meros tipos de produtores.

O produtor rural que vende o produto na porteira da propriedade 3 geralmente aquele que n3o disp3e de meios de transporte ou m3o de obra suficiente para deixar as lidas da lavoura e levar o produto para a cidade, ou ainda, por localizar-se muito distante da estrada principal. Essa 3 uma tarefa que se identifica importante participa33o da mulher.

O produtor que vende ao atacadista de origem. Na maioria das vezes o atacadista de origem tamb3m 3 um produtor envolvido no processo produtivo comunit3rio, que pelo fato de apresentar algumas vantagens comparativas em rela33o aos demais, complementa a carga a ser levada para o mercado comprando dos vizinhos. Mesmo quando comercializa a maior parte de produtos oriundos de terceiros n3o se pode caracterizar o atacadista de origem como um "especulador", porque, na realidade, 3le est3 prestando um servi3o 3 comunidade.

Outro tipo de produtor 3 aquele que vende diretamente ao atacadista de pequeno porte situado nas cidades do interior, ou mesmo a grandes atacadistas da regi3o, que por sua vez repassam os produtos 3s agroind3strias ou aos varejistas.

Identifica-se, tamb3m, o produtor que vende diretamente aos varejistas como aquele que tem condi33es de se deslocar aos mercados municipais ou regionais, efetuando a venda para feirantes, pequenos comerciantes, donos de restaurantes, etc.

O produtor que vende nas Centrais de Abastecimento ou mercados p3blicos, para os atacadistas ou varejistas (feirantes) ali instalados, 3 geralmente, aquele que produz produtos

hortigranjeiros em escala compatível com o custo do deslocamento. Essa venda tanto pode ser feita a vista como em consignação.

O produtor que efetua a entrega do seu produto na associação ou cooperativa é, costumeiramente, aquele que mora em região de elevado grau de espírito associativo. Nesse caso a entrega dos produtos tanto pode ser efetuada em consignação, venda a vista ou, ainda, a preços futuros.

O produtor que vende por atacado ao feirante nos locais de feiras e nas quitandas próximas.

O produtor que participa do varejo geralmente apresenta certas condições ou características como meio de transporte e mão de obra suficiente para dedicar-se, ao mesmo tempo, ao processo produtivo e a comercialização. Este, sem dúvida é o caminho mais curto entre o produtor e o consumidor. Geralmente este produtor acaba comprando outros produtos de terceiros para diversificar a sua banca de vendas. Neste caso a limitação que se deparam estes produtores não está somente na pouca diversidade de sua banca, mas também na pequena escala de venda e, na necessidade de manutenção de um fluxo constante de produção durante o ano. Este talvez seja o principal fator restritivo para este segmento, porque na maioria das vezes detêm uma produção de característica estacional. Nesse segmento constata-se a maior participação da mulher.

2. O atacadista

Conforme já comentados acima, existe o atacadista de origem que vende a maior parte de produtos produzidos na sua propriedade e complementa com pequenas parcelas compradas dos vizinhos.

Outro tipo de atacadista de origem é aquele que comercializa uma pequena produção própria e revende produtos comprados no interior.

O atacadista "atravessador" é aquele que não dispõe de nenhuma produção própria e, executando uma verdadeira especulação de mercado, revende produtos adquiridos no interior, geralmente com elevadas margens de comercialização. Este detêm informações privilegiadas de mercado, além de fácil penetração nos mesmos, que diferem sensivelmente daquelas existentes nas áreas de produção, e com isto aproveita-se da situação explorando os verdadeiros produtores e agregando maiores preços aos produtos pagos pelos consumidores urbanos.

O atacadista de pequeno porte que está instalado no interior é aquele que tem alguma condição de apanhar o produto na lavoura ou, ainda, receber no seu armazém, agregar algum serviço de beneficiamento e armazenagem e repassar para grandes atacadistas de centros urbanos maiores e para varejistas de maior porte.

3. O varejista

O varejista é o ator responsável pela distribuição dos produtos nos centros urbanos diretamente aos consumidores. O varejista pode ser um feirante, dono de comércio, dono de restaurante, dono de pequenos ou grandes supermercados e vendedores volantes. A mulher rural tem importante participação como varejista quando atua nas feiras livres ou feiras do produtor rural.

4. O consumidor

Este é o elo final de qualquer sistema de abastecimento. Se caracteriza pela grande dispersão dos pontos de consumo, o que conduz à reunião dos bens e serviços, nos centros de concentração, para posterior transferência aos centros de distribuição, a partir dos quais são os mesmos levados aos consumidores finais nas condições de tempo, lugar, forma e quantidade por eles desejadas.

VIII. A TRANSFORMAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PELAS PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E PELAS MULHERES

Aborda-se neste capítulo a expansão da agroindústria no país, a transformação de produtos nas unidades produtivas pesquisadas (indústria rural caseira), a comercialização e, a participação das mulheres nessas tarefas. Além disso, busca-se comparar essa transformação caseira de produtos com as etapas e passos por esses percorridos em sua trajetória do produtor ao consumidor final.

A. A Agroindústria no Brasil

O processo da industrialização brasileira coincidiu com o desenvolvimento do setor urbano industrial, ocasionando uma maciça transferência de recursos do setor primário para o secundário. Somente a partir da década de 70 é que o capitalismo penetra definitivamente no campo e gera o desenvolvimento da agroindústria.

É desnecessário salientar que a indústria trouxe enormes benefícios ao país, em geral, e à agricultura, em particular. E não se pode negar a importância da agroindústria numa agricultura que vem se modernizando ao longo dos últimos anos.

Com a introdução do capitalismo no campo o papel da agricultura é a produção de excedentes destinados ao abastecimento dos grandes centros populacionais e ao mercado externo para gerar divisas. Entretanto, às pequenas unidades produtivas, em especial, restou a produção de alimentos básicos e, em consequência, estas mantiveram-se orientadas para a satisfação da demanda interna.

Modificações profundas ocorreram a partir da década de 70 quando algumas agroindústrias sofreram ampliações e os produtores acabaram perdendo o controle acionário para o capital urbano e multinacional.

É importante reconhecer que nos dias atuais a agroindústria brasileira é bastante avançada. Pode-se dizer que para uma gama de produtos o parque agroindustrial instalado tem a capacidade de processar toda a produção brasileira. Cita-se como exemplo alguns produtos que demonstram a pujança da agroindústria nacional : óleos (soja, milho, girassol, arroz,); carnes (bovinos, suínos, aves); café; farinhas (milho, trigo, mandioca); olerícolas (tomate, alho, etc); frutas (citrus em geral, maracujá, caju, e outras).

O Censo Agropecuário de 1985 (FIBGE) mostrou a enorme importância da microagroindústria rural para o país (Quadro 22). Existem aproximadamente 5 milhões de empresas familiares artesanais e destas 85,8% de produtos alimentares, que têm uma função fundamental na estrutura sócioeconômica, destacando-se entre as principais:

- a geração de milhões de empregos, inclusive durante a entre-safra, que contribui para diminuir o êxodo rural;

- o fornecimento de alimentos básicos a população de baixa renda, esteja ela na zona urbana ou rural;
- a agregação de valor ao produto primário;
- contribuição significativa na redução de perdas de produtos alimentares;

Contudo, apesar desse avanço, há que se reconhecer que a agroindústria brasileira é muito concentrada e favorecida por regulamentos governamentais diversos como os de ordem sanitária, por exemplo, que exigem elevados investimentos que as pequenas indústrias não tem condições de realizar e são eliminadas do processo ou, forçados a atuar na clandestinidade. Assim aconteceu com a pequena indústria de farinhas (moinhos coloniais), indústrias caseiras de queijos, doces, conservas e pequenos abatedores rurais.

Apesar da importância que objetivamente tem a microindústria rural, pode-se afirmar que é um setor relativamente abandonado. Efetivamente a pesquisa, a extensão e o ensino rural se concentram mais sobre os problemas relacionados com a produção primária e pouca atenção têm para com os problemas relacionados com a transformação dos produtos agropecuários. Entre os principais pontos que mostram o abandono em que se encontra o setor das microagroindústrias rurais podem ser citados :

Tecnologia - a geração de tecnologias agroindustriais, com raras exceções, volta-se apenas às unidades de médio e grande porte, produzindo máquinas e equipamentos de alta capacidade diária de produção, grau de sofisticação, etc., inviabilizando o desenvolvimento tecnológico e também os custos de produção das pequenas empresas artesanais;

Assistência técnica - são raros ou quase inexistentes os técnicos capacitados em assistir as microindústrias rurais, permanecendo os problemas das mesmas sem solução;

Ensino - os currículos das profissões ligadas as ciências agrárias, na maioria das escolas, deixaram de contemplar a agroindústria rural, muitas vezes por julgarem que com o advento da engenharia de alimentos, em meados da década de 60, supriria ela esta lacuna. Este talvez seja o principal motivo da falta de técnicos para assistir adequadamente as microindústrias rurais;

Legislação - na maior parte das vezes a legislação sanitária vigente é madrastra para as microindústrias rurais, tantas são as exigências que as impedem de funcionar ou ficar na clandestinidade;

Crédito - a disponibilidade de crédito às pequenas unidades industriais rurais, quando existe, é ofertado em condições inadequadas à situação sócioeconômica, gerando com isso sérios problemas aos tomadores, criando condições para o microempresário, em

sã consciência, comprar mal e vender pèssimamente. Com isso cria-se um ciclo vicioso que perpetua o quadro aqui descrito, mantendo a descapitalização desse setor;

Gerência - essas pequenas empresas são em geral mal gerenciadas, pois falta qualificação educacional adequada aos seus administradores e, mesmo consciência das reais necessidades e origens de seus problemas. Isto leva a um aumento de custos, riscos e diminuição do grau de competitividade.

Produção - o produto das micro e pequenas agroindústrias, em geral, não apresentam boa qualidade e sua presença no mercado é irregular devido basicamente ao processamento dos excedentes da matéria prima que tem no mercado "in natura" o seu principal direcionamento. Devido a pequena escala de produção há dificuldade em se conseguir embalagem e regularidade no transporte, que também é caro, disso resultando irregularidade no atendimento da demanda. A disponibilidade de armazéns, em particular câmaras frias, agrava ainda mais a situação das micros e pequenas agroindústrias.

Um modelo agroindustrial que tem expandido no país, é o que propõe a "integração vertical", na qual os produtores são meros empregados da indústria que os integrou, mas sem os direitos ou garantias trabalhista. Neste modelo, como pode-se observar na indústria de suínos e aves, os produtores recebem os animais, os insumos e a garantia de mercado. A estes os produtores agregam a sua mão-de-obra e, posteriormente, entregam o produto final as indústrias. Do preço final, que somente é estabelecido quando é vendido para o consumo, os produtores integrados recebem apenas um resíduo depois de descontados os custos e uma margem de lucro estabelecida pela indústria.

É evidente que todo o processo de transformação agrega valor ao produto e, se estas operações são realizadas na unidade produtiva, os produtores podem se beneficiar com algum aumento de preço.

Há uma gama enorme de produtos que chegam aos consumidores sem passar por qualquer processo agroindustrial. Outros, que são o objeto principal desta análise, sofrem alguma transformação nas unidades produtivas rurais.

B. Transformação: Relações entre Tipos de Produtos e Especialização por Gênero

Sem dúvida, é o sistema de produção (cultivos ou criações) desenvolvido nas pequenas unidades de produção, que determina a realização de tarefas relacionadas a transformação dos produtos na chamada pequena indústria rural ou indústria rural caseira.

Os dados da pesquisa realizada assinalam que 49% das mulheres entrevistadas dedicam parte do seu tempo a transformação primária da produção. Esse percentual representa 44,6% do total de pessoas que na unidade produtiva trabalham na transformação de produtos com o

objetivo de consumo interno e/ou comercialização. Há que se acrescentar o envolvimento de 12,0% das mulheres entrevistadas nas operações da colheita e 12,5% nas atividades de preparo dos produtos na pós-colheita, independente se estes sofrerão ou não algum processo de transformação.

Essas atividades da pós-colheita realizadas nas unidades de produção, mesmo que, na maioria das vezes, não implica em transformação, mas apenas limpeza, classificação, embalagem, etc., merecem atenção especial pois, também, agregam algum valor aos produtos e tem uma significativa participação das mulheres.

Fica desta forma comprovada a participação e a contribuição da mulher nessa importante tarefa desenvolvida nas pequenas unidades de produção.

É possível entender-se que esta significativa participação da mulher possa ser explicada pela interrelação que existe entre as tarefas domésticas e o caráter também reprodutivo da transformação, preservação e conservação dos produtos para o abastecimento do próprio lar, a qual vincula essas tarefas como sendo das mulheres.

Dos produtos que foram identificados com algum grau de processamento nos estabelecimentos pesquisados, sobressaiu o leite. Inúmeras tarefas de transformação foram identificadas mas o principal subproduto, na grande maioria das propriedades, foi o queijo. Outros subprodutos identificados foram o creme de leite, o doce de leite e o requeijão. O leite é usado, ainda, associado a outros produtos para a fabricação de bolos, biscoitos, pães, etc. É importante considerar-se que essas atividades são desempenhadas praticamente só pelas mulheres.

Quanto ao processamento do milho constatou-se principalmente o uso deste produto no preparo de ração animal para utilização no próprio estabelecimento. Sobressaem atividades masculinas. Contudo, outros usos relacionados ao fabrico de alimentos (pães, biscoitos, bolos, etc.) com a farinha (fubá), são atribuições da mulher, embora a moagem geralmente é realizada fora das propriedades rurais.

O feijão é um produto que não sofre qualquer transformação a nível de propriedade. Após a colheita o feijão é debulhado, limpo e ensacado. Estas operações, entretanto, não costumam gerar diferencial de preços no mercado uma vez que pela tradição da comercialização deste produto só se pratica essa forma.

O beneficiamento do arroz que envolve o descascamento, limpeza, polimento e embalagem, geralmente não ocorre a nível das pequenas propriedades. O produtor apenas colhe, ensaca com palha e vende ou paga pelo beneficiamento. Poucas são as propriedades que detém máquinas "descascadoras de arroz", somente as mais especializadas nessa cultura.

A mandioca é um produto que devido a rápida deterioração das raízes logo após a colheita, bem como ao fato de muitas cultivares apresentarem características tóxicas, os silvícolas já desenvolviam o processo rústico de transformação das raízes em farinha, a qual com estocagem adequada era preservada por longo período e se tornava alimento atóxico mesmo oriundo de raízes tóxicas.

A tecnologia para a confecção da farinha foi rapidamente disseminada entre colonizadores portugueses e escravos que, de geração em geração, a transferiram para os descendentes.

Na atualidade este é um produto considerado nobre, pois a par da vantagem comparativa frente a outras culturas quanto a ampla adaptação edafo-climática, desempenha um papel de grande importância na alimentação humana, principalmente da população de baixa renda, e na alimentação animal.

Segundo o Censo Agropecuário de 1980 (FIBGE), existem no Brasil 461.497 casas-de-farinha⁵, as quais são responsáveis pelo preparo da maior parte da farinha produzida no país, mantendo ocupado durante boa parte do ano um grande contingente, o qual sem dúvida é constituído na sua maioria por mulheres.

Na alimentação humana é aproveitada sob a forma "in natura" ou sob a forma de farinha de "mesa". Na alimentação animal através da trituração das raízes e também das folhas e hastes, conforme praticado em diversas regiões. Para as condições do semi-árido, as "raspas" de mandioca "secas ao sol" são armazenadas e posteriormente dadas aos animais em época de rareamento de alimentos.

Inúmero são os subprodutos da mandioca mas os principais são a farinha (de mesa e de raspas secas) e a fécula (polvilho doce e polvilho azedo). Estes subprodutos por sua vez tem grande demanda industrial desde a fabricação de cerveja, massas alimentícias, mineração, textil, colas, "baby foods", embutidos de carne, confeitaria, álcool, biocidas, etc.

Outras atividades que a pesquisa revelou como das mais importantes em termos de agroindustrialização, nas pequenas unidades de produção, dizem respeito a transformação da carne, especialmente a partir da carne de porco. Geralmente, esta é uma atividade artesanal, clandestina e de comercialização informal especialmente feita nas feiras do produtor. Embora a pesquisa realizada não tivesse permitido identificar a participação da mulher em todas essas atividades de forma individualizada, sabe-se que são ambos (marido e mulher) que se encarregam da preparação da grande maioria dos subprodutos da carne, no entanto, a participação da mulher é muito significativa no preparo de alguns desses subprodutos. Alguns

⁵ As casas-de-farinha, também conhecidas como bolandeiras, quitungos, casas-de-aviamento, atafonas, tafonas e engenhos, se caracterizam por : localizar-se na zona rural; usar intesivamente a mão-de-obra familiar; utilizar pouco capital; destinar-se basicamente ao autoconsumo; ser construída no local, de forma artesanal, a grande maioria das suas máquinas e equipamentos.

subprodutos da carne identificados na pesquisa foram : embutidos (salame, linguiça, copa, chouriço), toucinho, torresmo, banha e partes nobres defumadas.

Quanto ao aproveitamento e transformação de produtos hortícolas (frutas e hortaliças), se identificou que tradicionalmente esta é uma tarefa destinada quase exclusivamente as mulheres. A pesquisa permitiu identificar que as mulheres dedicam boa parte do seu tempo ao processamento de frutas com a finalidade de produzir doces em pasta, compotas (conservas) e sucos, e produção de conservas de hortaliças na salmoura ou no vinagre (pepinos, cebola, alho, etc.). Geralmente a produção de vinho é de responsabilidade do homem. Esses subprodutos são na maioria das vezes processados em pequenos volumes para uso familiar. Entretanto, quando a família tem certa facilidade de comercialização em feiras, por exemplo, a produção pode passar a ser desenvolvida de forma rotineira somente limitada ao período de safra dos produtos em questão.

Outro produto que sofre transformação a nível de propriedade rural é a cana-de-açúcar. Embora não seja produto principal a ser analisado nesse estudo, é uma atividade que ocorre com frequência na pequena unidade produtiva. A transformação da cana resulta em subprodutos tais como: aguardente, açúcar mascavo e melado. Na amostra pesquisada, entretanto, a identificação de trabalho com esse produto não foi significativa. Poucas foram as unidades que apresentaram alguma transformação, notadamente no sul.

C. Comercialização da Produção: Acesso a Diferentes Tipos de Mercados

Em continuação se apresenta uma análise da comercialização de produtos alimentícios, "in natura" ou transformados, da pequena unidade de produtiva e a participação da mulher nesse segmento. Registra-se a dificuldade de estabelecer uma análise mais aprofundada uma vez que a pesquisa realizada foi limitada ao nível de propriedade rural.

Evidenciou-se na pesquisa que grande parte da produção das pequenas unidades produtivas é posta à disposição do sistema de comercialização em lotes de produtos relativamente pequenos e dispersos no interior.

É notório que o pequeno agricultor, por natureza e provavelmente por necessidade, interessa-se principalmente por produção, e só secundariamente pela comercialização. Comumente ele é um fraco vendedor dos seus produtos e, pelo fato de não deter "escala" não detém poder de barganha e encontra-se, geralmente, numa relação de dependência do mercado.

Percebe-se que diante de estruturas comerciais altamente especializadas, representadas pelos grandes grupos oligopolísticos, os produtos da microagroindústria sofrem uma evidente desvantagem, resultando na sua vida efêmera. Problemas de embalagem, qualidade do produto em si, ou a falta de padronização e irregularidades na oferta relegam os produtos oriundos das pequenas agroindústrias a um plano essencialmente marginal no aspecto comercial.

Além disso, admite-se que em termos de valor agregado ao produto, pequena proporção em relação ao seu preço final ocorre até a porteira da propriedade. A maior parte do valor adicionado verifica-se fora da propriedade, nas diversas fases de processamento, armazenagem e transporte da produção.

Quanto a participação das mulheres na comercialização esta não se mostrou significativa para a maioria dos produtos.

1. Quanto ao destino da produção/mercados

A amostra estudada permite admitir que as pequenas unidades produtivas da região sul se caracterizam como mercantilistas, haja visto que em média 58,6% comercializam a maior parte de sua produção. Na região nordeste a pesquisa não identificou nenhuma propriedade com esta característica. Este fato explica a dificuldade de se analisar, para aquela região, a participação da mulher na comercialização. Ainda, do total das propriedades pesquisadas no sul 39,4% se enquadrava como sendo de subsistência, com venda de algum excedente. Este percentual é semelhante no nordeste que atingiu a 34,7%. Um dado que diferencia sobremaneira as regiões pesquisadas é o índice de unidades voltadas exclusivamente à subsistência. Enquanto no sul encontrou-se uma média de 2,0%, considerando-se os dois estados pesquisados, no Ceará este percentual atingiu 65,3% (Quadro 23).

Considerando-se tão somente a região sul, que permite alguma análise da participação da mulher na comercialização, a pesquisa nos facilita identificar que nenhuma das mulheres entrevistadas vende produtos em associações de produtores ou nas Centrais de Abastecimento (ceasa); 8,0% vendem em cooperativas; 23,0% comercializam em feiras do produtor (notadamente no Paraná); 21,0% vende no próprio estabelecimento; 16,0% participa com o marido da comercialização dos produtos junto ao comércio atacadista e/ou varejista nas proximidades das zonas de produção.

Um fator importante a ser considerado ao se analisar o destino da produção é, sem dúvida, a distância do estabelecimento até o mercado. A respeito, os dados da pesquisa apresentam uma distância média ao mercado de 16,73 Km. Analisando-se por Unidade da Federação temos que : em Santa Catarina a distância média verificada é de apenas 13,49 Km; no Paraná é de 31,28 Km; e no Ceará 10,92 Km. É interessante informar que a distância assinalada no Paraná contempla a informação de algumas propriedades que comercializam produtos na CEASA-Curitiba que dista mais de 300 Km.

2. Quanto aos produtos que comercializam as pequenas unidades de produção e as mulheres

É facilmente identificável no meio rural que os produtos provenientes das pequenas unidades de produção apresentam um caráter estacional e, geralmente, são alimentos "in natura".

A maioria desses produtos como o milho, feijão e o arroz, por exemplo, apresentam um menor grau de perecibilidade e, por conseguinte, permitem alguma armazenagem na propriedade alargando assim o período de comercialização e, com isso, admite-se que o pequeno produtor poderia "especular" melhores preços. Porém, isto dificilmente ocorre. Mesmo para esses produtos, o produtor necessita vender tão logo tenha colhido para obter os recursos imprescindíveis para fazer frente as eventuais dívidas assumidas ou, ainda, para a aquisição de insumos, animais ou equipamentos com preços "vantajosos" em determinado momento, face os elevados índices inflacionários.

Quanto aos produtos hortigranjeiros (frutas e hortaliças) comercializados pela pequena produção, pelo seu alto grau de perecibilidade e estacionalidade, eleva a subordinação do produtor aos compradores e a alguns mercados.

Evidencia-se na pesquisa, em geral, uma baixa participação da mulher na comercialização da produção. Entretanto, sobressaiu a existência de certa especialização da mulher em relação aos diferentes tipos de produtos comercializados.

Percebe-se que a mulher não participa, por exemplo, da comercialização de grãos e animais (bovinos, suínos, eqüinos), mas ela incumbe-se da venda de hortigranjeiros (quando em feiras), ovos, aves e praticamente todos os produtos oriundos da indústria caseira (queijos, pães, embutidos, bolos, artesanatos, conservas, doces, etc). Identifica-se, também uma significativa participação da mulher na entrega do leite, o que não se pode considerar comercialização propriamente dita, uma vez que esta é definida pelo homem junto ao laticínio. Para este produto a participação direta da mulher é mais visível quando comercializado em feiras do produtor.

Há naturalmente que se considerar que os produtos oriundos da pequena produção, em geral, face ao alto índice de homogeneidade, não apresentam diferenciação econômica. Quando o produtor leva o seu milho para o mercado, ele sabe perfeitamente que o seu produto não é fisicamente diferente do milho produzido pelo vizinho. Portanto ele não espera que o comprador forme preço baseado na preferência entre o seu milho e o do vizinho. Nestes casos, geralmente prevalece o preço definido pelo comprador pois, se um dos produtores tentar praticar preço mais elevado, provavelmente estará fora do mercado.

De uma maneira geral, produtos cujas características físicas não podem ser detectadas com certa precisão tendem a ser pouco diferenciados no mercado. Mesmo para os produtos onde as diferenças físicas são evidentes, não existerá diferenciação econômica se os compradores

fazem a mesma avaliação. É neste artifício que está o poder do comprador sobre o produtor, especialmente o pequeno produtor.

3. Quanto a informação de mercados e preços

Talvez a condição mais importante e necessária à comercialização é que compradores e vendedores tenham informação adequada de mercados e preços. Isso deve incluir conhecimento dos preços correntes do produto de interesse no mercado local e mercados alternativos próximos; informações gerais sobre a oferta e procura do produto e sobre as tendências futuras. O produtor (vendedor) que não possua suficiente informações de mercado estará frequentemente em condições de inferioridade para negociar o seu produto.

Para se tentar estabelecer o grau de informação de mercado e preço das mulheres rurais entrevistadas, definiu-se alguns questionamentos referentes ao conhecimento sobre embalagens; preço no mercado local; preços praticados em outros mercados; recebimento de informações através de boletins ou rádio; informações sobre o diferencial de preços recebidos e aqueles pagos pelos consumidores; e, melhor época de comercialização.

Ao analisar os dados causou surpresa os elevados índices verificados, especialmente na região sul, sobre as informações de mercado e preços (Quadro 24).

Quanto a embalagem, em geral, identificou-se que 49,0% das mulheres responderam desconhecer qual a embalagem que conferiria mais valor aos produtos (questionadas para os principais produtos). Analisando-se apenas a região sul encontra-se um percentual médio de 10,0% de desconhecimento. A princípio este percentual entendido como baixo causou estranheza. Entretanto como se colocou uma pergunta contestadora sobre qual o melhor tipo de embalagem, verificou-se que as mulheres não sabia identificar aquela que era preferida no mercado. O que nos permite inferir que o grau de conhecimento não é tão elevado assim.

Quanto ao conhecimento do preço praticado no mercado local 46,5% responderam conhecer, contudo não souberam informar o preço do dia. Em relação ao preço praticado em outros mercados (alternativos) apenas 23,5% manifestou conhecer. Esse percentual sobe em média para 45,0% na região sul, muito embora também não confirmaram quando questionadas sobre o preço vigente.

Em relação ao recebimento de algum boletim que contemple informações de mercado e preços, apenas 6,0% das mulheres disseram receber. Na região sul esse percentual sobe para 9,0%.

Identifica-se, ainda, um percentual de 55,0% das mulheres que responderam ouvir informações sobre mercado e preço através do rádio com alguma frequência. Porém, alguns entrevistadores observaram nos formulários que o interesse por essas informações se dá somente por ocasião da produção já colhida.

A maioria das entrevistadas no sul 63,0% contra apenas 8,0% no Ceará, informaram saber da grande diferença entre o preço recebido na propriedade e os preços pagos pelo mesmo produto por parte dos consumidores urbanos. Entretanto nenhuma soube estimar qual seria essa diferença por produto. Sabiam apenas dos preços praticados nas feiras quando comercializavam diretamente para os consumidores.

Quanto a melhor época para vender seus produtos 43,0% das mulheres informaram saber. No entanto confirmaram que embora soubessem geralmente tinham que vender a qualquer tempo assim que o produto estivesse pronto para venda em função das necessidades.

4. Quanto as funções de comercialização

As funções de comercialização são aquelas atividades ou serviços de pós-colheita, tais como: limpeza, classificação, acondicionamento (embalagem), armazenagem, transporte e outras.

A pesquisa permitiu identificar que esta é uma área que o produtor poderia agregar algum valor aos produtos obtendo esses dividendos para a propriedade. No entanto, o nível de realização de funções de comercialização é muito baixo entre os entrevistados.

No caso específico dos grãos, o mais usual é que os pequenos produtores, em geral, após a colheita os ensacam, sem classificação, muitas vezes sem pesar e vendem.

Para alguns produtos hortigranjeiros é necessário que após a colheita se realize a lavagem, usual para o produto batata, mas esta função geralmente é realizada fora das propriedades em "lavadoras" particulares. Outra função importante para esses produtos é a classificação que, também, normalmente é feita fora dos estabelecimentos rurais.

O transporte próprio é outra função de comercialização com baixo nível de adoção pelos pequenos produtores. São raras as propriedades estudadas que informaram ter algum veículo utilitário para o transporte dos produtos. Geralmente contratam esses serviços junto a vizinhos ou caminhoneiros (intermediários). Essa função somente é realizada pelos pequenos produtores quando deslocam pequenas quantidades de produtos para as feiras, que se realizam semanalmente nos centros urbanos mais próximos, com pequenos veículos ou mesmo com carroças, charretes, a cavalo, etc.

A distância do mercado não chega a ser um fator impeditivo uma vez que se identificou uma média de 16,56 Km das propriedades até os mercados mais próximos. Em Santa Catarina a média encontrada foi de 13,49 Km, no Paraná 31,28 Km e no Ceará 10,92 km. A média paranaense, como já abordamos anteriormente, é um pouco elevada em função da informação que a comercialização de algumas unidades produtivas é realizada na CEASA-Curitiba que dista aproximadamente 300 Km.

Percebe-se na análise dos dados levantados que poucas unidades produtivas realizam alguma função de comercialização considerada relevante. Onde algumas funções são realizadas identifica-se que o trabalho é sempre realizado em conjunto pelos membros da família, geralmente o homem a mulher e alguns filhos maiores.

D. Fatores que Influem na Participação da Mulher

Um dos fatores que contribui para explicar a pequena participação das mulheres na comercialização pode ser a pouca disponibilidade de tempo, uma vez que após os trabalhos dos cultivos e criações ela tem que se dedicar aos afazeres domésticos. Além disso, pelo fato dessa função ser historicamente desenvolvida pelos homens a mulher ficou alijada do processo e descohece os meandros dessa importante tarefa.

Também se deve assinalar que as mulheres não recebem assistência técnica nos aspectos produtivos dos cultivos ou criações e, muito menos, nos aspectos referentes a comercialização da produção agropecuária. Alguns projetos desenvolvidos por órgãos públicos, como as EMATER por exemplo, ou pela iniciativa privada, no sentido de proporcionar a capacitação dos usuários de mercados (produtores), são sempre dirigidas ao homem.

Além disso, deve-se observar que o ambiente do comércio é gerido, administrado e executado por atores do sexo masculino, o que contribui para fixar a imagem masculina da transação comercial, e pode levar a um entendimento errado mas corrente nas pequenas unidades de produção que, neste ambiente, a mulher seria "enganada" mais facilmente que o homem e, desta forma, essa seria uma tarefa para os homens.

Outro aspecto importante que influi no papel da mulher na unidade produtiva, em geral, e na comercialização, em especial, é o grau de responsabilidade pela tomada de decisões na pequena unidade de produção.

A esse respeito a pesquisa permitiu identificar-se, com elevada consistência entre as informações, que a maior parte das decisões sobre modificações a serem adotadas nos estabelecimentos, necessitam contar sempre com o consentimento da mulher e, em menor proporção dos filhos, ou seja, o grupo familiar.

Como se pode observar no Quadro 25, a seguir, para todas as regiões estudadas a mulher, isoladamente, detém um baixo nível de responsabilidade pela tomada de decisões sobretudo no que se refere aos cultivos e/ou criações. O percentual médio de mulheres que detém o poder de decisão nas unidades rurais registrou 7,2% em Santa Catarina, 10,8% no Paraná e 5,0 % no Ceará. Até mesmo nas decisões relativas aos afazeres domésticos as mulheres não apresentaram percentuais que demonstrassem o domínio absoluto das decisões, senão vejamos: em Santa Catarina apenas 31,2%, no Paraná 34,7% e no Ceará 18,3%. Este índice

inferior encontrado no Ceará demonstra bem o modelo patriarcal mais forte que se verifica naquela região.

Contudo, analisando-se o mesmo quadro, há que se assinalar que a posição e o poder da mulher nas decisões tomadas na unidade produtiva é muito importante, pois as principais decisões tomadas aparentemente pelos homens são, sem dúvida, compartilhadas e, talvez, impulsionadas pelas mulheres. Isto fica bem estabelecido pelos percentuais encontrados de decisões tomadas em conjunto (homem e mulher), nos estabelecimentos rurais pesquisados, sobre todos os aspectos agropecuários ou domésticos. A saber : em Santa Catarina 50,9% das decisões são tomadas em conjunto, no Paraná 52,3% e no Ceará 12,7%.

Um ponto que chama a atenção quanto a participação das mulheres na tomada de decisão é relativa a anotação das receitas e despesas da propriedade, ou seja, a realização de uma simplificada contabilidade agrícola, onde presencia-se percentuais de 19,5% em Santa Catarina, 23,5% no Paraná e 16,7% no Ceará. Não se pode atribuir essa informação a alguma diferença no nível de escolaridade entre homens e mulheres porque nas regiões pesquisadas essa eventual diferença é muito reduzida e, em consequência, não significativa . Outro aspecto a considerar é que apenas no Paraná a participação da mulher, isoladamente, nas decisões relativas a comercialização, tais como : decidir sobre produtos a vender, quantidade a ser vendida e local de venda, foi algo significativa em torno de 11,0% em média. Em Santa Catarina essa média foi de 4,3% e no Ceará 3,8%.

Para concluir, é importante considerar como outro fator que influi no papel da mulher na comercialização, o fato dela encarregar-se da venda dos produtos originários da indústria rural caseira, aos quais destina boa parte do seu tempo e, possivelmente, considera essa tarefa comercial como uma continuidade da sua responsabilidade pela produção dos mesmos.

IX. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA PEQUENA PRODUÇÃO E DA MULHER RURAL IDENTIFICADAS NA PESQUISA

Apresenta-se neste capítulo alguns aspectos relevantes obtidos na pesquisa sobre características familiares e das mulheres entrevistadas, características das unidades produtivas, a participação da mulher na força de trabalho e sua contribuição nos ingressos financeiros do estabelecimento.

A. Características Familiares

1. Quanto ao número de pessoas na unidade produtiva

Os dados levantados revelaram uma população global de 1146 pessoas nas 200 unidades produtivas pesquisadas, perfazendo uma média de 5,73 membros no núcleo familiar. A nível das unidades da Federação obteve-se as médias de 5,22 membros por família em Santa Catarina, 4,56 no Paraná e 6,57 no Ceará (Quadro 26). Foram considerados membros da família o homem, a mulher, os filhos e filhas e outros parentes (avós, tios, primos, cunhados, etc.) que convivem no mesmo ambiente familiar.

Como se pode observar no mesmo quadro, quanto ao número de membros, em relação a divisão por sexo, identifica-se uma supremacia masculina que atinge a 54,8% contra 45,2% do sexo feminino.

Em relação ao número médio de filhos nos lares estudados, identificou-se que em Santa Catarina as famílias tem em média 2,88 filhos, no Paraná 2,46 e no Ceará 4,60. Estes dados refletem as estatísticas da FIBGE que identifica famílias mais numerosas na região nordeste do país.

2. Em relação a idade da população estudada

A respeito da idade dos participantes dos núcleos familiares estudados a pesquisa revelou que 33,0% são menores de 14 anos, 64,0% situam-se em idade economicamente ativa de 14 a 55 anos, e 3,0% apresentam idade superior a 55 anos.

Essa informação permite inferir que a população estudada pode ser considerada jovem e na grande maioria em idade plenamente ativa o que permitiria o desenvolvimento acentuado das unidades produtivas no que diz respeito a capacidade da mão-de-obra disponível.

A pesquisa revelou, ainda, que as mulheres entrevistadas tem idade média de 39,9 anos. Por Unidade da Federação a idade média identificada para as mulheres estudadas foi : 42,9 anos em Santa Catarina, 39,7 no Paraná e 37,1 no Ceará. Comparando-se com a idade média dos maridos não se observa diferenças significativas, em geral, eles têm 43,6 anos de idade.

3. Quanto ao nível de escolaridade

Com respeito ao nível de escolaridade das mulheres estudadas encontrou-se uma fantástica diferença regional. Enquanto na região sul identifica-se uma média de 2,0% de mulheres sem instrução, no nordeste esta média sobe para 59,0%. Em relação ao primeiro grau incompleto a média revelada no sul foi de 77,5% e no nordeste 40,0%. Quanto ao número de mulheres que concluíram o primeiro grau no sul encontrou-se 22,0% em Santa Catarina, 10,0% no Paraná e 0,0% no Ceará. No Paraná identificou-se, ainda, 2,0% com segundo grau incompleto. Com segundo grau completo foram identificadas uma mulher em cada estado do sul que corresponde a 4,0% das entrevistadas na região. Identificou-se, também, uma mulher com nível superior no Paraná que representa 1,0% das entrevistadas na região.

Quanto aos maridos a situação foi muito semelhante ao identificado em relação as mulheres. Na Região sul identificou-se em média que: 6,0% não possui nenhuma instrução; 73,0% tem primeiro grau incompleto; 14,0% o primeiro grau completo; e, 1,0% o segundo grau completo. Para o Ceará a pesquisa revelou que : 45,0% não tem nenhuma instrução; 53,0% tem o primeiro grau incompleto; e, 1,0% o primeiro grau completo.

A pesquisa assinala, ainda, que do total de filhos apenas 16,7% são estudantes. Novamente ressalta-se a diferença regional uma vez que na região sul identifica-se que 26,4% dos filhos são estudantes contra 7,0% no Ceará. Há que se considerar que a população familiar é bem diferenciada entre as regiões o que nos leva a admitir que o número de filhos sem escola no meio rural nordestino é alarmante. De um total de 460 filhos apenas 32 estudam.

Estima-se que no Brasil mais de 7 milhões de crianças trabalham nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, nos canaviais de Pernambuco, nas lavouras de café de Minas Gerais e outros tantos lugares, inclusive nas pequenas unidades de produção. Muitas, como escravas. Sem direito a escola, brinquedos, descanso nem alimentação adequada.

Muitas das crianças que trabalhavam na pequena produção familiar, foram obrigadas a ajudar no orçamento doméstico labutando nas grandes propriedades, desprotegidas e sem ter acesso aos direitos elementares. Muitas vezes a distância e a falta de transporte ou falta de condições para pagar o transporte são responsáveis pela ausência das crianças na escola. Porém, pequenas imposições da escola pública como a exigência de uniforme e até mesmo de registro de nascimento contibuem para afastá-las da escola.

4. Quanto a mulher ocupar a posição de "chefe" de família

A pesquisa assinala que, em relação ao total de mulheres entrevistadas (200), 14,0% desempenham o papel de "chefe" nas unidades produtivas pesquisadas.

Esse percentual médio pode ser melhor avaliado a nível de Unidades da Federação pois, enquanto identifica-se em Santa Catarina que 4,0% das mulheres ocupam a posição de "chefe", no Paraná observa-se 36,0% e no Ceará 8,0% (Quadro 27).

O percentual até certo ponto surpreendente encontrado no Paraná, que influenciou na média geral, pode ser explicado pelo fato de que 8 das mulheres entrevistadas não tinham maridos. Identificou-se que algumas dessas mulheres são viúvas ou filhas "mais velhas" e solteiras, que permanecem ajudando os pais, em idade avançada, tendo assumido o controle da propriedade.

5. Distribuição das mulheres por atividades principais e secundárias desenvolvidas na unidade produtiva

Tendo por base a tabulação dos dados, apresentada no Quadro 28 observa-se importantes revelações da pesquisa quanto a distribuição das mulheres em atividade principais e secundárias que desenvolvem nas unidades produtivas.

Para fins dessa análise engloba-se o total de mulheres dos estabelecimentos amostrados, incluindo-se além da mulher entrevistada as filhas maiores de 14 anos.

Ressalta-se que, na região sul, 58,8% das mulheres informaram que a sua atividade principal é trabalhar na roça (entendendo-se aqui as atividades relativas aos cultivos e as criações) e na transformação da produção. Esse índice cai no Estado do Ceará para apenas 1,8%.

Esse baixo índice encontrado no Ceará reflete a situação recente vivida pela população daquela região, em função do dramático período de seca, o que determina que 83,6% das mulheres dediquem-se as atividades domésticas, enquanto o homem sozinho "dá conta" das poucas atividades possíveis de serem executadas na agropecuária. No Ceará é baixo, também, o percentual encontrado de 5,8% de mulheres que trabalham fora e recebem algum salário. Também observa-se que para 73,1% das mulheres amostradas nessa região, as atividades da roça são consideradas secundárias.

É importante ressaltar que no sul, em média, 15,6% das mulheres que responderam não ter o trabalho na roça e na transformação da produção como atividades principais, apresentaram-nas como atividade secundárias.

Também evidencia-se que, em média, 50,0% das mulheres da região sul definem as atividades domésticas como secundárias, enquanto apenas 21,2 entendem que são prioritárias.

Observa-se, ainda, que na região sul, em média, 9,4% das mulheres recebem algum rendimento de trabalho assalariado realizado fora das propriedades, embora geralmente sejam trabalhos temporários. Muitas vezes são filhas estudantes que trabalham diariamente em

tempo parcial, ou em férias, em agroindústrias ou cooperativas próximas dos estabelecimentos rurais.

6. Disposição manifestada pelas mulheres em migrar para a cidade

O estudo revelou, como se pode vislumbrar na consolidação dos dados no Quadro 29 que do total de mulheres entrevistadas 84,0% manifesta o firme propósito de permanecer no campo. As razões apresentadas são, entre outras, a segurança alimentar; a tranquilidade de vida; o fato de ser "dono do seu negócio"; e por acreditar que no campo conseguem auferir mais rendimentos do que provavelmente obteriam na cidade em função de somente saberem executar tarefas domésticas ou agropecuárias.

Mesmo lamentando o fato de não ter acesso a inúmeros benefícios sociais (energia, saúde, educação, transporte, etc) estendidos somente aos privilegiados moradores dos centros urbanos, as mulheres demonstraram preferência pela permanência no campo.

Contudo há que se salientar o elevado índice de 22,0% de mulheres que, no Ceará, manifestaram intenção de migrar para a cidade.

Este índice talvez possa ser entendido pela insatisfação das mulheres com a real situação de vida que levam, em função das dificuldades para a permanência no campo em uma região que, frequentemente, apresenta problemas climáticos (secas) de difícil superação, que tem inviabilizado até a produção de subsistência naquela região.

7. Quanto a participação das mulheres em organizações associativas

Muito embora o tratamento dos dados não tenha permitido analisar a participação das mulheres isoladamente em cada um dos tipos de organizações associativas, o Quadro 30 permite visualizar a integração das mulheres em associação.

Para fins deste estudo, considerou-se os diversos tipos de associação indicadas pelas mulheres entrevistadas, a saber: associações de produtores; associação da Igreja; associação de pais e mestres das escolas; cooperativa; comitês de saúde; comitês de educação; clubes esportivos; pastoral; clubes de mães.

Uma identificação importante a respeito da participação das mulheres em associações, é que elas dificilmente participam sozinhas. Na maioria das vezes quando participam de qualquer organização associativa o fazem juntamente com o marido.

A pesquisa assinala que o grau de participação em organizações associativas por parte das mulheres da região sul, é muito superior aquele registrado na região nordeste. Senão

vejamos: enquanto na região sul se identificou que, em média, 15,0% das mulheres informaram não participar de nenhuma associação, no Ceará esse percentual foi de 95,0%.

Quanto ao número de organizações associativas que cada mulher participa, a pesquisa revelou que, no Ceará, das mulheres que responderam participar (5,0%) faziam em apenas uma organização. No sul, em média 23,0% das mulheres participa de uma associação, 13,5% em duas, 7,0% em três organizações e, apenas, 3,0% em mais de três grupos associativos.

Entende-se que, na pequena produção, os produtores são forçados a tomar uma série de decisões, que são afetadas por um grande número de fatores sobre os quais eles não têm o domínio e, nem sequer informações razoáveis. Através das relações sociais os indivíduos obtêm condições de aumentar o conhecimento sobre esses fatores, o que lhes permite minimizar a insegurança relativa ao processo decisório na agricultura. Julga-se fundamental o papel do associativismo para o negócio dos produtores, pelo fato de possibilitar, muitas vezes, a organização solidária na aquisição dos bens necessários e, especialmente, na comercialização dos seus produtos.

8. Quanto a participação das mulheres em eventos de assistência técnica

Muito já se comentou neste estudo sobre a marginalização da mulher no que se refere a difusão/transfêrencia de informação de cunho tecnológico ou gerencial, por parte de entidades públicas e/ou privadas.

A pesquisa nos permite analisar a real participação da mulher em eventos (cursos/treinamentos) de capacitação técnica, realizado no meio rural, originados de várias instituições.

A primeira identificação que se mostra importante na observação dos dados (ver Quadro 18) diz respeito ao percentual de mulheres que declararam não ter recebido qualquer capacitação técnica. Este percentual encontrado é surpreendentemente elevado no Ceará atingindo a 98,0% das mulheres entrevistadas. Nos demais estados pesquisados obteve-se percentuais de 34,0% em Santa Catarina e 42,0% no Paraná.

Além disso, das mulheres que informaram ter recebido alguma capacitação técnica percebe-se que, na região sul, em torno de 21,0% participou de apenas um evento ; 16,0% em 2 eventos e 25,0% em mais de dois eventos de capacitação.

Contudo, analisando-se os questionários da pesquisa identifica-se que a grande maioria dos eventos realizados eram relacionados a tarefas domésticas (nutrição e saúde) e da indústria rural caseira (preparo e conservação de produtos de origem animal ou vegetal), estes últimos para uso familiar ou eventualmente comercialização de algum excedente em feiras do produtor.

Quanto a origem da assistência técnica responsável pela realização desses eventos, sobressaiu o serviço de entidades públicas de assistência técnica e extensão rural (EMATER-PR e EPAGRI-SC). Essas empresas foram responsáveis por 79,4% dos eventos no Paraná e 66,7% dos eventos em Santa Catarina.

Deve-se ressaltar, ainda, que a pesquisa permitiu levantar o interesse das mulheres em participar de eventos de capacitação técnica. Questionadas sobre o interesse em participar de eventos dessa natureza, as mulheres demonstraram que, na sua grande maioria, gostariam de vir a ser convidadas diversas vezes no ano. Assinalaram inclusive alguns temas que eram do seu interesse, dentre os quais destacamos os mais solicitados, a saber : profissionalização agroindustrial; comercialização de produtos agropecuários e da transformação; e ensinamentos tecnológicos sobre como cuidar melhor dos cultivos e das criações. Esse resultado demonstra o quanto as mulheres estão carentes e ao mesmo tempo receptivas em relação a programações dessa natureza.

B. Características das Unidades Produtivas

1. Quanto ao tamanho e a força de trabalho

As características das unidades pesquisadas quanto ao tamanho e a força de trabalho podem ser visualizadas no Quadro 31.

Quanto ao tamanho há que se fazer um comentário inicial em relação a área das propriedades estudadas no Ceará. Apenas 11 dos cem questionários aplicados explicitam a área dos estabelecimentos. Em alguns formulários encontra-se observações de que as mulheres não sabiam informar exatamente o tamanho da propriedade. Nos demais não consta qualquer observação, o que sugere ter ocorrido falha dos entrevistadores no preenchimento dos dados.

Mesmo considerando a amostra do Ceará, quanto a área, muito pequena, pode-se observar que a maioria das unidades (63,6%) possuem área inferior a 5 hectares(ha) e 36,4% situa-se entre 5 e 10 ha.

Na região sul as duas amostras são bastante semelhantes quanto a área dos estabelecimentos. Enquanto em Santa Catarina a área média encontrada foi de 32,8 ha, no Paraná identificou-se uma área de 28,0 ha. Da mesma forma pode-se observar certa similitude quanto a distribuição das propriedades por extratos de área.

Quanto a força de trabalho disponível nas unidades estudadas, a pesquisa assinala que essas contam basicamente com a mão-de-obra familiar correspondendo a 81,7% do total. Conseqüentemente, 18,3% da força de trabalho é contratada.

Há que se considerar que 71,5% das propriedades informaram não contratar ninguém, 25,0% contrata apenas alguma mão-de-obra temporária e somente em 4,5% das unidades contrata algum empregado permanente.

Da força de trabalho própria indentifica-se que 46,5% é do sexo feminino e 54,3% do sexo masculino.

Em relação a força de trabalho contratada é visível a preferência pela contratação de empregados do sexo masculino atingindo a 88,1% do total contratado.

2. Quanto a posse da terra e quem detém a titularidade

Os dados referentes a posse da terra e quem detém a titularidade podem ser observados no Quadro 32.

A análise do quadro 32 permite identificar que a pequena produção está assentada, na sua maioria, em área própria. Observa-se que 57% das áreas são próprias e 43 % posses ou arrendadas. Esses percentuais evidenciam e reforçam a afirmação acima, notadamente na região sul, onde levantou-se que em Santa Catarina o percentual de estabelecimentos próprios chega a 88,0% e no Paraná atinge 82,0%.

Sem dúvida, essa informação reflete em parte a estabilidade e a segurança da família nessas unidades produtivas.

No Ceará onde apenas 29% da terra é própria, na maioria das vezes comprada, e 22,0% é posse, geralmente não documentada, identificou-se um percentual mais elevado de intenção de migração.

Em relação a titularidade observa-se que apenas 6,3 % das unidades, em média, está registrada em nome das mulheres. No nordeste é visível a ascendência masculina quanto a deter a titularidade das áreas pois atinge a 89,3% dos estabelecimentos. No sul identifica-se, também, que a maioria das unidades está registrada em nome do marido (54,5%), em média. Entretanto, percebe-se que 30,3% dos estabelecimentos estão registrados em conjunto, principalmente em função do regime de união do casal ser a comunhão de bens.

Deve-se registrar que, em alguns formulários, foram feitas observações por parte dos entrevistadores quanto a dúvidas e dificuldades de algumas informantes sobre a titularidade das propriedades, isto é, se estavam somente em nome do marido ou de ambos.

3. Quanto ao financiamento das atividades

A pesquisa revelou como uma característica marcante das unidades produtivas pesquisadas o fato de que 95,9% são autofinanciadas a partir da venda de produtos (quadro 33).

Da mesma forma identificou-se que esses recursos não eram suficientes para a aquisição dos bens e serviços necessários para o desenvolvimento do potencial produtivo dessas unidades. A grande maioria informou necessitar de mais recursos mas não tinha condições de captá-los em função do risco elevado atribuído a correção monetária adotada pelos agentes financeiros que, na maioria das vezes, é superior a correção do valor dos produtos. Ainda assim, identificou-se que 28,0% das unidades de Santa Catarina e 32,7% no Paraná, além da venda de produtos recorria a algum empréstimo bancário para complementar os recursos necessários à aquisição de alguns produtos (geralmente insumos).

4. Quanto a produção agropecuária

É necessário lembrar que na pesquisa realizada, pelos motivos já expostos em diversos capítulos, não se conseguiu levantar os dados de produção das unidades produtivas estudadas no Ceará.

Na análise apresentada a seguir é importante considerar-se, também, algum possível erro ou equívoco de estimação da produção e, especialmente, da receita auferida, tanto por parte das mulheres informantes, como pelos entrevistadores. Identificou-se em vários formulários observações a respeito dessa dificuldade. É possível, também, que as mulheres tenham desconsiderado algumas produções destinadas somente ao autoconsumo. Considerando-se que a orientação era a de entrevistar as mulheres e, que na maioria das vezes os maridos que detinham alguma informação mais completa não se faziam presentes, deve-se aceitar os dados obtidos correndo-se algum risco que, na média, acredita-se seja reduzido.

Em relação aos produtos agropecuários definidos como principais para este estudo, a pesquisa revelou certa semelhança nas duas amostras pesquisadas na região sul. Alguma pequena diferença verificada nos dados em favor de Santa Catarina quando compara-se com as informações do Paraná, podem ser atribuídas a diferenças também verificadas em relação a área da propriedade e da mão-de-obra disponível. Feita esta consideração, para análise da produção, decide-se adotar a média das duas amostras.

Praticamente todas as unidades produtivas pesquisadas plantam milho, tido como o sustentáculo da pequena produção do sul face a sua importância na alimentação animal. A área média de plantio é de 6,2 ha, com produtividade de 3,38 t/ha, que gera uma produção média de 21,0 t por estabelecimento. Essa produção representou para as unidades produtivas uma receita média bruta de 17,35 salários mínimos, correspondente a última safra 92/93. Para fins de transformação dos valores tomou-se por base o valor do salário mínimo vigente em agosto/93 (ocasião da realização da pesquisa) que correspondia a CR\$ 5.534,00, ou a US\$

76,79 (dólares americanos), de acordo com a cotação no câmbio comercial do dia 1º de agosto que era U\$ 1.00 = CR\$ 72,069 (Quadro 34).

Para o produto feijão identificou-se uma área média de plantio de 2,55 ha, com produtividade de 940 Kg/ha, um pouco superior a média da região, e uma produção total de 2,4 t por estabelecimento. Esta produção gerou em média uma receita bruta de 10,4 salários mínimos.

O plantio de arroz foi identificado em poucas propriedades, entretanto, algumas especializadas nessa cultura. Portanto, para esse cultivo é interessante analisar separadamente as duas amostras. Em Santa Catarina, considerando-se somente as propriedades que plantavam arroz, obteve-se uma média de plantio de 10,6 ha, com uma produtividade de 5,09 t/ha, e uma produção total de 53,9 t por estabelecimento. Essa produção gerou uma renda de 146,9 salários mínimos para essas unidades na safra 92/93. No Paraná verifica-se uma área média de 0,5 ha, com produtividade de 1,6 t/ha (muito abaixo da média do Estado), que possibilitou uma produção de 800 kg por unidade. Essa produção representou valor bruto de 2,3 salários mínimos.

Quanto a cultura da mandioca a pesquisa revela uma área média de plantio de 1,25 has, com produtividade de 12,4 t/ha e uma produção total de 15,5 t de produto por estabelecimento. O valor correspondente a essa produção foi estimado em 7,4 salários mínimos por unidade de produção.

Para analisar as demais explorações agrícolas desenvolvidas nas unidades pesquisada, englobou-se todos os demais cultivos a título de "outros" que inclui soja, café, frutas e hortaliças, trigo, etc. Para este grupo identificou-se uma área média de plantio de 4,25 has que rendeu ao estabelecimento um valor bruto estimado de 28,6 salários mínimos, no ano agrícola 92/93.

Quanto a pecuária, considerando-se as médias das amostras da região sul, a pesquisa permitiu identificar que esta exploração representa uma receita bruta para os estabelecimentos um pouco inferior a obtida na exploração agrícola. Enquanto a receita bruta anual proveniente dos cultivos é de 138,3 salários mínimos por unidade produtiva, a receita das criações é de 114,0 salários mínimos (Quadro 35).

Em relação ao gado de leite identificou-se que em média cada estabelecimento cria 7,5 cabeças (vacas) que proporcionam uma receita bruta de 37,5 salários mínimos no ano.

Em relação ao gado de corte poucas unidades exploram com fins comerciais. De qualquer maneira a maioria dos estabelecimentos tem alguma cabeça bovina, geralmente com o objetivo de uso na tração animal, e vendem quando necessitam fazer algum dinheiro em determinado momento. Identificou-se que, em média, as propriedades criavam 9 cabeças, que geravam uma receita bruta eventual e anual de 9,75 salários mínimos por unidade.

A suinocultura também proporciona algum rendimento às pequenas unidades produtivas. Identifica-se que, em média, cada unidade cria 35 cabeças ao longo do ano que lhes proporciona 31,6 salários mínimos na comercialização de animal vivo e, mais algum rendimento da transformação (embutidos, banha, torresmo, etc).

Quanto a avicultura, que a pesquisa identificou ser uma atividade da responsabilidade das mulheres, revelou a obtenção de uma receita bruta anual de 11,5 salários mínimos. A receita mais elevada obtida pelas propriedades de Santa Catarina, que se observa no quadro 35, pode ser explicada pela existência na amostra de propriedade "integrada" a alguma empresa local.

Tal como na agricultura englobamos em "outros" os rendimentos auferidos na venda de outros animais, mel, ovos, etc., que proporcionam um ingresso bruto de 23,5 salários mínimos anuais para cada estabelecimento.

Como se pode constatar nos quadros abaixo, a renda bruta média anual das propriedades situadas na região sul atinge 151,15 salários mínimos.

Dividindo-se essa receita bruta pelo número médio de membros nas famílias dessa região, que é de 4,89 pessoas, obtêm-se uma receita per capita de 30,92 salários mínimos/ano. Dividindo-se por doze meses temos um rendimento de 2,58 salários mínimos mensais para cada pessoa residente na unidade familiar independente de idade. Isto em termos de renda bruta, naturalmente.

Há que se considerar, ainda, que além de possíveis erros no preenchimento dos questionários, é previsível a ocorrência de sonegação de informações a respeito da produção obtida e, especialmente, sobre a receita auferida.

C. Contribuição da Mulher Rural à Produção de Alimentos e à Renda da Pequena Produção

Este tópico, sem dúvida, contempla as mais importantes informações deste estudo. O caráter exploratório deste trabalho, que pode contar com o suporte de uma pequena pesquisa de campo, permitiu revelar algumas informações relevantes a respeito da real participação da mulher na produção de alimentos e na renda da pequena unidade produtiva rural.

Os dados aqui discutidos proporcionam a oportunidade de se comprovar ou contestar alguns resultados definitivos ou suspeitas, sobre a contribuição da mulher na pequena produção, emitidos por diversos estudos realizados em vários países.

1. Contribuição da mulher nas tarefas domésticas da unidade produtiva rural

Ao começar pela análise da contribuição da mulher nas atividades domésticas (Quadro 36), entende-se que, conscientemente, se revela o óbvio em relação a participação da mulher como responsável pelas principais atividades reprodutivas das pequenas propriedades do meio rural. Contudo, pretende-se reafirmar essas informações, sobre a presença marcante da mulher nos afazeres domésticos, tidas como algo absolutamente conhecido, até para comprovar a dupla jornada de trabalho que esta desempenha durante toda a sua vida.

É facilmente identificável nos dados obtidos na pesquisa que algumas das principais atividades domésticas são da responsabilidade quase exclusiva da mulher. Pode-se verificar, por exemplo, nas atividades relacionadas às providências para alimentação da família, tais como: fazer o pão e preparar as refeições, que em mais de 92,0% das propriedades cabe à mulher. Neste percentual não se incluiu o dado do Ceará em função da tradição regional apresentar costumes diferenciados e, em consequência, um baixo percentual.

Quanto ao desenvolvimento de atividades relativas a limpeza da casa e arredores e vestuário, a pesquisa revelou que, em média, 88,5% é atribuído às mulheres com a identificação de algum apoio de 11,5% proporcionado, possivelmente, pelas filhas.

Fica bem caracterizada, também, a importância da mulher no cuidado dos filhos e no acompanhamento escolar dos mesmos, embora o percentual encontrado de 52,2% revele que esta tarefa é compartilhada com outros membros da família, onde identifica-se a presença do homem.

No que se refere a atribuição de fazer compras para o lar, a pesquisa assinalou que esta não é uma das principais tarefas das mulheres. Apenas uma em cada cinco (incluindo o Ceará) afirmou realizar essa atividade.

Propositadamente, se incluiu no quadro 36, a tarefa referente a aquisição de mercadorias para a produção, com a intenção de se estabelecer um confronto com a atividade aquisição de produtos para o lar. Esta comparação permite analisar que fazer compras definitivamente não é uma função desempenhada pelas mulheres. Pois, enquanto apenas uma em cada cinco faz compras para o lar, apenas uma em cada 10 realiza alguma aquisição de produtos para a produção. Isto, provavelmente, possa ser justificado pela absoluta falta de tempo da mulher para se deslocar aos mercados, em função das inúmeras tarefas realizadas nos sítios.

2. Distribuição e contribuição das mulheres por principal fonte de renda da pequena produção

Vale registrar a importância, para este estudo, de se identificar a real participação da mulher nos principais grupos de atividades que possibilitam ingressos às pequenas unidades de produção do meio rural.

Os resultados obtidos (Quadro 37) salientam a decisiva contribuição da mulher para os rendimentos dos estabelecimentos pesquisados.

A partir de uma avaliação geral dos dados contidos nesse quadro, pode-se concluir que a mulher apresenta uma participação significativamente maior nas explorações pecuárias em relação as demais. Os dados assinalam que, na pequena propriedade da região sul, a mulher é responsável por 55,8% das jornadas executadas nas explorações pecuárias.

Outra constatação da maior importância é relativa a participação da mulher nas atividades relacionadas com a transformação de produtos de origem animal, vegetal ou mesmo de artesanatos, realizadas nos estabelecimentos rurais. Nada menos de 44,6% do total de pessoas envolvidas nessas atividades são mulheres.

Quanto a participação das mulheres nas atividades produtivas relacionadas à produção agrícola, os dados apresentam uma certa redução na presença da mulher nas mesmas. Muito embora se considere essa participação assinalada como altamente significativa, uma vez que do total de jornadas de trabalho demandadas pelas tarefas da agricultura, 26,5% são atendidas pela força de trabalho da mulher rural.

A respeito da contribuição da mulher para os ingressos familiares, provenientes do trabalho assalariado, percebe-se que somente uma, em cada cinco pessoas das unidades produtivas que recebem algum tipo de salário, é mulher. Constatou-se, também, que estas geralmente são filhas que trabalham como professoras, ou temporariamente em propriedades vizinhas, ou, ainda, em agroindústrias próximas.

A partir da análise dos quadros 38 e 39, pode-se identificar e avaliar a real participação da mulher em cada um dos principais cultivos e/ou criações selecionados para este estudo.

Quanto a participação da mulher no número de jornadas totais identificadas nas unidades produtivas pesquisadas, obteve-se que : no cultivo do milho verifica-se que 26,1% das jornadas são executadas pela mulher; no cultivo do feijão 29,4%; na exploração do arroz 16,3%; e para "outros" produtos cultivados na pequena produção a mulher participa com 26,5% (entre esses está a horta).

Uma deficiência do banco de dados impediu de verificar a participação da mulher no cultivo da mandioca.

Como já fora ressaltado anteriormente, é na pecuária que se identifica uma maior participação da mulher, em relação ao número total de jornadas de trabalho executadas nas pequenas unidades produtivas. Na produção de leite, por exemplo, a mulher é responsável por 64,2% das jornadas; no trato com o gado de corte 21,3%; no trabalho da suinocultura 41,1%; na avicultura a mulher é responsável por 69,0% das jornadas; e mesmo para tarefas relativas a "outras" explorações pecuárias as mulheres executam 55,8% das jornadas.

Uma avaliação global da contribuição relativa da mulher na força de trabalho da pequena produção pode ser sintetizada a partir da análise do Quadro 40, a seguir, que demonstra e reafirma toda a verdade da abordagem anterior, do presente estudo, sobre a força da mulher no campo, ao apresentar o significativo percentual de 36,7% do total de jornadas da agricultura e/ou pecuária que são executadas pelas mulheres.

3. Contribuição da mulher na renda da pequena unidade de produção

É evidente que a estimativa completa da contribuição da mulher na receita bruta das unidades produtivas, demandaria uma análise econômica primorosa que levasse em consideração todas as fontes de renda e, de forma detalhada, identificasse a real contribuição da mulher em cada fase dos ciclos produtivos, valorando ponderadamente a participação da mesma em cada uma das tarefas identificadas.

Entretanto, isto requeriria um detalhamento muito maior de informações do que se conseguiu lograr neste estudo, uma vez que se pode contar com apenas a contribuição de uma pequena pesquisa de campo, de caráter exploratório, realizada em 200 unidades de produção.

Há que se considerar que inúmeras metodologias podem ser empregadas para identificar-se a contribuição das mulheres rurais na renda dos estabelecimentos. Porém, a que aqui se propõe desenvolver mede apenas a contribuição relativa da mulher no valor da produção bruta da agropecuária.

Portanto, o que se propõe é tão somente estimar a contribuição relativa da mulher nos ingressos familiares tendo por base :

- a) estimativa do valor bruto das produções/criações- obtidos a partir do volume produzido e do preço recebido pelos produtores;
- b) estimativa da contribuição relativa da mulher sobre o total de jornadas de trabalho executadas pela família para cada cultivo/criação.

É importante notificar que a estimação adotada pode contemplar um erro conhecido, porém de difícil solução neste estudo, que é o fato da pesquisa não ter sido detalhada a ponto de permitir identificar-se os coeficientes técnicos que assinalassem a contribuição da mulher em cada fase dos cultivos com a ponderação dos custos para cada uma dessas fases.

Feitas essas considerações, em continuação se apresenta os cálculos da contribuição da mulher nos ingressos familiares, tomando-se por base as médias de produção, valores da produção e a participação relativa da mulher na força de trabalho para cada produto principal das unidades produtivas pesquisadas (Quadro 41).

Como se pode observar, a contribuição da mulher na renda do estabelecimento, no período de um ano, alcança o montante de 99,44 salários mínimos, que correspondia na ocasião da pesquisa (Ago-93) a US\$ 7.636,00. Falta acrescentar outras contribuições da mulher como na cultura da mandioca e na transformação da produção.

X. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As conclusões e recomendações apresentadas neste capítulo são formuladas a partir da análise de dados secundários e, principalmente, da análise e discussão dos resultados da pesquisa realizada junto as mulheres produtoras de alimentos dos estados de Santa Catarina, Paraná e Ceará. Tanto quanto possível procurar-se-á expô-las com base nos objetivos propostos e limitadas ao procedimento metodológico e estatístico adotado ao longo do estudo.

A. Conclusões

Aqui se apresentam as conclusões mais significativas resultantes das análises realizadas no presente estudo.

1. A mais forte conclusão que se extrai do presente estudo é a constatação e comprovação de que a mulher rural representa importante papel na produção de alimentos nas pequenas unidades de produção (36,7% do total da força de trabalho). Este papel produtivo é fortemente subestimado pelas fontes estatísticas, gerando o desconhecimento e, em consequência, a desconsideração por parte daqueles que tem sob sua responsabilidade a formulação e execução de políticas voltadas ao setor da pequena produção.

É notório que no trabalho produtivo as mulheres sofrem violenta discriminação por circunstâncias culturais que contemplam a noção de que as mulheres realizam as tarefas mais fáceis da agropecuária, restando aos homens o trabalho pesado. Isto pode ser entendido como o principal fator gerador da dupla ou, às vezes, tripla jornada de trabalho desenvolvida pelas mulheres rurais, pois além das tarefas produtivas, devem encarregar-se das reprodutivas.

A própria mulher oculta o seu importante papel na produção de alimentos ao se sentirem agregadas à produção sem no entanto ser considerada força produtiva. Para a mulher produtora a predominância do chamado regime de "ajuda familiar", faz com que o seu trabalho nos cultivos/criações seja visto como eventual e, embora comprovadamente importante, proporcionando ingressos à família, não o reconheça como fruto do seu esforço. Seu rendimento está embutido no da família, não julgando necessário explicitá-lo.

2. Outra conclusão que pela sua importância merece ser destacada, embora possa ser entendida como complementar a anterior, uma vez que tem por base o número de jornadas trabalhadas pela mulher, é a valorosa contribuição da mulher rural na renda da pequena unidade de produção. Identificou-se uma significativa contribuição da mulher que, mesmo considerada parcial, reflete uma importante cifra anual de U\$ 7.636 (dólares americanos), certamente muitas vezes superior a renda anual média auferida por mulheres assalariadas urbanas.

Sem dúvida que o elevado aporte de recursos creditados às mulheres na formação da renda familiar as converte em legítimos sujeitos de políticas de desenvolvimento rural, sempre que essas políticas preconizem o estímulo e a modernização da produção agropecuária e combater a pobreza rural.

3. Quanto a distribuição e contribuição das mulheres por principal fonte de renda dos estabelecimentos pesquisados, conclui-se que estas participam decisivamente nos principais grupos de atividades que possibilitam ingressos às pequenas unidades de produção do meio rural.

Conclui-se que as mulheres apresentam uma participação significativamente maior nas explorações pecuárias em relação as demais. Nestas são responsáveis por 55,8% das jornadas de trabalho. As principais tarefas desenvolvidas se relacionam com as explorações de gado leiteiro, aves e suínos, e dizem respeito a alimentação e manejo do rebanho, cuidados com as crias, ordenha e preparo dos produtos. Há que se considerar que um fator preponderante para essa maior participação na pecuária é o fato dessas atividades realizarem-se nas proximidades da cas.

Nas atividades relacionadas com os cultivos percebe-se uma participação menor, porém igualmente significativa, por parte das mulheres uma vez que estas participam com 26,5% do total de jornadas dedicadas a cada um dos cultivos principais. As tarefas prioritárias em termos de participação das mulheres estão relacionadas com o plantio, tratos culturais (limpeza), colheita e na pós-colheita.

Outra constatação da maior relevância é a participação das mulheres nas atividades relacionadas com a transformação da produção de produtos de origem animal ou vegetal. Em torno de 44,6% do total de pessoas envolvidas nessas atividades são mulheres. Constatou-se, também, uma pequena contribuição da mulher para os ingressos familiares provenientes do trabalho assalariado.

De modo geral, os dados obtidos refletem e confirmam as informações secundárias de que a mulher participa de forma expressiva em inúmeras tarefas principais dos sistemas de produção.

4. Constatou-se, ainda, a total desatenção governamental para com o setor rural em geral e, em especial, para a pequena produção, não correspondendo às necessidades da grande maioria dos grupos que vivem em regime de economia familiar.

É importante ressaltar que as políticas públicas dirigidas ao setor rural tem, normalmente, excluído as mulheres como agente produtivo e alcançado tão somente aos produtores (homens) com os poucos benefícios de programas e projetos como pesquisa agropecuária, crédito rural, assistência técnica e extensão rural, formação profissional rural, comercialização, preços mínimos, etc.

Atualmente, inexitem no país políticas governamentais e/ou programas em curso que considerem, explicitamente, a importância da mulher no processo produtivo, nem as dificuldades ou facilidades para a sua integração. Poucos são os organismos governamentais que têm alguma atividade direta no meio rural. Algumas das poucas instituições governamentais até recentemente consideradas atuantes no meio rural e dirigidas à mulher,

ou foram extintas, ou encontram-se desmontadas, em função de mudanças estruturais abruptas adotadas nos últimos anos. Alguns programas que vinham sendo desenvolvidos no meio rural e dirigidos para a pequena produção familiar, se configuravam mais como programas assistencialistas do que desenvolvimentistas. Nesses a mulher era vista como mãe e dona de casa, e não era considerada em todas as suas necessidades e especificidades.

5. Considerando a importância da participação da força de trabalho feminina na produção agropecuária das pequenas unidades de produção, e a importância destas no contexto do abastecimento de produtos alimentares básicos, conclui-se que, ao menos que se tome em conta o papel chave das mulheres nessa produção ao elaborar as políticas de desenvolvimento, o Brasil continuará sofrendo problemas de abastecimento e de pobreza crônica da população.

É indiscutível que, nas regiões pesquisadas, sobressai a discriminação que as mulheres enfrentam para conseguir o pleno reconhecimento do seu importante papel na economia e a participação em todos os níveis do planejamento e nas tomadas de decisões referentes ao processo de desenvolvimento rural. Traços culturais e tradicionalismos impedem às mulheres rurais de participarem ativamente nas decisões do processo produtivo e/ou comercial e fomentar a realização dos seus interesses.

6. A diferença flagrante quanto a falta de preparação e estudo, se bem que generalizada a toda a população brasileira, agudiza-se no caso das populações rurais.

O estudo não demonstrou diferenças significativas entre o nível educacional de homens e mulheres nas áreas pesquisadas. Embora em relação a mulher a deficiência está associada a discriminação que ela sofre em função das relações determinadas pela questão gênero, que tende a conferir maior poder a um dos gêneros, que é, obviamente o masculino e provocam a manutenção da mulher na ignorância, ou só permitindo educá-la o mínimo necessário, como princípio real. As informações são suficientes para concluir-se que a educação é um problema grave no país, notadamente no meio rural, e que deve ser priorizada em todos os níveis de governo para se alcançar a almejada elevação das condições de vida da população rural.

Quanto a capacitação das mulheres conclui-se que estas estão totalmente a margem dos eventos ofertados e realizados no meio rural com o objetivo de promover a capacitação tecnológica e/ou comercial dos pequenos produtores. As mulheres não são sequer lembradas nessas programações. No máximo, são convidadas a participar de eventos relacionados com aspectos da casa e arredores como nutrição, higiene, saúde e, em menor grau, capacitação quanto a indústria rural caseira.

A premissa básica é que só as famílias rurais podem promover o seu desenvolvimento através da educação e capacitação. Outros agentes ou fatores apenas contribuem para que elas o façam. Contudo, devido a insuficiente capacitação, na atualidade, elas não estão em condições de fazê-lo. A conclusão lógica é que não haverá desenvolvimento a menos que se

forme e capacite as próprias famílias em conhecimentos, habilidades e atitudes para solucionar seus problemas. Muitos são os projetos que fracassaram por subestimar a capacitação dos agricultores e, especialmente, das mulheres rurais.

Só através da educação e capacitação as mulheres serão capazes de transformar realidades adversas e de protagonizar a solução dos seus próprios problemas.

7. Quanto a adoção de tecnologias na pequena produção e pelas mulheres, conclui-se que a principal dificuldade está relacionada com a inadequação das mesmas e ao pouco acesso das mulheres às informações referentes as inovações tecnológicas.

Quanto a adequação da oferta de tecnologia para a pequena produção, constata-se na política tecnológica um pressuposto básico de que a tecnologia gerada "está pronta" e apresenta neutralidade, pois serve tanto para pequenos, médios e grandes produtores. Nada é mais falso do que este pressuposto. Inexiste uma política específica para a pequena produção. Reconhece-se, entretanto, a existência de tentativas de adaptação de algumas informações tecnológicas à pequena produção.

Quanto a adequação da oferta tecnológica à mulher produtora, nas regiões pesquisadas, não se constata nenhuma ação planejada com esse objetivo. Normalmente, não se planeja a geração e a transferência de tecnologias levando em consideração a participação da mulher em tarefas e operações relevantes do sistema de produção. A tecnologia é gerada e transferida por homens e com o conceito difícil de ser superado de que na agricultura quem trabalha são os homens. Assim, a oferta de tecnologias melhoradas não é dirigida a mulher uma vez que esta não é reconhecida como produtora.

Portanto, o uso e o acesso à tecnologia por parte das mulheres é prejudicado pela concepção estereotipada do pesquisador e do extensionista (difusor) de que o homem se relaciona com o setor produtivo enquanto que a mulher com o setor reprodutivo/doméstico.

Analisando-se os sistemas de produção adotados nas pequenas unidades produtivas concluiu-se que predominam sistemas tecnológicos reconhecidos como mistos entre o tradicional e o moderno. Conclui-se, também, que a tecnologia, em si, não exclui a mulher produtora quando compara-se com tarefas e operações semelhantes realizadas por esta nos sistemas tradicionais. Identificou-se que poucas são as alterações na participação das mulheres no "agro" em função da introdução de novas tecnologias. A principal alteração ocorre a partir da elevação do nível de mecanização que é, em si, excludente em relação a mulher, e acarreta o aumento das tarefas complementares por ela realizadas.

Conclui-se, ainda, que há total descaso dos órgãos oficiais de geração e transferência de tecnologia quanto a importância da participação da mulher para a orientação da geração, validação e adoção de inovações tecnológicas. Em muito as mulheres poderiam contribuir na adequação dos programas relacionados à tecnologia uma vez que entre os critérios por elas utilizados para a adoção de tecnologias figuram: preocupações com o custo frente a

capacidade financeira do estabelecimento, impactos sobre a demanda e intensidade de trabalho dos membros da família, orientação do produto para autoconsumo ou mercado e riscos ao meio ambiente.

8. A participação da mulher rural no processo de comercialização não se mostrou significativa para a maioria dos produtos. Apenas no Paraná a participação da mulher, isoladamente, nas decisões relativas a comercialização, atingiu em torno de 11%, em média. Este índice verificou-se quanto a decisões sobre produtos a vender, quantidade a ser vendida e local de venda.

Apesar das propriedades estudadas caracterizarem-se como mercantilistas (58,6% comercializam a maior parte da produção) concluiu-se que as mulheres não participam da comercialização de grãos e de animais (bovinos, equinos, suínos, etc.). A mulher incumbe-se da comercialização de hortigranjeiros (frutas, hortaliças, ovos e aves) e praticamente todos os produtos da indústria rural caseira (quijos, pães, bolos, biscoitos, conservas, embutidos, artesanatos, etc.) quando comercializados na propriedade ou vizinhança ou, ainda, em feiras livres e feiras do produtor. É possível que pelo fato de dedicar boa parte do seu tempo a esses produtos, a mulher considera a tarefa comercial como de sua responsabilidade em continuidade ao trabalho produtivo.

Um dos fatores que contribui para explicar a pequena participação das mulheres na comercialização pode ser os aspectos culturais que estabelecem uma série de barreiras de discriminação das mulheres no processo. Por exemplo a tradição no meio rural do homem responsabilizar-se pelo manuseio e controle dos recursos financeiros do estabelecimento. Também, pelo fato dessa função ser historicamente desenvolvida pelos homens a mulher ficou alijada do processo e desconhece os meandros dessa importante tarefa. E, ainda, conforme comentou-se anteriormente, a mulher não é suficientemente informada sobre mercados, preços e/ou canais de comercialização.

Além disso, outro aspecto que concorre de maneira significativa para explicar a pequena participação das mulheres na comercialização é a pequena disponibilidade de tempo que elas dispõem, uma vez que após os trabalhos nos cultivos e criações estas dedica-se aos afazeres domésticos. Alia-se a isto, a questão dos horários de comercialização usuais nos mercados, notadamente, hortigranjeiros.

Há que se considerar que o ambiente do comércio é gerido, administrado e executado por atores do sexo masculino, o que contribui para a fixação dessa imagem na transação comercial, e pode levar a um entendimento errado mas corrente nas pequenas unidades de produção que, neste ambiente, a mulher seria mais facilmente "enganada" e, desta forma, esta seria uma função do homem.

9. A mulher rural julga deter informações de mercado e preço. Esse julgamento é no mínimo ilusório. Embora os índices obtidos na pesquisa tenham revelado um bom nível de informações das mulheres sobre embalagem, preços praticados e mercados alternativos, ficou

evidenciado através das perguntas de confirmação desse conhecimento, que as mulheres não dispõem de informações satisfatórias e suficientes. Ocorre que o "meio da intermediação" atua exatamente para que produtores e consumidores fiquem iludidos quanto as verdadeiras informações. Assim, o produtor (vendedor) que não possui informações necessárias estará frequentemente a mercê dos intermediários, e em condições de inferioridade para negociar seus produtos. A desinformação dos produtores, em geral, e das mulheres, em especial, contribui para a manutenção do "poder de comércio" dos intermediários.

10. Este estudo possibilitou concluir que é significativa a participação e contribuição da mulher nas atividades relacionadas à pós-colheita. Engloba-se aí não apenas a limpeza, classificação e embalagem dos produtos, mas especialmente a transformação. Sendo que esta última está intimamente relacionada com os sistemas produtivos adotados nos estabelecimentos rurais.

Identificou-se que 49% das mulheres entrevistadas dedicam-se a realização de atividades de transformação primária da produção. Grande parte dessa participação pode ser explicada pela interrelação existente entre as tarefas rotineiras do lar e o caráter também artesanal da transformação, preservação e conservação dos produtos para o autoconsumo, o que vincula essas tarefas como sendo tipicamente domésticas e das mulheres.

Tradicionalmente o aproveitamento e transformação de alguns produtos como os hortícolas (frutas e hortaliças) e farináceos, são da inteira responsabilidade das mulheres. Outros como carnes e leite, por exemplo, tem a sua transformação compartilhada por vários membros da família, mas sempre contando com a significativa participação da mulher.

Identificou-se, também, que os subprodutos são na maioria das vezes processados em pequenos volumes para uso familiar. Entretanto, quando a família tem certa facilidade de comercialização em feiras, por exemplo, a produção passa a ser desenvolvida de forma rotineira e mais ou menos intensiva, somente limitada ao período de safra para alguns produtos. O que leva a inferir que, uma vez assegurado o mercado, a pequena produção teria condições de desenvolver um potencial existente, porém latente. E assim, certamente, a pequena produção teria assegurada mais uma alternativa de renda, possibilitando a evolução do grupo familiar para outro patamar em relação a melhoria das condições de vida.

Contudo, se descohece qualquer programa ou projeto em curso dirigido ao meio rural como fomento ou em apoio às atividades da microagroindústria.

11. Quanto a tomada de decisões nas pequenas unidades produtivas, a pesquisa revelou que a responsabilidade das mulheres, isoladamente, é baixa. Contudo, há que se assinalar que embora isoladamente a mulher tenha baixo poder de decisão, sua participação nas decisões de forma compartilhada é muito significativa. Muitas decisões tomadas aparentemente pelos homens são, sem dúvida, compartilhadas e, muitas vezes, impulsionadas pelas mulheres. Especificamente em relação a adoção de tecnologias constatou-se que raramente à mulher é atribuída a responsabilidade e/ou decisão de fazê-lo.

12. Quanto a tendência a migração o estudo identificou que, em média 84% manifestou o firme propósito de permanecer no campo, mesmo lamentando o fato de não dispor de inúmeros benefícios sociais (energia, saúde, educação, transporte, etc.) estendido aos privilegiados moradores dos centros urbanos. Do índice médio de 16% que manifestaram interesse em migrar para a cidade há que se ressaltar que na região sul, onde a pequena produção é melhor sucedida, quando comparada com a da região nordeste, o índice médio cai para 10% de tendência ao êxodo.

O índice de 22% de tendência ao êxodo verificado no Ceará, talvez possa ser explicado pela insatisfação das mulheres com a real situação de vida que levam. Essa insatisfação pode ser explicada em função das dificuldades para a permanência no campo em uma região que, frequentemente, apresenta problemas climáticos (secas) de difícil superação, que tem inviabilizado até a produção de subsistência.

13. A mulher rural raramente ocupa a posição de "chefe" de família. Os dados levantados comprovam que as mulheres são discriminadas no que se refere a ocupar a posição de chefia dos estabelecimentos rurais. Apenas 14% das mulheres pesquisadas admitiram desempenhar o papel de chefe das unidades produtivas. Contudo, esse percentual considerado baixo pode não refletir a realidade, uma vez que contempla alguns casos especiais como o fato de se ter entrevistado algumas mulheres viúvas e outras arrimos de família que contribuem para a elevação do índice nas propriedades estudadas. Conclui-se que os fatores culturais são os principais responsáveis na consolidação de barreiras de discriminação da mulher quanto a ocupar a posição de chefia.

14. A mulher rural apresenta um baixo índice de detenção da titularidade dos estabelecimentos rurais. A pesquisa nos permitiu identificar que apenas 6,3% das mulheres detém a titularidade. Aproximadamente 2/3 das áreas estão tituladas em nome dos homens e 1/4 em nome de ambos em função do regime de união ser a comunhão de bens. É, portanto, visível a ascendência masculina quanto a deter o título das áreas.

Há que se ressaltar que em relação a posse da terra, o estudo nos permite concluir que, em sua maioria (69,5%), notadamente no sul do país (88%), a pequena produção está assentada em áreas próprias. Este fato sugere certa estabilidade e segurança as famílias dos pequenos produtores rurais.

15. Quanto ao financiamento de bens e serviços necessários ao desenvolvimento do potencial produtivo da pequena produção, a pesquisa nos permite concluir que é uma característica marcante o autofinanciamento a partir da venda de produtos. Identificou-se que 95,9% não realizaram qualquer empréstimo nos últimos dois anos. Muito embora se identificou, também, que os recursos disponíveis são insuficientes para a aquisição de todos os serviços ou bens necessários, prejudicando o potencial produtivo da pequena produção.

Essa opção pelo autofinanciamento se dá pela total incapacidade de captação de recursos em agentes financiadores, quer sejam bancos ou outros, em função dos elevados riscos

proporcionados pela correção monetária e inconstância da política agrícola para os produtos básicos oriundos na sua maioria da pequena produção.

Face ao fato identificado não foi possível estabelecer-se diferenças entre homens e mulheres, e/ou dificuldades das mulheres, na obtenção de crédito. Entretanto, sabe-se que o fato das mulheres não deterem a titularidade das áreas constitui-se num problema para a solicitação de empréstimos bancários. Além disso, a desinformação das mulheres frente aos procedimentos burocráticos exigidos para qualquer financiamento é outro entrave suficientemente grave para deixá-las a margem do processo creditício.

B. Recomendações

As recomendações apresentadas a seguir tem como objetivo principal permitir discussões sobre as mesmas nos foros nacionais e seminários regionais que serão organizados pelo IICA. Não se encontram, portanto, muito detalhadas e nem consideradas acabadas, trata-se apenas de indicativos de propostas a serem discutidas.

1. Quanto ao estabelecimento de política diferenciada para a pequena produção

A atual política governamental para a agricultura em absoluto favorece a pequena produção em que pese a reconhecida importância da mesma na produção de alimentos básicos e a garantia de sobrevivência no campo de um elevado contingente populacional.

Inexistem planos, programas e/ou projetos governamentais para dar condições de viabilização da pequena produção e, em consequência, dar condições de elevação da renda e permanência no campo para os agricultores que atuam em regime de economia familiar.

A prioridade à pequena produção com o estabelecimento de política diferenciada é medida fundamental em qualquer programa de combate à fome e a miséria e de desenvolvimento do setor agrícola no país. Uma das falácias do liberalismo é o direito igual para todos. É notório que deve-se tratar desigualmente os desiguais. Não se pode proporcionar igual tratamento a pequenos produtores de alimentos que atuam em regime de economia familiar e empresários do setor.

É imprescindível e racional, portanto, recomendar-se o estabelecimento de uma política diferenciada para apoiar a pequena produção.

Essa política deve propiciar o delineamento de planos, programas e/ou projetos de desenvolvimento rural voltados à pequena produção que tenham caráter mais endógeno e protagônico.

Como parte de um conjunto de pontos necessários ao fortalecimento da pequena produção, é extremamente importante que esses planos contemplem, entre outros :

- a integração de todos os membros do grupo familiar como requisito prévio para o próprio desenvolvimento;
- o grupo doméstico como público alvo reconhecendo a diferenciação e especialização por sexo e idade, das atividades produtivas desenvolvidas por este grupo na pequena produção;
- a problemática de gênero das produtoras de alimentos para se obter o acesso aos recursos e serviços de forma equitativa;
- a municipalização como estratégia de desenvolvimento e de descentralização das políticas e fortalecimento das organizações comunitárias;
- a viabilização de soluções de baixo custo para problemas de produção e de abastecimento dos produtos básicos de alimentação;
- o fortalecimento do processo democrático de participação e de tomadas de decisões a nível local;
- a geração de tecnologias apropriadas;
- a assistência técnica direcionada e especializada;
- a capacitação de todos os membros das famílias rurais;
- a oferta de formação e/ou profissionalização de todo o público alvo sem distinção de sexo ou qualquer outra discriminação;
- o fomento e o apoio à organização dos produtores;
- a oferta de crédito rural que contemple subsídio explícito à pequena produção;
- a garantia de renda através do estabelecimento de preços mínimos, seguro da atividade agrícola e/ou compra antecipada da produção;
- incentivos ao estabelecimento de microagroindústrias;
- a interiorização oportuna e adequada de informações de mercado e preços.

2. Quanto ao estabelecimento de projeto piloto de desenvolvimento da pequena produção com a perspectiva de gênero

Para se analisar com a devida profundidade a introdução da questão de gênero nos projetos de desenvolvimento da pequena produção, e na busca de resultados que permitam a utilização do "efeito demonstrativo" no convencimento dos responsáveis pelo estabelecimento de políticas públicas, julga-se imprescindível a implementação de um projeto piloto que aborde a questão.

O estabelecimento de um projeto piloto de desenvolvimento da pequena produção deve considerar a incorporação da perspectiva de gênero com a mesma relevância das perspectivas técnico-econômicas e de organização rural.

Esse projeto piloto poderia contemplar entre outros aspectos:

- a seleção de áreas piloto em, no mínimo, três regiões do país com características econômicas e sociais diferenciadas;
- o levantamento criterioso da realidade da área selecionada com o envolvimento da comunidade tanto no reconhecimento e discussão dos problemas quanto no estabelecimento dos projetos a serem desenvolvidos;
- a mobilização das instituições voltadas ao desenvolvimento rural, especialmente, na geração de tecnologias, assistência técnica e extensão rural, formação profissional rural, associativismo, comercialização e crédito;
- a necessária sensibilização e capacitação dos dirigentes e técnicos de todas as instituições envolvidas quanto a incorporação da perspectiva de gênero;
- a priorização do envolvimento de equipes mistas com a perspectiva de gênero;
- a definição da estratégia de disseminação dos resultados alcançados.

Para garantir um projeto piloto dessa natureza são necessários recursos que poderão ser obtidos junto a agentes financiadores internacionais, do Fundo social de Emergência-FSE, da participação dos governos estaduais e, ainda, da Secretaria do Tesouro Nacional.

3. Quanto ao desenvolvimento de nova pesquisa sobre a mulher produtora de alimentos

É necessário explicitar e reconhecer que este estudo teve um caráter exploratório, sem a preocupação com a representatividade estatística da amostra selecionada. E, além disso, o

fato de ter encontrado uma série de dificuldades na sua implementação especialmente na região nordeste.

Considerando:

- a vasta área territorial do país;
- as diferenças econômicas e sociais entre as macro regiões brasileiras;
- a carência de investigações sobre o tema com a abrangência e profundidade requeridas;

É plenamente justificável e necessária a realização de uma nova pesquisa, e outros estudos, no setor da produção de alimentos básicos, a fim de se identificar detalhadamente a participação das mulheres e os problemas por elas enfrentados.

Uma pesquisa dessa natureza deve ser desenvolvida a partir de um modelo amostral com representação estatística previamente definida e abrangência de , no mínimo, uma área representativa de cada uma das cinco macro regiões brasileiras.

É fundamental que se promova a participação do maior número possível de organizações públicas e ONG's, com atuação no meio rural, no desenvolvimento de uma nova pesquisa. Essa ampla participação teria o objetivo central de assegurar o envolvimento, a sensibilização e a conscientização das autoridades e técnicos dessas organizações quanto as questões relativas a gênero e como estas estão interferindo nos resultados dos programas desenvolvidos por essas mesmas organizações.

Necessário se faz a identificação de organismos financiadores para a implementação de uma proposta dessa natureza. Entende-se que, além dos organismos financiadores internacionais, as organizações locais envolvidas podem contribuir para tal.

4. Quanto a disseminação das informações obtidas neste estudo e a discussão do tema mulher produtora de alimentos

Considerando a falta de consciência sobre o papel e a importância que a pequena produção representa para a segurança alimentar do país,

Considerando a necessidade de explicitar e reduzir a discriminação da mulher nas organizações rurais,

Considerando, ainda, a necessidade de difundir informações sobre a importância e formas de participação da mulher na produção agropecuária, bem como suas dificuldades e discriminações,

Julga-se da maior importância o desenvolvimento de uma programação intensiva de disseminação das informações coletadas neste estudo com o objetivo de propiciar o debate sobre o tema e, com isso, sensibilizar e concientizar dirigentes e técnicos sobre a questão de gênero.

Uma programação nesse sentido deve contemplar a realização de seminários em todas as unidades da federação, iniciando-se naquelas em que o estudo foi desenvolvido, e um seminário nacional em Brasília.

É imprescindível que nestes seminários sejam envolvidos, entre outros, representantes dos seguintes órgãos/instituições :

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM;
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar -CONSEA;
- Universidades;
- Ministério da Agricultura do abastecimento e da reforma agrária-MAARA, e suas vinculadas (EMBRAPA, INCRA, CONAB, etc);
- Ministério do Trabalho;
- Ministério do Planejamento;
- Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados;
- Confederação Nacional da Agricultura-CNA;
- Confederação nacional dos trabalhadores na agricultura-CONTAG;
- Organização das cooperativas brasileiras-OCB;
- Agentes financeiros (BNB e BBSA, etc.);
- Organizações não governamentais (ONG's).

Nos estados envolver as Secretarias de Agricultura e suas vinculadas.

5. Quanto a tecnologia apropriada

O programa nacional de pesquisa agropecuária não explicita o desenvolvimento de projetos de geração de tecnologias apropriadas a pequena produção e muito menos a adequação das tecnologias ao uso pela mulher produtora de alimentos.

É importante que se promova seminários em todos os centros nacionais de pesquisa para discutir a importância da pequena produção e a participação da mulher na produção de alimentos, a fim de confrontar com a programação até então desenvolvida pela pesquisa.

Deve-se discutir com a EMBRAPA o desenvolvimento de , no mínimo, um projeto de investigação em cada centro nacional sobre as dificuldades das mulheres quanto a utilização das tecnologias recomendadas por esses centros na sua área de abrangência.

6. Quanto a difusão de tecnologias

A situação brasileira nos anos recentes no âmbito político, econômico e institucional, foi responsável pela desestruturação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Considerando este aspecto, e antes de qualquer outra recomendação, entende-se como de fundamental importância a implementação de programas que permitam a reestruturação desse sistema, notadamente, em algumas regiões.

Entende-se que o sistema de extensão não pode ficar alheio ao papel preponderante da mulher na produção agropecuária. Embora muito lento percebe-se algum início de um processo de mudança nas atividades do sistema dirigidas à mulher rural, porém na maioria das vezes estas estão direcionadas às áreas de saúde, nutrição e educação.

Nas organizações estaduais de assistência técnica e extensão rural que ainda apresentam condições satisfatórias de desenvolvimento de suas atividades há que se implementar com urgência alguns aspectos, tais como :

- sensibilização dos dirigentes e extensionistas para as questões de gênero e sua reeducação quanto a valorização da importante presença da mulher no desenvolvimento de inúmeras tarefas e operações do sistema produtivo;
- inclusão do tema mulher produtora de alimentos nos currículos de pré-serviço adotados pelas EMATER's em todos os estados;
- desenvolvimento de pesquisas sobre a participação da mulher na produção de alimentos e, especialmente, quanto a participação das mesmas nas decisões referentes

a adoção de tecnologias na pequena produção e sua influência nos resultados dos programas de difusão que vem sendo implementados;

- intensificação da utilização de equipes mistas (de ciências agrárias) voltadas aos aspectos produtivos;
- desenvolver metodologias que permitam visualizar melhor a participação da mulher nos aspectos produtivos da pequena produção e, em consequência, estabelecer estratégias adequadas ao seu alcance;
- produção de materiais informativos e instrucionais dirigidos ao público rural que atendam a questão de gênero, ou seja, sem discriminar a mulher;
- desenvolver no extensionista uma visão ampla em relação a problemática vivenciada pelas famílias rurais, ou seja, não somente focar os aspectos produtivista mas também os comerciais, organizativos, sociais, etc., considerando sempre o grupo familiar e não o homem;
- a difusão de novas tecnologias deve considerar a necessidade de integrar a mulher no processo produtivo promovendo a igualdade de oportunidades desde as decisões a serem tomadas até as ações a serem executadas.

7. Quanto a formação profissional rural

A formação profissional rural assume um papel cada vez mais relevante junto ao público rural (trabalhadores e produtores), pela elevada necessidade e anseio de qualificação para o trabalho como instrumento viabilizador da travessia de momentos difíceis de desemprego e subemprego que, de forma preocupante toma conta de algumas regiões.

Sem dúvida, a desqualificação técnica e cognitiva verificada no meio rural em geral e, na pequena produção, em especial, representa um dos principais problemas que devem enfrentar tanto o sistema de educação formal, como as instituições de formação profissional rural.

O êxodo rural, é considerado um fenômeno irreversível e inevitável, e o que se pode fazer é tentar reduzir a velocidade de saída do produtor do campo. Uma das maneiras é através da formação profissional rural proporcionar o desenvolvimento de comunidades onde o trabalho é fator de economia e de integração social. Outra forma seria através da qualificação do agricultor proporcionar meios de melhorar a produtividade da sua força de trabalho produzindo mais e melhor por unidade de área.

No entanto, é imperativo que as instituições de formação profissional rural repensem com muita profundidade sobre os novos rumos a serem perseguidos e busquem adaptar-se

convenientemente a realidade que hoje se impõe no mundo produtivo e no mercado de trabalho do meio rural.

Assim, acredita-se que programas de educação não formal, como os de formação profissional rural, devem incluir medidas de ação positiva para propiciar às jovens e às mulheres rurais oportunidades de melhoria das suas condições de vida e de acesso a trabalhos não tradicionais, com especial ênfase na transformação da produção, artesanatos e técnicas agropecuárias. A alteração dos atuais programas de formação profissional, estereotipados com base no sexo, será importante para a melhoria das condições de vida do grupo familiar rural e, em especial, das mulheres. A formação profissional ofertada para as mulheres deve estar contextualizada nas políticas de modernização do meio rural.

Para isto acredita-se que as instituições de formação profissional rural devem preocupar-se com:

- a capacitação dos docentes quanto a perspectiva de gênero logo por ocasião da seleção e recrutamento dos mesmos;
- a constituição de um sistema de documentação e informação a respeito de mão-de-obra e mercado de trabalho, facilitando a tomada de decisões nesta área;
- a disseminação junto aos empregadores da importância da valorização da mão-de-obra qualificada e da perspectiva de gênero;

8. Quanto ao financiamento da pequena produção

Existe uma grande concordância de que o crédito rural foi um dos principais instrumentos de promoção da modernização da agricultura brasileira.

Entretanto, de forma bastante simplificada pode-se dizer que esse crédito altamente subsidiado foi utilizado por médios e, primordialmente grandes produtores, para tecnificar rapidamente suas propriedades voltadas prioritariamente para produtos de exportação.

Os pequenos produtores, proprietários ou não, ficaram à margem desses benefícios e foram empurrados para terras distantes e menos férteis.

Assim, para garantir a permanência produtiva da pequena produção familiar no meio rural, diminuir o êxodo e aumentar a produção de alimentos básicos, deve-se estabelecer um programa de crédito baseado em critérios distintos daqueles empregados até então.

Os dados obtidos neste estudo demonstraram que o potencial produtivo da pequena unidade de produção não está sendo explorado na sua totalidade pela impossibilidade de obtenção de

financiamentos em função dos elevados riscos para o produtor em função da política adotada atualmente.

Para viabilizar o potencial produtivo da pequena produção e corrigir as distorções provocadas pelo sistema creditício nos últimos trinta anos, recomenda-se :

- implementação de uma linha de crédito especial e específica para pequenos produtores com subsídios explícitos e condições diferenciadas;
- criar linha de crédito também específica para financiar grupos de produtores organizados em associações formalizadas ou não (condomínios rurais, etc.) com a finalidade proporcionar a aquisição de máquinas e equipamentos;
- voltar ao sistema de encargos préfixados e adotar a "equivalência produto";
- assegurar recursos permanentes para custeio, investimentos e comercialização, através da criação de um fundo a nível do Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária. Os recursos para esse fundo poderiam advir das seguintes fontes:
 - . caderneta de poupança rural;
 - . incentivos fiscais;
 - . depósitos compulsórios;
 - . empréstimos externos;
 - . orçamento fiscal.
- não condicionar a concessão do crédito à posse da terra;
- não discriminar o público rural tomador do crédito por sexo ou qualquer outra forma.

9. Quanto ao apoio a microagroindústria

Inúmeros são os problemas identificados no meio rural em geral e na pequena produção, em especial, a respeito da comercialização dos produtos in natura. Vários estudos demonstraram o expressivo índice de perdas de produtos agrícolas na pós-colheita por uma série de fatores, entre eles identifica-se a dificuldade de processamento dos mesmos a nível de propriedade ou comunidade.

É importante considerar-se que a tecnologia agroindustrial é poupadora de produtos, ou seja, reduz os desperdícios que existiriam entre a produção e o consumo caso esta não fosse

processada. Além disso, permite ao pequeno produtor agregar valor aos produtos a nível de produção, estocar com mais facilidade e, geralmente, obter maiores preços pelos produtos em função de melhores oportunidades de comercialização.

No entanto, inexistem qualquer programa de apoio a pequenas agroindústrias rurais. Existe sim um sem número de entraves a sua implantação a partir da madrastra legislação vigente.

É, portanto, imprescindível e urgente a formulação de uma ação coordenada a nível nacional pelo Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária em apoio a implantação de microagroindústrias rurais.

O principal objetivo dessa ação seria o estabelecimento de um programa de apoio a microagroindústria rural que considerasse o potencial da mão-de-obra existente no meio rural, a disponibilidade de matéria-prima e o mercado existente, respeitando o meio ambiente e as vantagens comparativas microregionais.

Há que se considerar que um programa desta natureza viria contribuir sobremaneira para facilitar o esforço já despendido pela mulher rural na incipiente e desorganizada indústria rural caseira.

Para a concretização deste programa deve-se considerar entre outros aspectos os seguintes:

- constituir no Ministério da agricultura um núcleo responsável pela coordenação do programa;
- estabelecer uma legislação adequada a situação da pequena produção como incentivo e o fortalecimento das mesmas para a implantação de microagroindústrias rurais;
- realizar a fiscalização sanitária e o controle de qualidade dos produtos oriundos das microagroindústrias de origem animal e vegetal;
- promover a capacitação e formação da mão-de-obra envolvida no setor agroindustrial;
- ampliar e melhorar as infraestruturas de apoio (laboratórios, energia, armazéns, estradas, etc.)
- promover a geração e a difusão de tecnologias agroindustrial;
- assegurar o apoio creditício para fomento, investimento, custeio e comercialização;
- implementar uma legislação fiscal e tributária adequada;
- formar extensionistas agroindustriais para assistir adequadamente o público interessado;

- apoiar a divulgação na mídia dos produtos oriundos das microagroindústrias;

Para a implementação do programa há necessidade de se contar com recursos financeiros que poderão advir dos orçamentos da união, estados e municípios, complementados ajudas de:

- . Nações Unidas (FAO, UNIDO, FIDA)
- . Fundações, por exemplo, Kellogs;
- . BID, BIRD, IICA;
- . Outros.

Quanto a recursos financeiros destinados a custeio, investimentos, comercialização, etc. podem ser priorizados os existentes no Fundos Constitucionais.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, N. (Coord.). 1984. Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas. Rio de Janeiro, Petrópolis, Ed. Vozes.
- ALTAFIN, I.G.; CAMARGO, A. 1990. A pequena produção rural nos anos 90. Brasília, EMBRATER/OIT/FPH.
- ALVES, E.R. DE A.; PASTORE, J. 1975. Uma nova abordagem para a pesquisa agrícola no Brasil. SOBER. 22 p.
- _____. 1984. O futuro do sistema cooperativo de pesquisa agropecuária brasileiro. Brasília, EMBRAPA. 19 p.
- _____.; CONTINI, E. 1988. A modernização da agricultura brasileira. Brasília, EMBRAPA.
- _____. 1988. Pobreza rural no Brasil: Desafio da extensão e da pesquisa. 4 ed. Brasília, Bra., CODEVASE. 79 p.
- BARROS, W.A. DE O. 1983. Tecnologia apropriada e desenvolvimento rural. Brasília, Bra., SENAR-MT.
- A TRANSFERÊNCIA DE tecnologia e o pequeno agricultor. 1980. J. Diaz Bordenave (Org.). Brasília, Bra., IICA.
- CARVALHO, H.M. DE. 1986. A tecnologia agrícola e o pequeno produtor rural. Curitiba. (Mimeo).
- CARVALHO, J.C.M. DE. 1992. O desenvolvimento da agropecuária brasileira: Da agricultura escravista ao sistema agroindustrial. Brasília, Bra., EMBRAPA-SPI.
- CIOSL (CONFERAÇÃO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS LIVRES CIOSL. 1988. As mulheres que trabalham: Políticas e programas CIOSL.
- CNDM (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER). 1986. A legislação e o trabalho feminino: Um estudo comparado. In Mulher & Trabalho no. 4. Brasília, Bra.
- _____. 1986. Suas reivindicações na última década 1976-1986. In Mulher & Trabalho no. 2. Brasília, Bra.
- CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO). 1993. Conjuntura agropecuária: Informativos semanais de 1993. Brasília, Bra., DIPLA.

- CONGRESSO NACIONAL DE MULHERES RURAIS (1.).** 1986. Brasília, Bra., EMBRATER.
- CHONCHOL, J.** 1987. O desafio alimentar: A fome no mundo. Trad. por A. Cheuiche. São Paulo, Marco Zero.
- ELEMENTOS SOCIO demográficos e programas governamentais dirigidos à mulher rural brasileira.** D.M Fonseca (Coord.). Brasília, Ministério da Agricultura. 27 p.
- EMBRAPA (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA).** 1985. A nova República e o papel da pesquisa agrícola. Brasília, Bra. 40 p.
- _____. 1989. A EMBRAPA e o desafio alimentar nos anos 90. Brasília, Bra., EMBRAPA-DPL. 19 p.
- _____. 1989. Subsídios para a formulação de uma política científica e tecnológica para agropecuária dos anos 90. Brasília, Bra., EMBRAPA-DPL. 15 p.
- EMBRATER (EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL).** 1988. O sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural (o sistema EMBRATER): Desempenho operacional. Folheto. Brasília. 8 p.
- EPAGRI (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA S.A.).** 1993. Relatório EPAGRI ano 1. Florianópolis, Bra. 39 p.
- FAGUNDES, M.H.** 1987. Comentários sobre o crédito rural no Brasil e sua evolução recente. Brasília, Bra., Ministério da Agricultura, CFP. 180 p.
- _____. 1987. Comentários sobre o crédito rural: Uma proposta de simplificação. Brasília, Bra., Ministério da Desburocratização. 79 p.
- FAO (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION).** 1985. La función de la mujer en la producción agrícola. Roma.
- _____. 1986. Urgente: Una política de promoción integral de la mujer rural. Oficina Regional para a América Latina y el Caribe. Série Desarrollo rural no. 3.
- _____. 1987. La extensión agrícola: Manual de consulta. Roma.
- _____. 1991. Experiencias de mercadeo de pequenos agricultores en el marco de proyectos de desarrollo rural integrao: Estudios de caso en países de America Laitna. Roma.

- FIGUEIREDO, R.P. DE. 1977. Agricultura do nordeste: Estudo sobre fatores explicativos dos seus baixos níveis de emprego e renda. Brasília, Bra., EMBRATER.**
- FLORES, M.X. 1991. O desenvolvimento rural e o setor público agrícola: A questão tecnológica e uma agenda para o entendimento. Brasília, Bra., EMBRAPA-SEA. 23 p.**
- _____. 1991. Projeto EMBRAPA: A pesquisa agropecuária rumo ao século XXI. Brasília, Bra., EMBRAPA-SEA. 38 p.
- FONSECA, D.M. 1988. A mulher rural brasileira e suas condições de vida. Brasília, Ministério da Agricultura. 18 p.**
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1989. Anuário estatístico do Brasil 1989. Rio de Janeiro.**
- _____. 1992. Anuário estatístico do Brasil 1992. Rio de Janeiro.
- GABRIEL, L. 1970. A extensão rural no Brasil. Rio de Janeiro. 130 p. (Mimeo).**
- IICA (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. 1982. Participação dos pequenos agricultores na produção de alimentos. Brasília, Bra.**
- _____. 1992. Indicadores sócio-econômicos e políticas setoriais do MERCOSUL. Brasília, Bra. 205 p.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA; INSTITUTO CEPA/SC. 1993. Informações agrícolas de Santa Catarina. Florianópolis, Bra.**
- KAGEYAMA, A.A.; SILVA, J.F.G. 1982. Produtividade e progresso técnico na agricultura. Campinas, Bra., UBRICAMP. 36 p. (Mimeo).**
- LACKI, P. 1992. Desarrollo agropecuario: De la dependencia al protagonismo del agricultor. 2 ed. Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe.**
- MARA (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA); IICA (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA). 1992. Brasil: Agenda estratégica para o setor agropecuário. Brasília.**

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1986. Diretrizes para uma política agrícola nacional ano 2000 (resultados de debates com a sociedade). Brasília, Bra. 102 p.
- MINISTÉRIO DE ASSUNTOS SOCIALES. 1993. Mulheres latinoamericanas: Em dados. Santiago, Chile, Instituto de la Mujer, FLACSO.
- MORANDINI, I.A. 1985. Fatores relacionados à eficiência econômica dos produtores de batata. Contenda, PR. Santa María, Bra., UFSM.
- OIT (ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO). 1988. Las mujeres en un mundo en cambio: Un decenio de acción. In Mujer y trabajo. Madrid, Ministério de Cultura, Instituto de la Mujer.
- OLINGER, G. 1985. Política agrária. Brasília, Bra., EMBRATER. 38 p.
- OLIVEIRA, M.M. 1988. A utopia extensionista: Ensaio e notas. Brasília, Bra., EMBRATER.
- PADILHA, R. 1984. A extensão rural no Brasil. Brasília. 26 p.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 1990. Plano plurianual 1991/95. Brasília, Bra., Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- _____. 1990. A política brasileira de ciência e tecnologia: 1990/95. Brasília, Bra., Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- RAMOS, I.M. 1993. A mulher no mercado de trabalho brasileiro. Brasília, Ministério do Trabalho e da Administração. (Mimeo).
- SAMPAIO, Y. (Coord.). 1979. Política agrícola no nordeste: Intenções e resultados. Brasília, BINAGRI.
- SANTOS J.R.M. DOS; RAMOS, F. 1987. Crédito rural: Uma proposta de simplificação. Brasília, Bra., Ministério da Desburocratização. 79 p.
- SCHLOTTFELDT, C.B. (Coord.). 1989. Considerações sobre a lei agrícola. Brasília, Bra., EMBRATER.
- SILVA, A.F.A. DA. 1978. O crédito rural como fator de fomento à agropecuária. Araxá, MG. 72 p.
- SILVA, J.G. DA. (Coord.). 1982. Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro. Campinas, UNICAMP/IICA. 42 p. (Mimeo).

- SOUSA, I.S.F. DE *et al.* Relatório da Comissão de Análise de Alternativas de Coordenação do SIBRATER. Brasília, EMBRAP. 29 p. (Mimeo).
- SPINDEL, C.R.; JAQUETTE, J.; CORDINI, M. 1984. A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: Estudos sobre a América Latina. Brasília, Bra., IICA.
- _____.; CUPERTINO, M.A.; REDKO, C. 1988. Estudo sobre a situação da mulher na agricultura e o desenvolvimento rural. Brasília, Bra., Ministério da Agricultura. Documento no. 1.
- STEELE, H.L.; VERA FILHO, F.; WELSH, R.S. 1971. Comercialização agrícola. Rio de Janeiro, Bra., USAID.
- SUAREZ, M.; LIBARDONI, M. 1992. Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: Uma perspectiva de gênero. Brasília, Bra., IICA. 218 p.
- TOSCANO, M.; ANASTASSAKIS, I.; LINS, V. 1983. Mulher rural: Contribuição ao estudo da situação da mulher no campo. In Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (34). Campinas, Bra. 33 p.

QUADROS

Quadro 1. Participação feminina na pea por setor de atividade.

Setor atividade	1970		1980	
	PEA Total	% Mulheres	PEA Total	% Mulheres
Setor Primário (Agropecuário)	13.090.358	9.6	12.661.017	12.7
Setor Secundário (Indústria)	5.295.427	12.0	10.772.463	16.6
Setor Terciário (Com./Serviços)	11.171.439	38.2	18.838.046	43.1

Fonte: FIBGE.

**Quadro 2. População rural e urbana no Brasil -1940/91
(em milhões).**

População	1940	1950	1960	1970	1980	1991*
Rural	28.356 68.76%	33.161 63.85%	39.987 54.92%	41.603 44.03%	38.566 32.40%	36.042 24.53%
Urbana	12.880 31.24%	18.782 36.15%	32.004 45.08%	52.904 55.97%	80.436 67.60%	110.876 75.47%
Total	41.236	54.944	70.992	94.508	119.002	146.918

Fonte: Censos Demográficos- IBGE.

(*) Em 1º-09-1991 (resultados preliminares)

Quadro 3. População total e população rural- Santa Catarina.

Anos	População total (1.000 hab.)	População rural (1.000 hab)	%
1960	2.129	1.441	67.7
1970	2.902	1.656	57.1
1980	3.628	1.474	40.6
1991	4.538	1.333	29.4
2000	5.184	1.140	22.0

Fonte: IBGE.

Quadro 4. Produção animal em Santa Catarina - 1992.

Produtos	Unidade	Quantidade
Bovinos	mil cabeças	350.0
Suínos	mil cabeças	5.422.7
Aves	milhões de cab.	402.8
Leite de vaca	mil litros	661.036.0 (1)
Mel de abelha	mil kg	5.349.7 (1)
Ovos	mil dúzias	104.944.0 (1)
Pescado	toneladas	82.441.0

Fonte: MAARA/SIP-SC, INSTITUTO CEPA/SC, IBGE
(1) Dados de 1991.

Quadro 5. Principais culturas de Santa Catarina - 1992.

Produtos	Área plantada (ha)	Produção (t)
Alho	4.146	23.896
Arroz(irrig. + seq.)	150.949	689.108
Banana	31.761	444.500
Batata	19.706	190.761
Cana de açúcar	17.578	873.532
Cebola	29.843	309.766
Feijão	390.310	370.377
Fumo	108.678	198.210
Maçã	13.635	240.000
Mandioca	56.777	1.017.929
Milho	1.087.255	3.261.000
Soja	205.277	367.364
Trigo	73.599	108.267
Uva	4.074	56.630

Fonte: IBGE, INSTITUTO CEPA/SC

Quadro 6. População total e população economicamente ativa (PEA) - Ceará 1970/91.

Discriminação	1970		1980		1991 (*)	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
Popul. Total	4.36	100.0	5.29	100.0	6.36	100.0
Popul. Urbana	1.78	40.8	2.81	53.1	4.16	65.4
Popul. Rural	2.58	59.2	2.48	46.9	2.20	34.6
PEA Total	1.25	100.0	1.71	100.0	2.12	100.0
PEA Agricult.	0.75	60.0	0.74	43.3	0.74	34.9
PEA Industrial	0.16	12.8	0.31	18.1	0.53	25.0
PEA Serviços	0.34	27.2	0.66	38.6	0.85	40.1

Fonte: FIBGE- Censo demográfico

(*) Anuário Estatístico /92

Quadro 7. Área plantada e produção dos principais produtos agropecuários - Ceará, safra de 1989.

Produtos	Área plantada (ha)	Produção (t)
Arroz	68.194	146.228
Feijão	544.494	119.208
Mandioca	112.755	980.691
Milho	523.211	236.001
Leite	---	225.459.000 (l)
Ovos	---	104.263.000 (dz)

Fonte: FIBGE- Anuário Estatístico do Brasil/1992.

Quadro 8. Paraná - ocupação e uso das terras - 1980.

Discriminação	Área (ha)	(%)
Área total do estado	19.955.400	100
1. Área de lavouras	6.782.425	34
2. Área de pastagens	5.520.218	28
3. Área de matas e florestas	2.598.608	13
4. Área produtiva não utilizada	602.528	3
5. Recursos Hídricos	755.090	4
6. Rodovias e ferrovias	461.997	2
7. Área urbana	503.963	2
8. Outras áreas não especificadas	2.730.171	14

Fonte: SEAB-PR /DERAL/CEPA-PR.

Quadro 9. Paraná x Brasil - população 1940/90 (em mil habitantes).

Ano	Paraná (a)	Brasil (B)	A/B
1 940	1.236	41.236	3,0%
1 950	2.115	51.944	4,1%
1 960	4.296	70.992	6,1%
1 970	6.930	94.508	7,3%
1 980	7.630	119.061	6,4%
1 990	8.443	147.305	5,7%

Fonte: FIBGE.

Quadro 10. População urbana e rural -Paraná - 1960/91 (em mil habitantes).

População	1960	(%)	1970	(%)	1980	(%)	1991	(%)
Total	4.268	100	6.930	100	7.629	100	8.443	100
Urb.	1.306	30,6	2.504	36,1	4.473	58,6	6.193	73,4
Rural	2.962	69,4	4.425	63,9	3.157	41,4	2.250	26,6

Fonte: FIBGE (dados arredondados).

Quadro 11. Área plantada e produção de alimentos básicos - Paraná - 1989.

Produtos	Área (ha)	Produção (t)
1. Arroz	161.370	295.698
2. Batata	39.572	502.158
3. Feijão	528.741	223.031
4. Mandioca	80.695	1.623.026
5. Milho	2.147.364	5.296.080
6. Leite	--	1.134.165.000 (L)
7. Ovos	--	215.807.000 (dz)

Fonte: SEAB-PR/DERAL/CEPA-PR.

Quadro 12. Tipos de insumos e equipamentos agropecuários e seu uso diferenciado por gênero na unidade produtiva, Brasil - 1993.

Insumos/Equipamentos	Homem	Mulher**
INSUMOS		
Grãos para plantio	sim	21.58%
Sementes melhoradas	sim	25.40%
Calcário	sim	22.08%
Adubo orgânico	sim	22.29%
Fertilizante químico	sim	25.14%
Agrotóxicos	sim	11.61%
Medicam. veterinários	sim	21.13%
Sal comum	sim	37.36%
Sal mineral	sim	36.11%
Vacinas	sim	22.30%
EQUIPAMENTOS		
Trator	sim	6.20%
Microtrator	sim	2.00%
Veículos(caminhão)	sim	3.15%
Colhedeira	sim	2.42%
Semeadeira	sim	3.15%
Equip. de irrigação	sim	1.26%
Debulhador de grãos	sim	9.63%
Bomba d'água	sim	4.58%
Pulveriz. tratorizado	sim	2.21%
Pulverizador costal	sim	9.36%
Picador de forragem	sim	6.73%
Misturador de ração	sim	1.05%
Ordeneira	sim	0.63%
Classificador	sim	2.50%
Arado tração animal	sim	9.15%
Estufas (plástico)	sim	1.00%
Balanças	sim	15.57%
Ferramentas diversas*	sim	56.00%
Prensa	sim	23.00%
Tachos para cozimento	sim	24.83%
Centrífuga	sim	0.50%
Equip. de pasteurização	sim	0.50%

* Ferramentas diversas = enxada, enxadao, pás, ancinho, foice, tesouras de poda, facões, etc.

** Porcentagem de mulheres entrevistadas que afirmaram usar os insumos e os equipamentos.

Quadro 13

Contribuição relativa da Mulher rural nas tarefas AGRÍCOLAS na unidade produtiva

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Atividades Agrícolas *										Total	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Mulher	
SC	2,0%	2,0%	6,0%	4,0%	2,0%	0,0%	10,0%	12,0%	20,0%	78,0%	50	
PR	8,0%	4,0%	8,0%	2,0%	0,0%	2,0%	4,0%	20,0%	30,0%	46,0%	50	
CE	5,0%	5,0%	18,0%	5,0%	0,0%	0,0%	17,0%	9,0%	73,0%	83,0%	100	
Total	5,0%	4,0%	12,5%	4,0%	0,5%	0,5%	12,0%	12,5%	49,0%	72,5%	200	

* Atividades

- 1 – Limpeza da área
- 2 – Preparo do solo
- 3 – Semeadura
- 4 – Tratos culturais
- 5 – Aplicação de agrotóxicos

- 6 – Irrigação
- 7 – Colheita

- 6 – Preparo de produtos
- 9 – Transformação Primária
- 10 – Cuidar da horta

Fonte: Pesquisa Ago/93

Quadro 14

Contribuição relativa da Mulher rural nas tarefas PECUÁRIAS na unidade produtiva

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Atividades Pecuárias \1									Total Mulher
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
SC	2,0%	20,0%	8,0%	2,0%	20,0%	30,0%	16,0%	14,0%	10,0%	50
PR	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	8,0%	14,0%	10,0%	18,0%	8,0%	50
CE	0,0%	12,0%	1,0%	0,0%	2,0%	2,0%	2,0%	1,0%	3,0%	100
Total	0,5%	18,0%	2,5%	0,5%	8,0%	12,0%	7,5%	8,5%	6,0%	200

\1 – Atividades

- 1 – Formação de pastagens
- 2 – Alimentação de animais
- 3 – Aplicação de medicamentos
- 4 – Limpeza das instalações
- 5 – Manejo dos animais

6 – Cuidado das crias

- 7 – Marcação
- 8 – Buscar animais
- 9 – Tirar leite

Quadro 15

Uso relativo de alguns insumos nas unidades produtivas

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

I N D I C A D O R E S	U. F.			TOTAL
	SC	PR	CE	
Adubo organico	91,7%	61,7%	89,6%	83,4%
Adubo quimico	91,7%	78,7%	1,0%	42,5%
Agrotóxico	79,2%	72,3%	1,0%	37,8%
Calcarío	91,7%	70,2%	2,0%	40,9%
Med. Veterinario	97,9%	78,7%	3,1%	45,1%
Sal comum	95,8%	78,7%	10,2%	46,2%
Sal mineral	91,7%	68,1%	2,0%	40,4%
Semente melhorada	95,8%	80,9%	5,1%	46,1%
Semente propria	43,8%	53,2%	94,9%	72,0%
Vacina	100,0%	85,1%	2,0%	46,6%

* Percentual relativo a quantidade de unidades produtivas pesquisadas:

SC - 50 questionários

PR - 50 questionários

CE - 100 questionários

Fonte: Pesquisa Ago/93

Quadro 16

Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

INDICADORES	U. F.			TOTAL
	SC	PR	CE	
Administ./Contabilidade	48,0%	10,6%	0,0%	14,9%
Aprieco - Caprino	6,0%	10,6%	2,0%	5,1%
Cerca elétrica	52,0%	23,4%	0,0%	19,0%
Concentrado p/ animal	74,0%	36,2%	0,0%	27,7%
Conservação do solo	76,0%	57,4%	0,0%	33,3%
Correção do solo - calcarlo	92,0%	70,2%	2,0%	41,5%
Esterqueira	2,0%	0,0%	0,0%	0,5%
Irigação	22,0%	6,4%	0,0%	7,2%
Mecanização	72,0%	61,7%	0,0%	33,3%
Ordenhadeira	10,0%	6,4%	1,0%	4,6%
Paio / Silo	66,0%	40,4%	79,6%	67,2%
Pastagem/Forrag. artífic.	70,0%	27,7%	0,0%	24,6%
Raca melhorada	66,0%	40,4%	0,0%	26,7%
Reserv. água com sistema	38,0%	25,5%	78,6%	55,4%
Sementes/Mudas melhoradas	66,0%	76,6%	0,0%	40,5%
Silagem/Feno	36,0%	21,3%	0,0%	14,4%
Uso adeq. agrotóxico	58,0%	57,4%	0,0%	28,7%
Vacinação	96,0%	80,9%	3,1%	45,6%

* Percentual relativo a quantidade de unidades produtivas pesquisadas:

SC - 50 questionários

PR - 50 questionários

CE - 100 questionários

Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

INDICADORES	U. F.			TOTAL
	SC	PR	CE	
Arado (animal)	76,0%	70,2%	16,3%	44,6%
Balanca	66,0%	42,6%	0,0%	27,2%
Bomba d'agua	32,0%	36,2%	5,1%	19,5%
Caminho	24,0%	38,3%	0,0%	15,4%
Centrifuga	8,0%	0,0%	0,0%	2,1%
Classificador	2,0%	0,0%	0,0%	0,5%
Colhedora	28,0%	19,1%	0,0%	11,8%
Debulh. milho	66,0%	34,0%	4,1%	27,2%
Equip. Irrigacao	14,0%	10,6%	0,0%	6,2%
Equip. Pasteur.	2,0%	0,0%	0,0%	0,5%
Estufa (plastico)	8,0%	10,6%	0,0%	4,6%
Ferramenta	100,0%	91,5%	100,0%	97,9%
Micro Trator	30,0%	8,5%	0,0%	9,7%
Mist. racao	16,0%	0,0%	2,0%	5,1%
Ordenhadeira	8,0%	4,3%	0,0%	3,1%
Picador forragem	70,0%	21,3%	0,0%	23,1%
Prensa	40,0%	17,0%	1,0%	14,9%
Pulver. costal	92,0%	66,0%	12,2%	45,6%
Pulver. tratorizado	18,0%	25,5%	0,0%	10,8%
Semeadeira	32,0%	29,8%	0,0%	15,4%
Tacho p/ cozimento	84,0%	61,7%	71,4%	72,3%
Trator	66,0%	55,3%	0,0%	30,3%

* Percentual relativo a quantidade de unidades produtivas pesquisadas:

SC - 50 questionários

PR - 50 questionários

CE - 100 questionários

Quadro 18

Número relativo de mulheres rurais quanto a capacitação técnica e origem da assistência

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

U.F.	Total de Mulheres	Receberam Capacitação		Origem da Assistência *														
		Não		+ de 2		01		02		03		04		05		06		
		1 evento	2 eventos	1 evento	2 eventos	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	
SC	50	34,0%	10,0%	22,0%	2	3,3%	0	0,0%	2	3,3%	0	0,0%	0	0,0%	40	66,7%	16	26,7%
PR	50	42,0%	22,0%	28,0%	5	7,4%	2	2,9%	1	1,5%	2	2,0%	54	79,4%	4	5,9%		
CE	100	98,0%	0,0%	0,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	50,0%
Total	200	68,0%	8,0%	12,5%	7	5,4%	3	2,3%	3	2,3%	2	1,5%	94	72,3%	21	16,2%		

- * Origem de Assistência
 01 - Técnicos Particulares
 02 - Técnicos de escolas / Universidades
 03 - Técnicos de Cooperativas
 04 - ONG's
 05 - EMATER
 06 - Outros

Fonte: Pesquisa Ago/83

Quadro 19. Produção e vendas de máquinas agrícolas no Brasil.

Ano	Produção	Vendas Internas
1987	61.475	51.152
1988	50.231	38.571
1989	42.595	35.007
1990	32.338	27.413
1991	21.392	18.186
1992	21.414	16.160

Fonte: ANFAVEA/93.

Quadro 20. Evolução da oferta e demanda de milho no Brasil.

Discriminação	90/91	91/92	92/93	93/94
OFERTA				
Estoque inicial	1.240	823	2.494	1.961
Produção	23.437	29.164	27.800	29.500
Importação	674	415	800	?
Disponib. interna	25.351	30.402	31.094	?
CONSUMO				
Humano	300	320	375	375
Industrial	3.285	3.750	4.120	4.120
Animal	20.075	23.186	23.721	24.128
Res./Sem./ perdas	868	652	1.035	420
Estoque final	823	2.494	1.961	?

Fonte: CONAB.

Quadro 21. Produção de raiz de mandioca no Brasil (em 1.000 t).

Ano	Brasil	Nordeste	Centro-SUL	Norte
1963	22.248.6	9.122.4	11.858.3	2.267.9
1970	29.464.3	12.238.2	15.870.6	1.355.5
1971	30.229.2	12.788.8	15.851.9	1.588.5
1980	23.465.6	13.324.4	7.493.5	2.647.7
1983	21.847.9	10.651.0	7.847.7	3.349.2
1984	21.466.2	10.530.8	7.337.7	3.597.7
1985	23.124.8	11.261.8	8.107.7	3.755.3
1988	21.611.5	10.248.9	6.764.3	4.598.3
1991	24.530.8	12.005.9	8.063.6	4.461.3
1992	21.810.7	10.059.9	7.716.3	4.034.5
1993(*)	23.149.9	9.738.6	8.757.7	4.653.6

Fonte: FIBGE/LSPA

(*) última estimativa disponível em 09/93.

Quadro 22. Brasil: pequenas agroindústrias alimentares rurais.

Ramo Agroindustrial	No. de Unidades Existentes	Produção Toneladas	Produção 1000 litros
Arroz	243.820	164.372	
Café	46.423	323.681	
Cana-de-Açúcar			
- Aguardente	13.956		45.135
- Melado	95.338		20.782
- Rapadura	49.701	95.615	
Leite			
- Creme	17.761	1.516	
- Manteiga	66.410	3.915	
- Queija/ Requeijão	299.323	105.745	
Mandioca			
- Farinha	471.243	1.548.342	
- "Goma"	90.530	40.996	
Milho			
- Farinha (Fubá)	57.002	122.788	
Açai/xarope	2.783		3.536
Frutas			
- Pastas	11.899	1.124	
Cajo			
- Castanha	11.272	2.552	
Palmito	12.360	199.762	
Dendê			
- Azeite	1.064		2.336
Uva			
- Vinho/Suco	46.956		42.792
Suíno			
- Banha	1.019.534	93.742	
- Embutidos	304.488	14.435	
- Toucinho	298.036	257.270	
Carnes	1.501.024		
Fump / Rolo	27.149	20.130	
Borracha coagulada	95.015	54.863	
Carnaúba			
- Cera	2.754	2.364	
- Pó de palha	1.933	2.948	
- Óleo	1.142	5.432	
Carvão vegetal	310.185	2.386.726	
Couros/peles	333.706	9.458	
Total	5.432.807	6.662.388	114.581

Fonte: Censo Agropecuário do Brasil. 1985 - FIBGE.

Unidades Produtivas – tipo de propriedade quanto ao destino da produção

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Subsistência	Subsistência + Venda Excedente	Comercializa a maior parte	Total *
SC	2 4,0%	19 38,0%	29 58,0%	50
PR	0 0,0%	20 40,8%	29 59,2%	49
CE	64 65,3%	34 34,7%	0 0,0%	98
Total	68 33,5%	73 37,1%	58 29,4%	197

* Número de questionários respondidos quanto ao destino de produção

Fonte: Pesquisa Ago/83

Quadro 24

Número relativo de mulheres que possuem informações sobre mercados e preços

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Total de Mulheres	Tipos de Informações *						
		01	02	03	04	05	06	07
SC	50	86,0%	76,0%	34,0%	10,0%	76,0%	64,0%	74,0%
PR	50	92,0%	74,0%	58,0%	8,0%	76,0%	62,0%	70,0%
CE	100	13,0%	18,0%	2,0%	3,0%	34,0%	8,0%	11,0%
Total	200	51,0%	46,5%	23,5%	6,0%	55,0%	35,5%	43,0%

* Tipos de informações

01 – Diz conhecer a EMBALAGEM que dá mais valor ao produto

02 – Diz conhecer o PREÇO praticado no MERCADO LOCAL

03 – Diz conhecer o PREÇO praticado em OUTROS MERCADOS (alternativos)

04 – Recebe BOLETINS com informações de MERCADOS e PREÇOS

05 – Ouve sobre informações de MERCADOS e PREÇOS pelo RÁDIO

06 – Diz saber a DIFERENÇA entre os PREÇOS recebidos pelos produtores

e aqueles pagos pelos consumidores

07 – Diz saber a MELHOR ÉPOCA para comercializar a VENDA de seus produtos

Fonte: Pesquisa Ago/93

QUADRO 25. Indicação relativa da responsabilidade pela tomada de decisões na pequena unidade produtiva. Brasil(SC-PR-CB)/1993.

Aspectos de Decisão	H*			SC			PR			CB		
	H	M	F	H	M	F	H	M	F	H	M	F
O que e quando plantar	13,4	4,5	22,4	30,0	6,0	58,0	6,0	4,0	83,8	7,1	5,1	5,1
Compra de máq. e equipam.	25,0	3,3	23,3	41,3	6,5	45,7	6,5	1,6	95,1	0,0	3,3	3,3
Tipos e quant. de insumos	40,0	3,3	21,7	58,3	4,1	31,3	6,3	3,5	94,7	0,0	1,8	1,8
Animais p/comprar e criar	14,5	3,2	21,0	19,1	9,5	71,4	0,0	7,4	73,5	14,7	4,4	4,4
Efetuar financiamento	16,4	3,6	18,2	30,2	9,3	60,5	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Quanto financiar	17,6	2,0	19,6	41,2	5,9	53,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Ir ao banco	50,0	5,8	11,5	52,4	7,1	35,7	4,8	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Anotar receitas/despesas	14,6	19,5	21,9	35,3	23,5	41,2	0,0	16,7	50,0	16,7	16,6	16,6
Produtos a vender	16,3	6,5	20,8	20,8	12,5	62,5	4,2	5,3	75,4	17,5	1,8	1,8
Quantidade a ser vendida	18,0	3,3	21,3	29,2	10,4	58,3	2,1	2,0	81,6	14,3	2,1	2,1
Lugar de venda	25,0	3,6	21,4	29,2	6,3	60,4	4,1	4,2	81,2	10,4	4,2	4,2
Afazeres -casa/ arredores	1,6	31,2	19,7	4,1	34,7	55,1	6,2	18,3	11,7	66,7	3,3	3,3
Serviços na lavoura	27,0	3,2	22,2	38,9	5,6	46,3	9,2	3,5	79,2	12,1	5,2	5,2
MÉDIAS TOTAIS	21,5	7,2	20,4	33,1	10,8	52,3	3,8	5,0	78,7	12,7	3,6	3,6

H = Homem M= Mulher A=Ambos F= Filhos

FONTE : Pesquisa/1993

Quadro 26

Características familiares quanto ao número de pessoas na unidade produtiva

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Feminino			Masculino			Total *
	Idade			Idade			
	< 14	14 – 55	> 55	< 14	14 – 55	> 55	
SC	33	77	8	24	105	14	143
PR	30	80	4	39	70	5	114
CE	100	184	2	152	217	2	371
Total	163	341	14	215	392	21	628

* Pessoas que compõem a família são: Marido, Mulher, Filhos, Filhas e Outros

Fonte: Pesquisa Ago/83

Quadro 27

Mulheres que ocupam a posição de "chefe" de família

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Total de unidades produtivas	Mulheres Chefes	
		Qtd.	Percentual
SC	50	2	4,0%
PR	50	18	36,0%
CE	100	8	8,0%
Total	200	28	14,0%

Fonte: Pesquisa Ago/83

Percentagem de mulheres rurais por tipo de atividades desenvolvidas

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

U.F.	Atividades Principais*						Atividades Secundarias*						Total** Mulheres
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	
SC	55,6%	9,9%	24,7%	3,7%	2,5%	2,5%	18,5%	0,0%	46,9%	3,7%	2,5%	6,2%	81
PR	62,0%	8,9%	17,7%	6,3%	2,5%	2,5%	12,7%	0,0%	53,2%	3,8%	1,3%	1,3%	79
CE	1,6%	5,6%	83,6%	2,3%	0,6%	0,6%	73,1%	5,3%	2,9%	0,0%	0,0%	1,2%	171
Total	29,3%	7,6%	53,5%	3,6%	1,5%	1,5%	45,3%	2,7%	25,7%	1,8%	0,9%	2,4%	331

* Tabela de atividades principais e secundarias:

- 01 - Trabalha na roça na transf. de produtos
- 02 - Trabalha como assalariada fora de casa
- 03 - Atividades domesticas
- 04 - Estudante
- 05 - Aposentado (a)
- 06 - Outras

** Mulheres incluem filhas maiores de 14 anos

Quadro 29

Número relativo de Mulheres rurais que manifestam desejo de migrar

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Total de Mulheres	Disposição para Migrar			
		para a CIDADE Qtd	%	permanecer no CAMPO Qtd	%
SC	50	4	8,0%	46	92,0%
PR	50	6	12,0%	44	88,0%
CE	100	22	22,0%	78	78,0%
Total	200	32	16,0%	168	84,0%

Fonte: Pesquisa Ago/83

Quadro.30

Associativismo. Participação da Mulher rural em Organizações

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Total de Mulheres	Participa de Organizações *											
		Não		Uma		Duas		Tres		+ de Tres			
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%		
SC	50	8	16,0%	11	22,0%	16	32,0%	9	18,0%	6	12,0%		
PR	50	22	44,0%	12	24,0%	11	22,0%	5	10,0%	0	0,0%		
CE	100	95	95,0%	5	5,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%		
Total	200	125	62,5%	28	14,0%	27	13,5%	14	7,0%	6	3,0%		

- * Tipos de Organizações
 Associações de produtores
 Associação da igreja
 Associações de Pais e Mestres
 Cooperativa
 Comites de saúde
 Comites de educação
 Clubes esportivos
 Pastoral
 Clubes de mães

Quadro 31

Características das unidades produtivas quanto a tamanho e força de trabalho

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

U.F.	Tamanho (HA) / %						Força de Trabalho*							
	5-10		11-20		21-50		Total\1		Própria		Contratada			
	< 5	5-10	11-20	21-50	>50	Total\1	Feminino Qtd.	Feminino %	Masculino Qtd.	Masculino %	Feminino Qtd.	Masculino %		
SC	2,0%	12,0%	20,0%	48,0%	18,0%	50	81	42,0%	112	58,0%	10	10,8%	83	89,2%
PR	12,0%	24,0%	30,0%	30,0%	14,0%	50	79	52,3%	72	47,7%	9	14,3%	54	85,7%
CE	63,8%	36,4%	0,0%	0,0%	0,0%	11	171	46,6%	196	53,4%	0	0,0%	3	100,0%
Total	12,6%	19,6%	22,5%	35,1%	14,4%	111	331	46,6%	380	53,4%	19	11,9%	140	88,1%

* Força de trabalho, maiores de 14 anos de idade

\1 - Total de questionários que responderam quanto ao tamanho da propriedade

Fonte: Pesquisa Ago/83

Quadro 32

Unidades produtivas segundo a posse de terra e quem detém a titularidade

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U. F.	P r ó p r i a					TOTAL	T i t u l a r i d a d e				TOTAL	
	Posse	Arrenda	Herança	Compra	Outro		Homem	Mulher	Ambos	Filhos		Outros
SC	4,0%	8,0%	50,0%	74,0%	2,0%	50	42,0%	6,0%	46,0%	0,0%	6,0%	50
PR	2,0%	16,0%	48,0%	68,0%	0,0%	50	66,7%	6,3%	14,6%	4,2%	8,3%	48
CE	22,0%	49,0%	10,0%	20,0%	2,0%	100	89,3%	7,1%	3,6%	0,0%	0,0%	28
Total	12,5%	30,5%	29,0%	45,5%	1,5%	200	61,9%	6,3%	24,6%	1,6%	5,6%	126

Fonte: Pesquisa Ago/83

Quadro 33

Unidades produtivas segundo as fontes de financiamento

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

U. F.	Venda de Produtos		E m p r é s t i m o s \1					
	Qty. \2	Percent.	Particulares		Assoc. / Coop.		Bancos	
			Qty.	Percent.	Qty.	Percent.	Qty.	Percent.
SC 50	47	94,0%	1	2,0%	6	12,0%	14	28,0%
PR 49	46	93,6%	1	2,0%	2	4,1%	16	32,7%
CE 98	96	98,0%	2	2,0%	0	0,0%	1	1,0%
Total 197	189	95,9%	4	2,0%	8	4,1%	31	15,7%

\1 - Quantidade de unidades produtivas que realizam alguma forma de empréstimos

\2 - Quantidade de unidades produtivas que vendem produtos para comprar insumos

Fonte: Pesquisa Ago/93

Quadro 34

Características das Unidades Produtivas quanto aos principais produtos agrícolas

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

U.F.	Milho			Feijão			Arroz			Mandioca			Outros		
	Area \1	Prod \2	Valor \3	Area \1	Prod \2	Valor \3	Area \1	Prod \2	Valor \3	Area \1	Prod \2	Valor \3	Area \1	Prod \2	Valor \3
SC	7,1	27,0	19,0	2,8	3,2	13,9	10,6	53,9	146,9	1,5	22,9	7,8	4,5	20,8	33,7
PR	5,2	15,1	15,7	2,3	1,6	6,9	0,5	0,8	2,3	1,0	8,2	7,0	4,0	10,6	23,5
CE	0,5	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0
Total	4,3	14,0	11,6	1,9	1,6	6,9	3,8	18,2	49,7	0,8	10,3	5,0	3,1	10,5	19,1

\1 - Área em (HA)

\2 - Produção em (T)

\3 - Valores em salários mínimos (CR\$ 5.534,00)

Todos os resultados expressos em média

Fonte: Pesquisa Ago/93

Características das Unidades Produtivas quanto aos principais produtos pecuários

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U. F.	Gado Leite			Gado Corte			Suínos			Aves			Outros		
	Cab \1	Prod \2	Valor \3	Cab \1	Prod \2	Valor \3	Cab \1	Prod \2	Valor \3	Cab \1	Prod \2	Valor \3	Cab \1	Prod \2	Valor \3
SC	9	8,0	50,5	13	943,8	17,2	54	3.879,5	49,5	1.963	2.608,2	18,1	546	1.788,9	34,1
PR	6	11,6	24,6	5	288,3	2,3	16	1.315,4	13,7	81	81,5	5,0	31	424,7	13,0
CE	1	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	13	0,0	0,0	7	0,0	0,0
Total	5	6,5	25,1	6	410,7	6,5	23	1.731,6	21,1	686	896,6	7,7	195	737,9	15,7

\1 – Cabeças em números

\2 – Produção em (Kg)

\3 – Valor em salários mínimos (CR\$ 5.534,00)

Todos os resultados expressos em média

Fonte: Pesquisa Ago/93

Contribuição relativa da Mulher rural nas tarefas DOMÉSTICAS na unidade produtiva

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

U.F.	Atividades Domésticas ¹								Total Mulher
	1	2	3	4	5	6	7	8	
SC	92,0%	99,0%	78,0%	68,0%	28,0%	38,0%	10,0%	40,0%	50
PR	98,0%	84,0%	78,0%	84,0%	54,0%	40,0%	16,0%	30,0%	50
CE	5,0%	99,0%	95,0%	98,0%	96,0%	34,0%	6,0%	7,0%	100
Total	49,5%	93,0%	86,0%	91,0%	68,5%	36,5%	9,5%	21,0%	200

11 - Atividades

- 1- Fazer pão
- 2- Fazer a comida (refeições)
- 3- Limpeza da casa e arredores
- 4- Lavar / passar roupas
- 5- Cuidar dos filhos

- 6- Ajudar nos deveres de aula
- 7- Comprar mercadorias p/ produção
- 8- Comprar coisas para casa

Participação efetiva da Mulher Rural em relação ao total de jornadas de trabalho

Brasil (SC – PR – CE) / 1993

U.F.	Milho		Feijão		Arroz		Mandioca		Outros	
	Total *	Mulher	Total *	Mulher	Total *	Mulher	Total *	Mulher	Total *	Mulher
SC	5.314	27,3%	1.407	25,0%	2.149	13,7%	0	0,0%	13.968	26,3%
PR	3.220	24,2%	1.145	33,6%	229	40,2%	0	0,0%	9.301	26,6%
CE	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	0,0%
Total	8.534	26,1%	2.552	29,4%	2.378	16,3%	0	0,0%	23.272	26,5%

* Valores expressos em Jornadas de trabalho

Uma jornada significa de 10 a 12 horas de trabalho por dia

Fonte: Pesquisa Ago/93

Produtos Agrícolas

Quadro 39

Participação efetiva da Mulher Rural em relação ao total de jornadas de trabalho

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

U.F.	G. Leite		G. Corte		Suínos		Aves		Outros	
	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
SC	3.470	59,1%	822	20,4%	1.889	35,8%	2.105	56,7%	8.353	49,0%
PR	1.933	73,3%	242	24,4%	749	54,3%	930	96,8%	3.968	70,3%
CE	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	5.403	64,2%	1.064	21,3%	2.638	41,1%	3.035	69,0%	12.321	55,8%

* Valores expressos em Jornadas de trabalho

Uma jornada significa de 10 a 12 horas de trabalho por dia

Fonte: Pesquisa Ago/93

Produtos Pecuaríos

Contribuição relativa da Mulher Rural na força de trabalho

Brasil (SC - PR - CE) / 1993

U. F.	Mulher Rural		Outros Membros *		TOTAL **
	Total	Percentual	Total	Percentual	
SC	7.763,5	34,8%	14.557,5	65,2%	22.321,0
PR	5.284,5	39,8%	7.984,5	60,2%	13.269,0
CE	0,0	0,0%	3,0	100,0%	3,0
Total	13.048,0	36,7%	22.545,0	63,3%	35.593,0

Valores expressos em numero de Jornadas / Ano

Uma jornada significa 10 a 12 horas de trabalho por dia

* Outros Membros incluem homens e dependentes de ambos os sexos
 ** Jornadas de trabalho totais na agricultura e na pecuária

Fonte: Pesquisa Ago/93

Quadro 41. Contribuição relativa da mulher rural na renda da pequena produção - Brasil/1993.

Produto	Valor da Produção (sm)*	Contribuição da Mulher nos Serviços (%)	Contribuição da Mulher na Renda (sm)
Milho	17.35	25.75	4.47
Feijão	10.40	29.75	3.09
Arroz	74.60	26.95	20.10
Outros Produtos Agrícolas	28.60	26.55	7.59
Leite	37.55	66.20	24.86
Carne Bovina	9.75	22.40	2.18
Porco	31.60	45.05	14.24
Aves	11.55	76.75	8.86
Outros Produtos Pecuários	23.55	59.65	14.05

* SM(Salário Mínimo) correspondente a CR\$ 5.534,00/AGO/93 - equivalente a U\$ 76,79.

** ver quadros 38 e 39 às páginas 161 e 162.

Obs: a deficiência do banco de dados impede a inclusão dos dados referentes ao produto mandioca e transformação da produção.

FECHA DE DEVOLUCION

15/11/02

IICA
E50
764

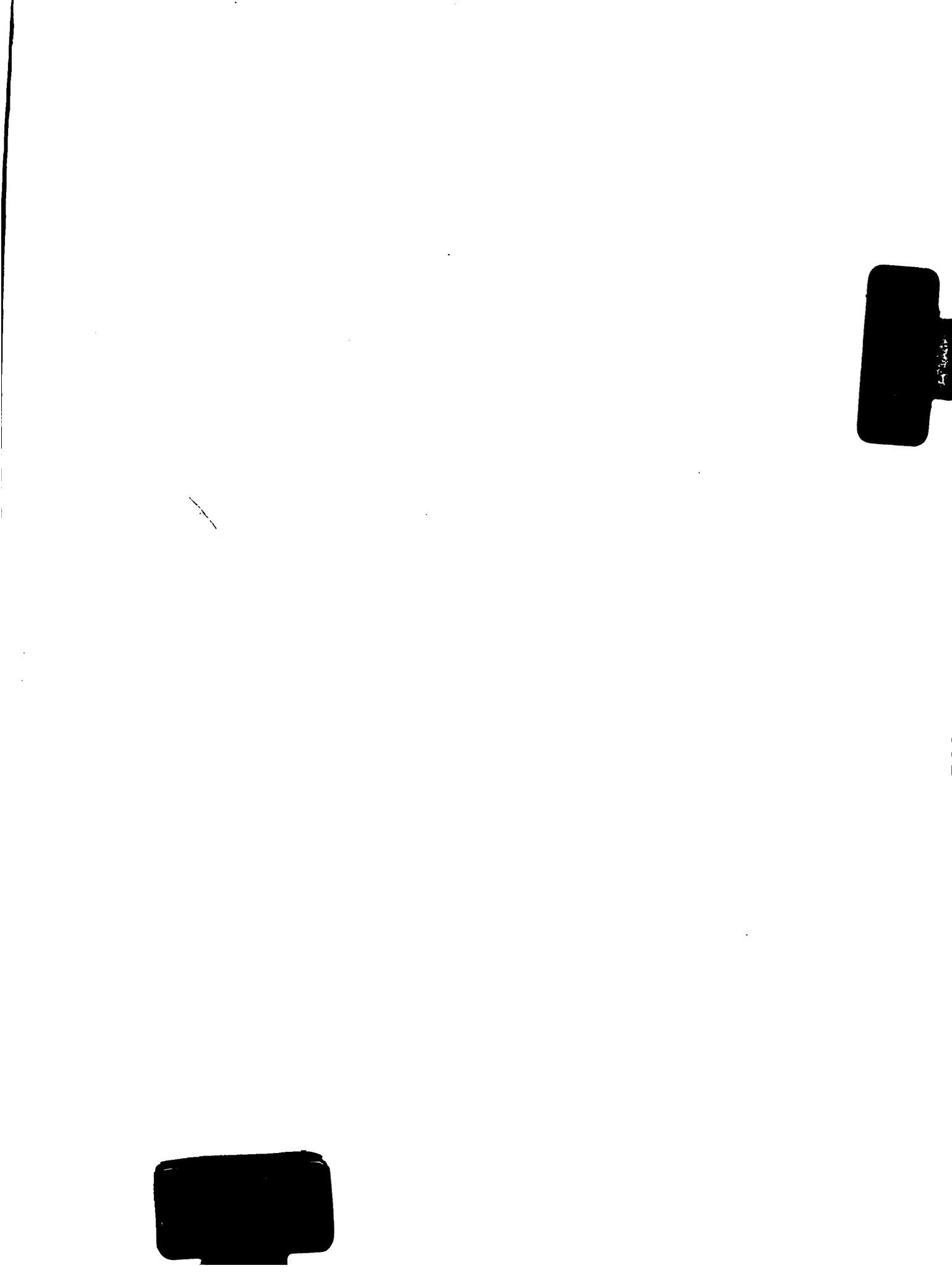
Autor

Título As mulheres produtoras de
alimentos em Brasil:tec. e com

Fecha
Devolución

Nombre del solicitant

15/11/02 .



PROGRAMA DE ANÁLISE DA POLÍTICA DO SETOR
AGROPECUÁRIO FRENTE A MULHER PRODUTORA
DE ALIMENTOS NA REGIÃO ANDINA,
NO CONE SUL E NO CARIBE

Este Programa, executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica ATN/SF-4064-RE, foi levado a efeito em 18 países da América Latina e do Caribe. A primeira fase foi implementada em 1992-1993, nos seis países do Istmo Centro-Americano, contando com o apoio do Conselho dos Ministros da Agricultura da América Central, em sua XII Reunião Ordinária, realizada em março de 1992. Seus resultados foram publicados no livro "*Mujeres de Maíz*" (IICA/BID 1995).

A segunda fase foi levada a efeito na Região Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), no Cone Sul (Brasil, Paraguai e Uruguai) e no Caribe (Barbados, Guiana, Jamaica e Suriname), por solicitação de um grupo de Primeiras Damas que participou da Cúpula de Primeiras Damas para o Progresso Econômico da Mulher Rural, realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1992.

Três documentos foram elaborados para cada país, dos quais constam os resultados técnicos dos quatro temas de pesquisa do Programa: a) diagnóstico da participação das mulheres rurais no setor agropecuário e de sua contribuição para a produção de alimentos nas pequenas unidades de produção, b) análise das políticas e programas agropecuários e de seus impactos sobre as mulheres rurais produtoras de alimentos, c) avaliação da tecnologia utilizada nas pequenas unidades de produção e pela mulher nos processos de produção de alimentos; e d) análise do papel da mulher rural produtora de alimentos na transformação e comercialização de produtos.

Outras atividades que fizeram parte do Programa foram a elaboração de relatórios comparativos regionais, a formulação de propostas de política e ação, a realização de seminários nacionais e regionais para a discussão das recomendações do Programa, e a divulgação dos resultados finais.